



Universidade de Brasília

**INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAROLINA VIEIRA PELEGRINI

**O EMBRANQUECIMENTO DA NAÇÃO MISCIGENADA: A REPRESENTAÇÃO
BRASILEIRA NA FEIRA INTERNACIONAL DE NOVA YORK, 1939-1940**

**BRASÍLIA
2014**

CAROLINA VIEIRA PELEGRINI

**O EMBRANQUECIMENTO DA NAÇÃO MISCIGENADA: A REPRESENTAÇÃO
BRASILEIRA NA FEIRA INTERNACIONAL DE NOVA YORK, 1939-1940**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: História das Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Norma Breda dos Santos.

BRASÍLIA
2014

CAROLINA VIEIRA PELEGRINI

**O EMBRANQUECIMENTO DA NAÇÃO MISCIGENADA: A REPRESENTAÇÃO
BRASILEIRA NA FEIRA INTERNACIONAL DE NOVA YORK, 1939-1940**

Dissertação apresentada e aprovada pelo Instituto de Relações Internacionais
Programa De Pós, Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília em
7/03/2014.

Banca Examinadora

Professora Doutora Norma Breda dos Santos (IREL/UnB)

Professor Doutor Pio Penna (IREL/UnB)

Professor Doutor Daniel Faria (HIST/UnB)

Aos amigos Mariana Botão, Marco Garcia,
Julia Arantes e Danielle Nascimento,
companheiros desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa e me apoiaram ao longo de todo o processo.

Minha família (Fernando Pelegrini, Eliane Pelegrini, Alexandre Pelegrini, Juliana Pelegrini, José Renato Cella, Vanessa Roncalio e Pedro Pelegrini Cella), pelo amor incondicional, apoio, compreensão e pela criação em um ambiente de valor e amor ao conhecimento.

À minha mãe, Eliane, que, com muita dedicação, traduziu obra de grande importância para a pesquisa.

À professora Norma Breda dos Santos, pelo apoio, orientação, estímulo, pelo empenho junto ao programa Reuni para a concessão de bolsa de estudos e, por fim, por ter realizado com maestria seu papel de professora.

Aos professores Daniel Jatobá, Tânia Manzur, pelas observações de extrema relevância para o progresso da pesquisa no exame de qualificação, e ao professor Pio Penna pelo acompanhamento no estágio docência.

À colega Michelle Bandeira, pelo compartilhamento de ideias e dúvidas, pelas sugestões e agradável companhia na UnB.

Ao programa Reuni pela concessão da bolsa, fundamental para a continuidade e conclusão deste mestrado;

Aos amigos, Flávia Freire, Marina Godoi, Rafael Sacramento, Mariana Botao, Julia Arantes, Marco Garcia, Danielle Nascimento e Tony, que tornaram os dias em Brasília mais fraternos e alegres.

“O sofrimento não é admitido, por exemplo, nos vaudevilles, sei disso. No palácio de cristal, ele é até impensável: o sofrimento é dúvida, é negação – e que palácio de cristal seria esse, do qual é possível duvidar?”

Fiodor Dostoiévski

RESUMO

Esta dissertação estuda a representação brasileira na Feira Internacional de Nova York, de 1939-1940. Neste período, eram discutidas pela intelectualidade brasileira ideias em torno da miscigenação e do embranquecimento do país. A miscigenação foi apropriada pelo Estado Novo como cultura e identidade oficial do país. Entretanto, este estudo mostra que as preocupações com o embranquecimento norteou a organização da representação brasileira em Nova York, contradizendo a exaltação oficial, interna, da miscigenação. Esta pesquisa parte do conceito de diplomacia cultural a fim de analisar a imagem oficial que o governo visa a projetar do país com base no que elegeu como interesses do Estado; analisa-se a vinculação entre cultura e Estado, com a finalidade de observar as contradições internas, notadamente com relação à raça e à identidade nacional. A dissertação está dividida em três partes. A primeira trata da construção histórica das ideias de miscigenação e embranquecimento, assim como sua relação com a identidade nacional; a segunda apresenta uma reflexão sobre as Exposições Universais como objeto de estudo das Relações Internacionais e um breve histórico da participação brasileira nas Exposições Universais; a terceira e última parte estuda o debate em torno da miscigenação e do branqueamento que se refletiu na política externa brasileira por meio do estudo da concepção, formulação e apresentação da representação na Feira Internacional de Nova York, levando ainda em conta interesses comerciais e de consolidação de laços de amizade envolvidos na participação brasileira no evento.

Palavras-chave: Miscigenação. Branqueamento. Raça. Identidade nacional. Diplomacia cultural. Exposições Universais. Estado Novo. Política externa brasileira.

ABSTRACT

This dissertation investigates the projection of Brazilian culture by the study of the Brazilian representation at the International Fair of New York: 1939-1940. At that time Brazilian intellectuals debated the ideas of miscegenation and whitening of the country leading Estado Novo to adopt miscegenation as the culture and official identity of the nation. However, this study shows that concerns about whitening guided the organization of the Brazilian representation in New York, contradicting the official, internal exaltation of miscegenation. This research starts from the concept of cultural diplomacy in order to analyze the official image that the government seeks to project the country based on what elected as state interests; analyzes the relationship between culture and state, for the purpose of observing the internal contradictions, especially in relation to race and national identity. The dissertation is divided into three parts. The first deals with the historical development of ideas of miscegenation and whitening, as well as its relationship to national identity; the second presents a reflection on the Universal Exhibition as an object of study of International Relations and a brief history of Brazilian participation in the Universal Exhibitions; the third and final part studies the debate on miscegenation and whitening which was reflected in Brazilian foreign policy by the investigation of the design, formulation and presentation of the Brazilian representation at the International Fair of New York still taking into account commercial interests and consolidation of friendship ties involved in the Brazilian participation in the event.

Keywords: Miscegenation. Whitening. Race. National identity. Cultural diplomacy. Universal Exhibition. Estado Novo. Brazilian foreign policy.

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|-------|---|
| AHI | Arquivo Histórico do Itamaraty |
| AOA | Arquivo Oswaldo Aranha |
| AWF | Arquivo Waldemar Falcão |
| BIB | <i>Brazilian International Bureau</i> |
| BIE | <i>Bureau of International Exhibitions</i> |
| CPDOC | Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil |
| DNC | Departamento Nacional do Café |
| DNP | Departamento Nacional de Propaganda |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores |
| MTIC | Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1 MISCIGENAÇÃO: DE MAL DA NAÇÃO À SINGULARIDADE CULTURAL... | 16 |
| 1.1 Raça e miscigenação: antecedentes históricos de uma nação imaginada..... | 16 |
| 1.2 Os anos 1930 e a ressignificação da miscigenação..... | 21 |
| 1.3 Miscigenação e identidade nacional: cultura oficial do Estado Novo a projeção cultural do Brasil..... | 30 |
| 1.4 Sob o signo da miscigenação e do embranquecimento: proposta de estudo sobre a projeção cultural do Brasil..... | 36 |
| 2 EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS: VITRINES DO MUNDO, VITRINES DO BRASIL..... | 41 |
| 2.1 Exposições Universais e Relações Internacionais..... | 41 |
| 2.2 O Brasil nas Exposições Universais: breve histórico..... | 50 |
| 2.3 A Feira Internacional de Nova York 1939/1940..... | 55 |
| 3 O BRASIL NA FEIRA INTERNACIONAL DE NOVA YORK (1939-1940): UM FUTURO EMBRANQUECIDO..... | 59 |
| 3.1 A representação..... | 59 |
| 3.2 Os objetivos..... | 72 |
| 3.3 Miscigenação e branqueamento em Nova York: pela propaganda e pelo comércio nacional..... | 80 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 83 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 87 |

INTRODUÇÃO

O presente estudo discute, por meio da investigação da participação brasileira na Feira Internacional de Nova York, de 1939-1940, a projeção da cultura brasileira e seu papel na política externa do Brasil. O tema foi escolhido por duas razões principais: primeiro, porque as Exposições Universais eram, no período estudado, lócus particularmente importantes de projeção da imagem dos Estados no cenário internacional; segundo, porque são ocasiões para a formação ou o estreitamento de alianças entre países, de natureza comercial ou ideológica, por exemplo.

Nesta pesquisa, estudaremos a Feira Internacional de Nova York de 1939-1940 para tratar da projeção da cultura brasileira, adotando como norte, sobretudo, os debates daquele momento acerca da miscigenação e do branqueamento, também chamado pela literatura consultada para este trabalho de embranqueamento, que nortearam as definições sobre a identidade nacional, sendo a miscigenação admitida como a singularidade da cultura nacional ao longo dos anos 1930.

Sobressai na historiografia o vasto número de estudos sobre as Exposições Universais que ocorrem no século XIX, período auge desses eventos. De toda forma, há sobre as Exposições no período posterior muitos trabalhos importantes. Dentre eles, podemos destacar os trabalhos de compilação de bibliografia sobre as Exposições de Geppert, Coffey e Lau (2006), de Schroeder-Gurdehus e Rasmussen (1992), este concentrado em explicitar o funcionamento, a organização das Exposições, os atores envolvidos nesse processo e sua estrutura internacional. Findling, Palle, Rydell (2000) analisam as Exposições norte-americanas, e Duranti (2006) e Kaiser (2004) destacam a relevância das Exposições como fenômenos internacionais, propondo interpretações que levam em conta não apenas participações nacionais isoladas. Esses autores registram e contextualizam as Exposições no cenário internacional e, assim, tornam-nas um tema para estudar as relações internacionais.

Na literatura brasileira, encontramos referências importantes que, direta ou indiretamente, tratam das Exposições Universais e da participação brasileira nas mesmas. Hardman (2005), Pesavento (1997) e Schwarcz (2008) revelam a importância das Exposições para a projeção e inserção brasileira na modernidade; Garcia (2006) e Almeida (2001) analisam a relevância diplomática e econômica das Exposições para o Brasil; Barbuy (1996) aborda a recepção dos pavilhões brasileiros; Santos (2009) investiga a utilização das

Exposições para o estímulo do comércio de produtos brasileiros e a divulgação da mineração; Sant'ana (2008) relaciona a Exposição do Centenário com o movimento Modernista.

O brasilianista Williams (2001) e Tota (2000) tratam da participação brasileira na Feira Internacional de Nova York de 1939-1940. O primeiro, por meio da discussão em torno da chamada brasilidade; o segundo estuda a Exposição na perspectiva da Política de Boa Vizinhança e do imperialismo cultural norte-americano no Brasil. Skidmore (2012), publicado pela primeira vez em inglês em 1974, é um estudo seminal sobre o pensamento brasileiro referente à questão racial, que mostra o uso da propaganda nacional nas Exposições Universais como veículo para atração de imigrantes em prol do branqueamento da população nacional.

O tema da cultura em si vem sendo ao longo do tempo profundamente estudado em História. Em Relações Internacionais tem crescentemente merecido a atenção dos estudiosos e já conta com um rico debate, ainda que mais recente, se comparado aos estudos históricos. Na bibliografia brasileira de história, assim como na de Relações Internacionais, interessa-nos, particularmente, os trabalhos que tratam da diplomacia cultural. Tudo indica que o estudo de maior relevância sobre o tema é o de Edgar Telles Ribeiro (2011), *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Na obra, o autor define um conceito de diplomacia cultural, desenvolve um breve histórico sobre as ações do governo brasileiro nesse campo e traça uma comparação com as ações de outros Estados.

No livro *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*, organizado por Hugo Suppo e Mônica Lessa (2012), percebe-se que é corrente entre os estudiosos da cultura e de Relações Internacionais pensar a cultura pelo seu viés de instrumentalização pelo Estado, seja para aumentar seu poder de influência, seja para estabelecer laços de cooperação. Destacamos os capítulos de autoria de Juliette Dumont(2012), em que a autora busca uma genealogia da diplomacia cultural brasileira indicada pela participação do Brasil no instituto que dá título ao capítulo; de Roberta Lima Ferreira (2012), que traz uma análise da projeção do Brasil nos países vizinhos por meio da difusão do cinema e pela imprensa; e de Flávia Crespo Ribeiro (2012), no qual é tratado o papel do Itamaraty na divulgação da cultura brasileira no exterior, demonstrando uma postura pragmática da instituição ao divulgar aquilo que seria mais facilmente aceito ou recebido pelo público internacional. Por fim, ainda sobre a diplomacia cultural, Donfried e Gienow-Hecht (2011) buscam esclarecer o conceito e definir as diferenças entre relações culturais internacionais e diplomacia cultural.

Para o cumprimento dos objetivos desta dissertação, fez-se necessário percorrer a construção e o desenvolvimento do pensamento brasileiro em torno das ideias de raça, miscigenação e branqueamento. Obviamente, não poderíamos deixar de abordar as clássicas obras de Rodrigues (1938), Romero (2001), Prado (1981), Freyre (2006) e Holanda (1995). Nina Rodrigues e Silvio Romero nos mostram as raízes do pensamento racial brasileiro, fundamentadas no racismo “científico” do século XIX, que viam na miscigenação brasileira as mazelas da sociedade, exigindo, assim, a necessidade imperiosa de branqueamento da população para a criação de uma nação possível. Por sua vez, Paulo Prado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, em suas interpretações sobre o Brasil, revelam como, ao longo do tempo, a ideia de miscigenação foi resignificada até, por fim, ser positivada pelo Estado Novo e incorporada como discurso e cultura oficial, assumindo como fundamento esse novo pensamento intelectual a respeito da formação nacional. Em contrapartida, as análises de Ortiz (1994), Skidmore (2012), Lenharo (1986) nos auxiliam na compreensão do processo de incorporação do discurso de miscigenação pelo Estado assim como a permanência, nas entrelinhas e nos preconceitos velados, do ideal de branqueamento da nação, associado à superioridade cultural da civilização branca ocidental.

O presente estudo não estaria completo e adequadamente fundamentado se deixasse de contextualizar historicamente o seu tema de estudo. Por isto, foi fundamental estudar os acontecimentos políticos internos de maior relevância no Brasil dos anos 1930 para compreender as diretrizes da política externa do período. Obras como as de Fausto (1997), Decca (1988), Gomes (1980), Oliveira (1982), que tratam da chamada Revolução de 1930 levando-nos a atentar para o fato de que tratar os episódios políticos dos anos 1930 no Brasil implica pensar o conceito de revolução de forma profunda, de maneira que aquilo que tradicionalmente ficou conhecido como a Revolução de 1930 tem caráter revolucionário amplamente questionado, ampliam e aprofundam as possibilidades de análise de tais acontecimentos. Manuais de história de Fausto (2001), Priore e Venâncio (2010) e Linhares (2000) auxiliaram na elucidação dos fatos que possibilitaram tanto a emergência do Estado Novo, como de um novo pensamento em relação à formação do povo brasileiro. A dubiedade da política externa brasileira do período, aproximando-se dos Estados Unidos e da Alemanha, em um contexto de crescente hostilidade entre as duas potências, é abordada nas obras de Bueno e Cervo (2002), Moura (1980) e na dissertação de Mourão (2013). Esses trabalhos constituem guias férteis para a compreensão da política externa brasileira dos anos 1930. Convém também ressaltar os estudos sobre o Estado Novo de D’arújo (1999) Schwartzman

(1982), Gomes (1982), Velloso (1987), Pandolfi (1999), os quais investigam não apenas o contexto político do período, como a articulação entre cultura e Estado e entre os intelectuais e o Estado Novo, essenciais para a compreensão do tema desta dissertação.

Para tornarmos nosso objeto inteligível, é necessário, entretanto, esclarecermos qual o direcionamento dado ao estudo, de que maneira podemos contribuir com o conhecimento acadêmico e qual a sua singularidade frente à vasta bibliografia aqui apresentada e às demais referências que serão discutidas ao longo do texto. Primeiramente, o estudo em questão não busca tratar os detalhes da política externa brasileira dos anos 1930 na perspectiva comercial ou econômica nem mesmo dos acontecimentos políticos internos do Brasil, que contextualizam o tema e servem, assim como os anteriormente citados, como coadjuvantes na pesquisa.

Tem-se como foco a discussão sobre como as ideias de miscigenação e branqueamento estiveram presentes na política externa brasileira, por meio de sua diplomacia cultural, e analisa-se a participação brasileira na Feira de Nova York de 1939-1940 como estudo de caso. Concentramo-nos na discussão sobre a formação e o desenvolvimento das reflexões sobre miscigenação e branqueamento, e na incorporação das mesmas pelo Estado Novo, sendo esta a singularidade da pesquisa: levar ao nível da política externa o debate interno sobre a formação cultural nacional. Ademais, o estudo contribui como narrativa sobre a ação da diplomacia cultural brasileira, embora o conceito “diplomacia cultural”, como será exposto, não se revele suficiente para a compreensão das contradições implícitas na representação brasileira, em desacordo, em muitos aspectos, com a realidade nacional do período investigado. O conceito aqui entendido não é suficiente para abarcar as contradições presentes na representação brasileira manifestadas em posições racistas, que contradizem o ideal de miscigenação propagado, como a singularidade da cultura nacional. O conceito de diplomacia cultural servirá para avaliarmos os seguintes interesses específicos ou imediatos do Brasil ao participar da Exposição: comerciais, econômicos ou de cooperação, por exemplo.

Sendo assim, como diretriz metodológica, questionamos o seguinte: **partindo do pressuposto de que a diplomacia cultural é o uso da cultura a serviço dos objetivos do Estado, sob quais perspectivas sobre a cultura nacional se deu o processo de construção da imagem internacional brasileira e quais os interesses envolvidos nas circunstâncias e no modo como foi projetada internacionalmente tal imagem na Feira Internacional de Nova York 1939/1940?** Nossa hipótese é a de que a construção de uma imagem nacional pelos agentes responsáveis pela organização, concepção e formulação das linhas gerais da

participação brasileira na Feira de Nova York de 1939-1940 fundamenta-se em ideias de embraquecimento e miscigenação da sociedade brasileira debatidas ao longo dos anos 1930, ideias essas que, na visão desses agentes, impactariam de modo positivo sobre o alcance dos objetivos comerciais, políticos e econômicos do Brasil.

Com objetivo de contribuir para o aprofundamento do estudo da Feira Mundial de Nova York 1939-1940 como evento de interesse para a política externa brasileira e como mecanismo de projeção da cultura nacional no exterior, este estudo tem como objetivo específico mostrar como um pensamento nacional foi também levado à esfera internacional, intentando definir uma identidade nacional. Isto implica dizer que as ideias e o desejo de miscigenação e branqueamento também estavam presentes na autoimagem dos agentes responsáveis pela representação brasileira na Exposição. E mais, implica pensar a cultura também como resultado de uma construção de tais agentes.

Neste sentido, busca-se explorar mais profundamente a dimensão internacional das Exposições Universais, assim como seu significado e importância para a diplomacia cultural brasileira, com base nas perspectivas de Lenharo (1986) e Ortiz (1994), no que se refere ao uso da miscigenação como “cola” social em vias de construção de uma identidade nacional, e adotando como diretriz teórica a proposta de desvinculação entre cultura e Estado, de Gupta e Ferguson (1997), que nos permite refletir sobre as contradições internas referentes à cultura.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos, cada qual subdividido em seções: o primeiro capítulo é dedicado ao pensamento sobre miscigenação e branqueamento no Brasil. Sua primeira seção trata da relação entre raça e viabilidade da nação por meio da abordagem do pensamento de autores como Silvio Romero e Nina Rodrigues. A segunda seção aborda a ressignificação da miscigenação, tendo como referência as obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, assim como suas interpretações. A terceira relaciona a miscigenação e a identidade nacional no período do Estado Novo, seguida da quarta seção, que apresenta nossa proposta de estudo e os conceitos de diplomacia cultural e raça e a proposta de desvinculação da cultura do Estado.

O segundo capítulo demonstra como as Exposições Universais são um tema fértil para os estudos sobre política externa e de Relações Internacionais. Na primeira seção, levantamos as principais interpretações sobre as Exposições, ressaltando como as mesmas são organizadas e qual seu significado para as relações internacionais. Na segunda seção foi traçado um breve histórico da participação brasileira nas Exposições, seguida de uma contextualização da singularidade da Exposição de 1939-1940.

O terceiro capítulo, dedicado ao estudo da participação brasileira na Feira Internacional de Nova York, também está dividido em três seções. Na primeira, narramos a participação do Brasil sob as diretrizes da miscigenação e do branqueamento. Na sequência, apresentamos os objetivos pontuais do Brasil na Exposição e, por fim, realizamos uma análise do amplo contexto, envolvido pelos paradigmas da miscigenação e do branqueamento, de participação do Brasil no evento. Nessa etapa, a análise concentra-se nas fontes primárias utilizadas dos arquivos Oswaldo Aranha e Waldemar Falcão, disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

Também foram investigadas fontes primárias no Arquivo Histórico do Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro (AHI/RJ), referentes ao processo de formulação da representação brasileira. Os telegramas e demais documentos consultados revelam as definições dos símbolos e os produtos culturais nacionais escolhidos como representativos do Brasil, assim como os objetivos comerciais no evento. Por sua vez, as correspondências pessoais entre os atores envolvidos no processo, encontradas nos arquivos do CPDOC, manifestam o pensamento voltado ao branqueamento revelando-se, no conjunto das fontes consultadas, as mais profícuas para a presente investigação.

1 MISCIGENAÇÃO: DE MAL DA NAÇÃO À SINGULARIDADE CULTURAL

1.1 Raça e miscigenação: antecedentes históricos de uma nação imaginada

O termo miscigenação é atualmente utilizado como aquilo que define a singularidade da cultura brasileira. Esta teria como característica ímpar o fato de ser formada pela união de três culturas distintas (branca, negra e indígena), que unidas, constituiriam aquilo que compreendemos como brasilidade ou como a cultura nacional. No entanto, a miscigenação nem sempre foi pensada nestes termos, ela possui seu próprio processo histórico que não se inicia no recorte temporal aqui tratado, tampouco se esgota nos anos 1930, estando intimamente ligada à definição da identidade nacional. No século XIX, momento do qual este estudo parte, a miscigenação foi pensada, principalmente, sob a égide do conceito de raça que, naquele momento, tendo como base pressupostos ditos científicos, distinguia os homens partindo de critérios de cor e de suas diferenças biológicas. Tal pensamento estruturou a sociedade brasileira, foi base de políticas públicas e serviu para refletir-se sobre a viabilidade de uma nação formada por habitantes predominantemente mestiços, resultando na percepção de que era imperativo o branqueamento da população (SKIDMORE, 2012).

Ao ser resignificada nos anos 1930, a miscigenação, tendo agora como norte a ideia de cultura, passou a ter um sentido positivo para a intelectualidade e pelo governo, que a adotou como identidade oficial. Entretanto, a miscigenação cultural não extinguiu preconceitos, tampouco o viés que ainda via na cultura branca ocidental o paradigma civilizatório a ser seguido pelo Brasil. Pensar a miscigenação implica, portanto, revisitar o processo histórico do próprio conceito, conhecer sua trajetória por meio do pensamento daqueles que se debruçaram sobre o tema, e ainda perceber que, embora tenha sido adotada como singularidade da cultura nacional, a miscigenação não implicou na construção de uma sociedade isenta de preconceitos baseados ainda numa ideia de superioridade racial ou cultural, contraditória com a própria ressignificação proposta e perseguida da miscigenação, inclusive dentro das próprias instituições do Estado e de seus agentes. Ao longo deste capítulo, percorreremos esta trajetória, salientando as transformações políticas ocorridas no Brasil com o intuito de mostrar como de mal da nação a miscigenação passou a ser a particularidade cultural do país, ocultando contradições de cunho preconceituoso.

Este debate em torno do tema esteve presente nos estudos de diversos intelectuais brasileiros, especialmente ao longo do século XIX e início do XX, culminando nos anos 1930

em uma nova perspectiva sobre o papel das raças na formação nacional. Porém, ainda que essas fases tenham produzido diversas perspectivas sobre a questão da raça e da formação nacional, o tema da miscigenação permeia a grande maioria dos estudos desenvolvidos durante este período. A intelectualidade brasileira do século XIX foi marcada profundamente pela influência de teorias antropológicas e biológicas evolucionistas, como o darwinismo social, que buscava explicar as diferenças raciais baseando-se em pesquisas e argumentos que levavam em consideração as distinções físicas dos indivíduos e sua adaptação ao meio geográfico. Nessa perspectiva, a raça branca era vinculada a noções de desenvolvimento, progresso e civilização (SKIDMORE, 2012: 38-68).

Em função de nossa formação histórica teríamos, portanto, o seguinte cenário: os brancos colonizadores representariam a parcela positiva da formação nacional; os índios, pouco controláveis e pouco adaptáveis à cultura branca, estariam fadados ao desaparecimento e extinção, e ao negro, por fim, caberia a parcela de degradação da formação brasileira. Contudo, posto que no Brasil o contato entre as três raças se deu de forma intensa, resultando numa população em sua grande maioria mestiça, os intelectuais voltaram-se principalmente a explicar essa mestiçagem, o que poderia resultar desse processo e para onde nos levaria no futuro (SKIDMORE, 2012: 38-68).

Lançado em 1894, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1938), de Raimundo Nina Rodrigues, é um estudo sobre como as raças integrantes da população do Brasil agem criminalmente e como, em função de suas características, devem ser responsabilizadas e punidas. Para os interesses aqui propostos, importam as ideias da obra que conferem ao negro as bases, raízes do atraso nacional em razão de dois pontos fundamentais: seu estágio evolutivo, ainda “primitivo”, e a escravidão. Ao entrar em contato com a raça branca, originando o mulato, ou seja, participando do processo de miscigenação, o negro teria oferecido as piores características ao mestiço: indolência, promiscuidade sexual, agressividade, preguiça, entre outras igualmente depreciativas. A escravidão, por sua vez, ainda teria piorado tais caracteres natos da raça negra devido ao estado de subserviência, e até mesmo de confinamento, retirando do negro a aptidão ou o desejo pelo trabalho, interpretado como exploração. Ser miscigenado significava atraso, já que a herança da raça negra, responsável pelas mazelas da sociedade brasileira, se encontrava presente nos indivíduos miscigenados, ou seja, para o Brasil, só havia uma solução capaz de nos levar à civilização: embranquecer. Para Nina Rodrigues, este seria, e deveria ser, o resultado da miscigenação: o branqueamento gradual da população brasileira (RODRIGUES, 1938: 76-168).

Silvio Romero (2001) também discute essa questão em *História da literatura brasileira*. Para o autor, a miscigenação é o que caracteriza o “tipo brasileiro”, e ele busca mostrar como esse tipo foi construído e o que poderia ser esperado como resultado futuro da miscigenação. Para isso, se apoia em teorias que condicionam a formação do homem ao contato com o meio geográfico e na ideia de que as diferentes raças passam por processos evolutivos, resultando assim em sociedades mais desenvolvidas que outras. As longas passagens na obra sobre a geografia do Brasil e a sua ocupação pelos colonizadores, assim como o contato destes com os nativos indígenas e a inserção da mão de obra escrava, trazendo ao Brasil enorme população negra, revelam um cenário caracatrítico de nosso povo.

Ao contrário de Nina Rodrigues, Silvio Romero (2001) dá a cada uma das raças originárias do homem mestiço a sua parcela positiva de responsabilidade na miscigenação, numa tentativa, inclusive, de não apenas transpor à realidade brasileira teorias importadas, mas criar um pensamento desprovido de imitações e mais autenticamente brasileiro. É importante, entretanto, não inferir de suas teses que os aspectos positivos que expõe implicam uma noção de igualdade entre as raças; pelo contrário, para o autor há apenas uma raça que representa a civilização e esta é a raça branca. Isto porque, ao utilizar teorias evolucionistas, negros e índios ainda são colocados em estágios menos desenvolvidos, primitivos. Assim, a extinção dos indígenas seria inevitável, e os negros, ainda que capazes de auxiliar os brancos e junto deles caminhar – pois quando aliados aos brancos seriam capazes de prosperar –, também se encontrariam em um estágio menos avançado (ROMERO, 2001: 8-98).

O branqueamento da população brasileira se daria em função da supremacia biológica da raça branca sobre as demais e como consequência dos processos de imigração para o Brasil. É evidente, nas posições de Nina Rodrigues e Silvio Romero, que a raça capaz de gerar progresso e a que oferece as melhores qualidades ao brasileiro, a quem o mestiço deve sua parte mais evoluída e aquela capaz de fazer o Brasil prosperar, é a raça branca.¹

O fundamental a ser compreendido a respeito do debate em torno da raça e da miscigenação, nos fins do século XIX até os anos 1930, é que mais do que definir o que era o brasileiro, a discussão girava em torno de se definir a nação. Diante dos argumentos

¹ Para melhor compreensão do tema, conferir os seguintes autores: Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Cassiano Ricardo, Manoel Bonfim, João do Rio, entre outros. Estas diferentes interpretações são unidas pela ambiguidade gerada pela projeção do branqueamento, ao mesmo tempo em que se assumia o caráter mestiço do povo brasileiro e, portanto, se corroboravam as hipóteses baseadas em pressupostos de uma hierarquia racial e, consequentemente, uma hierarquia social baseada na raça, pensava-se que, através da imigração, a problemática da mestiçagem e, portanto, da raça, seria resolvida pelo processo de branqueamento, devido à depuração do indivíduo mestiço por meio do cruzamento entre brancos e negros (CLEARY, 2009).

evolucionistas que viam na miscigenação de raças heterogêneas a razão do atraso e, conseqüentemente, a degradação do indivíduo mestiço – o qual, como resultado da mistura racial, se encontraria no limbo entre a civilização e a barbárie –, questionava-se se uma nação formada por indivíduos com estas características seria uma nação viável. Pensada de forma negativa, a miscigenação, naquele momento, representava também a falência do Estado, as razões de seu atraso, sendo o branqueamento da população a única solução para sua sobrevivência (RODRIGUES, 1938; ROMERO, 2001; SKIDMORE, 2012).

O argumento racial, baseado em teorias evolucionistas estrangeiras, ainda que não meramente transpostas e sim adaptadas à realidade e ao contexto nacional brasileiro (ORTIZ, 1994: 13-44), não apenas pensava a nação como organizava a sociedade, justificando teoricamente a construção de projetos políticos e a hierarquia social, já que cientificamente explicados. Adotando tal discurso, a elite letrada conscientizava-se do atraso do Brasil e, ao mesmo tempo, respaldava e redimensionava o debate sobre a igualdade entre os homens e, dessa forma, sobre os critérios de cidadania (SCHWARCZ, 1994: 137-152).

Colocada da maneira como a analisamos, tem-se que a problemática da miscigenação se apresenta aos intelectuais do período como um dilema. Se por um lado é urgente a formação de uma cultura brasileira, por outro se observa que esta se revela como inconsciente. Vimos que a crença no determinismo provocado pelo meio ambiente desemboca numa perspectiva pessimista em relação às possibilidades brasileiras; as considerações a partir das teorias raciais vigentes vão agravar este quadro ainda mais. O mestiço, enquanto produto do cruzamento de três raças desiguais encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro. A mestiçagem simbólica traduz, assim, a realidade inferiorizada do elemento mestiço concreto. Dentro desta perspectiva, a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das “raças inferiores”, o que politicamente coloca a construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente (ORTIZ, 1994: 21).

Predominou, assim, na história do pensamento racial brasileiro, num primeiro momento, o racismo científico, que buscava explicar as diferenças raciais por critérios evolucionistas, legitimando as desigualdades existentes entre as raças, dando à raça branca o significado de civilização, legando negros e índios às mazelas da mestiçagem. A miscigenação não só caracterizava uma população, mas tentava definir uma nacionalidade e assegurar a

viabilidade de um Estado, justificando o atraso e projetando um futuro por meio do branqueamento.

O início do século XX é marcado pelo prelúdio de uma transformação, a ser consolidada nos anos 1930, nas teses raciais baseadas no racismo científico no Brasil. A Primeira Guerra Mundial e a consequente crise na Europa fizeram emergir, na intelectualidade e na elite política brasileira, um novo sentimento nacionalista, que buscava repensar os problemas nacionais e propor soluções brasileiras para a realidade do Brasil (SKIDMORE, 2012: 145-172). Este acontecimento fez com que a elite brasileira questionasse a validade das teorias estrangeiras, utilizadas como norte na criação das teorias raciais nacionais.

A crise do modelo liberal e a vulnerabilidade do Brasil diante de um mundo em crise fez a intelectualidade refletir e perceber a dependência do Brasil, ideológica e econômica, em relação ao mundo exterior, o que poderia colocar o país em risco. Seria necessário, portanto, que o Brasil controlasse o próprio destino e assumisse sua identidade para que pudesse ser construído de acordo com as necessidades nacionais. Assim, emerge o ideal nacionalista no Brasil, com preocupações de definir os traços de seu povo e suas diferenças frente aos demais, ou seja, sua identidade (OLIVEIRA, 1990: 187-198).

Controlar o próprio destino implicava também repensar a identidade de brasileiro e seu papel na construção da nação. Se o nacionalismo emergente proclamava que o Brasil era capaz de desenvolver-se por conta própria, seus cidadãos deveriam ser capazes de participar da construção de uma nova nação guiada por uma elite letrada que instituiu o ideal nacionalista do início do século XX. Ora, sendo o Brasil constituído, em sua maioria, por cidadãos mestiços, até então vistos como motivo do atraso nacional, era imprescindível repensar sobre a mestiçagem assim como sobre o papel que lhe cabia no desenvolvimento do país, o que provocou o início da alteração nos rumos do pensamento sobre a miscigenação. Não significa que, no início do século XX, o multiculturalismo tenha sido celebrado, mas assistiu-se a uma leve transformação: o limiar do questionamento do racismo científico, a valorização do papel das raças fundadoras da identidade nacional e a transferência da causa do atraso nacional da raça para as questões sociais e políticas. Além de definir o homem brasileiro, fazia-se necessário educar este homem, inculcar-lhe valores e comportamentos, controlá-lo, aplicar medidas sanitárias que o retirassem da insalubridade, enfim, formar um indivíduo que, apesar de miscigenado, seria possuidor das capacidades necessárias para desenvolver a nação (SKIDMORE, 2012: 145-172).

1.2 Os anos 1930 e a resignificação da miscigenação

A chegada da década de 1930 no Brasil vem acompanhada por intensas tensões e transformações políticas. A chamada Velha República, dominada pelas oligarquias regionais que se revezavam no poder, amparadas pelo federalismo que conferia ampla autonomia e poderes aos estados (conforme a Constituição de 1891), passa por vários períodos de instabilidade. Na década de 1920, os desgastes políticos tornam-se mais aparentes. O modelo econômico liberal e a estrutura política instaurada após a proclamação da República favoreceram o Estado, constituído e dominado, sobretudo, por uma oligarquia agrícola, que exclui a participação de outros grupos sociais e econômicos. As seguidas crises dos anos 1920 resultam de uma estrutura política que não soube articular e incluir novos grupos, que aos poucos iam se formando e ganhando força no cenário nacional, ainda que incipientemente. O operariado, a classe média e os militares tiveram no tenentismo sua maior expressão de descontentamento e reivindicação política. As disputas interoligárquicas tiveram papel essencial nas crises que culminaram na denominada Revolução de 1930 (FAUSTO, 2001; MENDONÇA, 2000; PRIORE; VENANCIO, 2010).

A historiografia tradicional definiu o termo Revolução como marco desse processo de reajuste entre as lideranças e os diferentes grupos sociais e políticos, como se fosse possível dividir a história do Brasil em antes e depois de 1930. O uso do termo Revolução de 1930 como marco de periodização histórica implica na redução da complexidade dos processos políticos e econômicos daquele momento. Desta forma, analisar os anos 1930 requer um olhar que não reduza a análise a uma dicotomia velha/nova ordem, mas sim um olhar que avalie o papel dos diferentes atores envolvidos, tanto no que se tem denominado Revolução como nos seus desdobramentos (MARTINS, 1982: 669-690).

Não é incomum a historiografia tratar o período 1930-1945 como um bloco coeso. Nesta perspectiva, o Estado Novo nada mais seria que o coroamento de um processo iniciado nos anos 1930, batizado de Revolução, cujas características revolucionárias são amplamente debatidas e questionadas pela historiografia; os anos 1930-1937 seriam um caminho linear e contínuo que desembocaria no estado ditatorial de Getúlio Vargas. Desse modo, é preciso estar atento às discontinuidades, marchas e contramarchas da história e ir além da cronologia, que elenca acontecimentos como a Revolução Constitucionalista de 1932, a Constituinte de 1934, a constituição da Aliança Nacional Libertadora e da Ação Integralista Brasileira, por exemplo. Romper, portanto, com aquela abordagem é buscar reestudá-la, recuperando a

presença de outros atores históricos tais como as forças populares, assim como os conflitos no interior das elites. O período 1930-1937 é marcado por instabilidade, lutas e choques entre as distintas forças sociais que disputam o espaço político no cenário nacional. Segundo Ângela de Castro Gomes (1980: 26),

[a] Revolução de 1930, na verdade, veio colocar em destaque, definindo de forma mais clara e aguda, uma série de problemas que caracterizavam o impasse do sistema político da República Velha. Nas primeiras décadas deste século, alguns fatos políticos já demonstravam a existência de fortes críticas e pressões contrárias ao modelo político liberal de cidadania restrita então vigente, que consagrava a hegemonia de algumas oligarquias regionais mais poderosas, como a de São Paulo e Minas Gerais. As greves operárias de fins dos anos 10, as revoltas tenentistas dos anos 20, as numerosas cisões interoligárquicas e as crescentes demandas por um regime eleitoral que consagrasse o voto secreto e a moralização do processo de reconhecimento dos candidatos eleitos ilustram não só a existência de fortes oposições quanto a variedade de suas orientações e métodos políticos.

Uma das questões relevantes a apontar nos anos 1920/1930 é o chamado “sentimento de exclusão” nutrido pela elite brasileira e arraigado na psicologia coletiva nacional desde a sua formação. Sentimento este alimentado pela adoção do paradigma europeu como sinônimo de desenvolvimento e civilização, o qual, em momentos de crise, tomaria maiores proporções ao refletir-se sobre o lugar do Brasil no mundo. Como bem observa Roberto Abdenur, a síndrome de exclusão teria deixado na sociedade cicatrizes profundas revestida de melancolia, desapego a terra e apego ao passado português e europeu. Tal conjuntura dificultaria o olhar para dentro do próprio país, buscando soluções adequadas à realidade, uma vez que é com descrença que se observa o Brasil ao se ter como parâmetro o modelo externo (ABDENUR, 1994: 31-46).

Ao longo dos 1930, o Brasil passa igualmente por uma renovação no campo das ideias, as quais, em princípio, buscam romper com o sentimento de exclusão e criar novas interpretações. Em discurso proferido mais de uma década mais tarde, em 1954, o então eleito presidente Getúlio Vargas, trata de forma esclarecedora a relação entre a intelectualidade e a política ao longo dos anos 1920-1930.

As forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do modernismo na literatura brasileira [...] foram as mesmas que precipitaram, no campo social e político, a Revolução vitoriosa de 1930. A inquietação brasileira [...] buscava algo de novo, mais sinceramente nosso, mais visceralmente brasileiro. [...] a renovação dos valores literários e artísticos, de um lado, a renovação dos valores políticos e das próprias instituições [...] se fundiram num movimento mais amplo, mais geral, mais completo,

simultaneamente reformador e conservador, onde foram limitados os excessos, [...] harmonizadas as tendências mais radicais e divergentes. [...] Tive ao meu lado as gerações novas do Brasil, que, em todos os setores da inteligência e da cultura, procuravam novas formas de convivência e novas expressões para valores antigos. Porque nunca pretendi favorecer reformas que não tivessem raízes nas aspirações mais profundas e mais constantes da coletividade e que não exprimissem um consórcio pacífico de evolução e tradição (VARGAS apud OLIVEIRA, 1982: 508).

Se as revoluções do espírito precedem as mudanças de ordem política e social, é possível inferir que, para parte do próprio movimento Modernista, como observa Vargas, a chamada Revolução de 1930 consolida os pressupostos da inteligência nacional divulgados no movimento, ou seja, o Modernismo alimenta aquilo que foi divulgado como uma Revolução e esta, por sua vez, afirma o Modernismo, incorporando seu discurso num processo de retroalimentação transformador da realidade brasileira (ANDRADE, 1978: 211-223).

A atmosfera que cerca a intelectualidade dos anos 1920/30 discute o que seria específico da cultura nacional (OLIVEIRA, 1982: 507-526). O que se busca descobrir é o Brasil verdadeiro, as raízes do país. Por isso, ainda que carregue posturas distintas, o Modernismo vincula-se ao nacionalismo por provocar este repensar e a partir dele gerar a consciência do atraso nacional propondo, assim, soluções. O movimento Modernista e o ano de 1922 são marcos que antecedem as transformações políticas dos anos 1930. Os intelectuais de 1922, por serem capazes de antever o desenrolar dos acontecimentos e explicar o mundo, teriam captado a necessidade de renovação da sociedade brasileira. Ao lutarem pela mudança e transformação de padrões estéticos e literários, ao repensarem a cultura brasileira, resgatando seu passado, valorizando o regionalismo, vinculam-se à chamada Revolução de 1930. Dessa forma, o Modernismo a antecipa e posteriormente consolida seus pressupostos durante o Estado Novo (OLIVEIRA, 1990: 83-96).

Repensar o país implicava também modernizá-lo. Essa necessidade foi um imperativo da década de 1920 e do movimento Modernista no Brasil, os quais, além de prenúncios dos anos 1930, possuíam uma dinâmica própria que reflete os anseios nacionais da época (MOTTA, 1992: 1-12). Tais anseios teriam como paradigma a cultura branca europeia e, como exemplo, a reforma urbana ocorrida no Rio de Janeiro para a comemoração do Centenário da Independência, em 1922, que derrubou o Morro do Castelo para abrigar a Exposição Universal. Tratava-se de apresentar:

A magnificência de uma capital não é uma simples questão de vaidade, mas de dignidade nacional [...]. Nesta hora histórica em que o Brasil entrou na

plena consciência dos seus destinos formidáveis [...], vem a propósito perguntar se a capital do Brasil [...] está à altura de representar a síntese brilhante de nossa civilização [...]. A nação gigantesca não quer ser servida por pigmeus (MOTTA, 1992: 4).

As reformas urbanas para a Comemoração do Centenário expulsaram do Morro do Castelo a população negra e pobre, cujos costumes e rituais eram interpretados como bárbaros, para dar lugar a uma construção coadunada com o ideal de (re)construção da identidade nacional. Mario de Andrade, Oliveira Vianna, Monteiro Lobato, Tristão de Ataíde, Lima Barreto, entre outros, estavam comprometidos com a missão de forjar uma identidade nacional e criar a nação, intentando um modelo de modernidade brasileiro. Suas concepções de modernidade eram diversas, transitavam pelas referências da *Belle Époque*, da vanguarda dos valores urbano-industriais e até mesmo pelos sólidos princípios do ruralismo e da exaltação da natureza, tendo em comum um mesmo objetivo: a definição da identidade nacional diretamente relacionada com a necessidade de construção de um novo projeto para a nação (MOTTA, 1992: 1-12).

A consciência do atraso, não solucionado pelo liberalismo da República Velha, e a tentativa de dar a ele soluções, passa, dessa forma, por uma análise do próprio Brasil e do povo brasileiro. Daí a emergência do nacionalismo, da exaltação da pátria e de sua formação histórica e, conseqüentemente, da revalorização do povo. Para se compreender a pátria e transformá-la, era necessário compreender a sua identidade e definir quem a gerava, ou seja, quem eram os homens e mulheres que formavam o povo brasileiro e o Brasil. O nacionalismo avançou no sentido de envolver a consciência do subdesenvolvimento e procurar outro esquema explicativo para o país, que envolvia dicotomias entre o Brasil real e o ideal que não mais seriam justificadas apenas pelo caráter do homem brasileiro, mas principalmente pelas condições em que este homem se encontrava (OLIVEIRA, 1982: 507-526).

Nas palavras do próprio Getúlio Vargas, expostas anteriormente, toda ebulição política e ideológica dos anos 1920/1930 comportava a busca por um País ao mesmo tempo tradicional e moderno, que, na afirmação de suas raízes e na leitura do seu passado histórico, busca se reafirmar e se modernizar. Obviamente, o Brasil moderno e tradicional que se configurava nos anos 1920/1930 também iria pensar a questão racial, agora sob novo enfoque. Os chamados “pensadores do Brasil” modificaram o olhar a respeito da miscigenação e do branqueamento.

Novas perspectivas sobre a formação cultural brasileira entram em cena pondo fim às concepções baseadas no argumento racial científico, substituindo-o pelo conceito de cultura.

É ao longo desse período que a miscigenação passa de problema à singularidade. Em *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, publicado em 1928, Paulo Prado² (1981) analisa o papel de colonizadores, índios e negros na formação nacional, fundamentando as origens do atraso econômico e cultural brasileiro por meio de uma análise étnico-cultural da formação nacional. Entretanto, ao contrário dos pensadores do início do século, Prado responsabiliza a raça branca, o português colonizador, por parte significativa do atraso nacional, devido ao processo de colonização. É neste sentido o debate avança em torno das culturas originárias do brasileiro. Sua reflexão não aborda, porém, a miscigenação de forma diversa da dos pensadores do século XIX, pois nas suas concepções sobre a formação nacional permanece o ideal de branqueamento, o viés racial, para o autor, consequência natural do processo de miscigenação já em andamento.

Em seu primeiro capítulo, intitulado *A luxúria*, Prado (1981) trata do contato inter-racial e dos cruzamentos entre brancos, negros e índios. Muitas são as causas do contato, a falta de mulheres brancas no período de colonização, por exemplo, resultando no processo de formação nacional do mestiço. Em seguida, em *Cobiça*, é abordada a relação do homem com a terra, do colonizador que, ao se deparar com toda abundância da natureza brasileira, retirou sua riqueza e esgotou parte de seus recursos em nome do enriquecimento fácil somado à falta de amor pela terra. O erotismo exagerado e desordenado, que degenerou a raça, aliado à escravidão, causa do atraso econômico e cultural, resulta na definição do caráter nacional: a tristeza.

O homem brasileiro é um homem triste, avesso ao trabalho, voltado à busca pelo prazer, e quando não satisfeito, gera uma melancolia irremediável. Tal melancolia se expressa no predomínio do romantismo na intelectualidade e arte brasileiras, construtor de visões idealizadas, emotivas e pouco racionais da realidade. Paulo Prado, às vésperas da Revolução de 30, conclui que a transformação da sociedade brasileira (em processo de branqueamento

² Paulo Prado não apenas foi o autor da obra referencial de interpretação do Brasil como também articulador do movimento Modernista. Atuou como intermediador entre artistas e como organizador de eventos culturais e encontros onde a elite da inteligência paulista discutia tanto as revoluções necessárias para a arte nacional como para a realidade brasileira como um todo. Filho de cafeicultores e de família tradicional de São Paulo, também ligada ao processo de industrialização, Prado transitou pelo mundo da arte, da história, dos negócios e da política, tendo integrado o Departamento Nacional do Café. É possível compreendê-lo como “intelectual orgânico de sua classe em sua tentativa de atualizar [...] a dinâmica política, econômica e artístico-cultural do país, por meio de um movimento transformista, o que, segundo ele [...] é o único a garantir a regeneração do Brasil” (PIVA, 2009: 221). Torna-se interessante, trazermos à tona um pouco da história de Paulo Prado enquanto agente e articulador político e cultural, pois o seu peso como figura relevante do Movimento Modernista e como agente de uma classe social repercute tanto em sua obra como no próprio paradigma do movimento de reinterpretção do Brasil, voltado à sua transformação, onde se insere, também, uma postura definida em relação à miscigenação, na qual ainda subjaz o ideal de branqueamento.

irreversível) não se daria em função da definição de um caráter nacional ou de uma identidade brasileira baseada na raça (esta questão já estaria resolvida pelo processo de branqueamento no qual prevaleceria a raça branca sobre as demais), mas sim a partir de uma radical transformação política, social e cultural (o Modernismo), talvez, até mesmo, revolucionária (PRADO, 1981).

Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995), publicado em 1936, desenvolve uma análise sobre a formação nacional, baseando-se numa abordagem cultural. Mais que projetar um possível branqueamento da população nacional, analisa-se nas características e na herança de cada uma das culturas integrantes do Brasil seu percurso ao longo da história, pelo processo e caráter da colonização, os fundamentos do presente histórico do Brasil dos anos 1930. O papel do colonizador é minuciosamente estudado comparativamente com os países de colonização espanhola. A herança portuguesa é, para Buarque de Holanda (1995: 29-93), responsável pela consolidação das relações patriarcais na sociedade brasileira, pelo modo como se assimila, se executa e se valoriza o trabalho, pela mistura do público com o privado, pelas vivências e relações que se dão no campo e nas cidades, no incipiente processo de urbanização.

Não poupando a crítica nem deixando de indicar as contradições da cultura brasileira, as quais, de certa forma, impedem ou atravancam a transformação da realidade nacional, é possível concluir dos estudos de Holanda que a construção do conceito de homem cordial, por exemplo, não é um elogio, mas uma crítica, pois o homem cordial é aquele desprovido de razão, aquele cujas ações são baseadas nas emoções e nas paixões, que não se encaixam na ética do trabalho necessária ao capitalismo e que inverte a ordem democrática por meio de relações personalistas e do caudilhismo, cujas raízes estão na formação cultural do Brasil (HOLANDA, 1995: 139-169).

A principal obra que repensa e ressignifica a miscigenação, oferecendo a ela um sentido positivo e de exaltação da identidade brasileira, é *Casa grande e senzala* de Gilberto Freyre³ (2006), publicada em 1933, um estudo sobre o processo de miscigenação no Brasil que constrói a ideia de democracia racial. Gilberto Freyre, ao substituir a ideia de raça pela de cultura, interpreta o contato entre as três raças formadoras do mestiço como um contato entre culturas, no qual a assimilação, a troca e o sincretismo constroem uma nação, onde prevalece a chamada democracia racial (ORTIZ, 1994: 36-44).

Gilberto Freyre (2006), por meio do conceito de luso-tropicalismo, analisa a adaptação do colonizador português no Brasil e sua maleabilidade, ao tomar contato com negros e índios, apesar destes últimos não serem tão profundamente abordados na referida obra. O contato entre a casa grande e a senzala, se deu, para Freyre, de maneira tão íntima e direta que ambas as culturas, portuguesa e africana, sofreram processos de assimilação cultural gerando a cultura nacional. Freyre chega a esta conclusão por meio do estudo dos hábitos alimentares, religiosos e sexuais, por exemplo. A senzala complementar a casa grande gerando como consequência sociocultural, a miscigenação. Outro fator que desponta da tese de Freyre é o mito do bom senhor e do escravo submisso, ou seja, nas relações inter-raciais e interculturais brasileiras, o conflito, a crueldade e a exploração não teriam predominado, mas sim uma espécie de assimilação pacífica das diferentes culturas (FREYRE, 2006: 64-165).

Para o sociólogo, o negro não é aquele que degenera a raça, pelo contrário, ele contribui para a sua formação, complementa o homem branco, influencia-o, dá a ele costumes e características que são suas e, ao mesmo tempo, incorpora a cultura portuguesa. Isto gera

³ É importante frisar que *Casa grande e senzala* é parte da trilogia de Gilberto Freyre dedicada a interpretar o Brasil. Nas obras seguintes, *Sobrados e mucambos* (1936) e *Ordem e progresso* (1957), o autor desenvolve análises sobre a construção da sociedade brasileira, partindo do estudo de outros aspectos: o patriarcado, a urbanização, entre outros, que, unidos à sua interpretação cultural, completam sua interpretação. É também fundamental observar que a sua interpretação sobre a miscigenação foi contestada pela academia, principalmente em estudos sociológicos nos anos 1960, por nomes como Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964) e Fernando Henrique Cardoso em sua tese de doutoramento *Formação e desintegração da sociedade de castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul* (1961), os quais questionam a tese de democracia racial desenvolvida por Freyre assim como a brandura com que trata das relações inter-raciais brasileiras. A obra de Freyre tornou-se, em certa medida, polêmica, uma vez que a academia direcionou-se então a pesquisar as contradições implícitas na ideia de democracia racial assim como a fazer emergir, nos estudos acadêmicos, os conflitos e preconceitos de ordem racial o que fez com que até por volta dos anos 1970/1980 Freyre chegasse até mesmo a ser rejeitado pelos círculos intelectuais para, por fim, ser retomado de forma mais crítica no período subsequente, sendo reavaliado, repensado como intérprete do Brasil, inclusive no que diz respeito a sua ideia de democracia racial, a qual, devidamente contextualizada e analisada também por meio de suas contradições, deixa de ser o tema de maior relevância de Freyre, para dar lugar à sua obra como um todo, levando em consideração elementos abordados pelo autor até então ofuscados pelo conceito. Porém, a miscigenação como pensada por Freyre ainda assim tornou-se uma definição da identidade nacional a qual, uma vez questionada, ou de certa forma reavaliada, passou a conviver com ações afirmativas definindo, atualmente, uma identidade nacional ao mesmo tempo unitária e racialmente plural, o que, ainda que polêmico, revela a legitimidade de Freyre como grande nome do pensamento nacional (CLEARY, 1999: 1-23).

um homem novo, o brasileiro, o mestiço, que carrega em si o exemplo de tolerância racial e a capacidade de construir nos trópicos uma civilização (FREYRE, 2006: 366-574). Dessa forma, o Brasil não sofreria de conflitos raciais, tampouco culturais, visto que, no contato entre as culturas, predominou o sincretismo e não o conflito. Esta interpretação de Freyre gerou algumas consequências delicadas: se, por um lado, buscou valorizar a miscigenação, e de fato por não abordar a questão, sob o ponto de vista racial, foi bem sucedida, por outro, retirou de sua interpretação os conflitos e preconceitos de ordem racial existentes na sociedade brasileira.

Vemos assim que nos anos 1930 o debate em torno da formação do brasileiro avança em alguns pontos tendo como referência as obras de Prado, Holanda e Freyre. O papel do colonizador (branco ocidental) é criticado e ele é também responsabilizado pela realidade brasileira, que, para ser modificada, passa a ser pensada sob o ponto de vista político, social e econômico, ou seja, a responsabilidade do atraso é passada do indivíduo mestiço para a estrutura política e social construída ao longo da história através do encontro entre culturas diferentes. A formação do indivíduo mestiço tem como justificativa não apenas o encontro entre raças distintas, mas também o encontro entre culturas que fizeram do mestiço um indivíduo tolerante, de onde emerge a ideia de democracia racial o que, em tese, derruba a ideia de superioridade racial até então em voga na intelectualidade brasileira.

A tese de Gilberto Freyre foi amplamente aceita e corroborou um pensamento compartilhado pela elite dominante no Brasil. Gilberto Freyre, ao racionalizar a ideia de democracia racial fundamentou um mito historicamente construído pela classe dominante aceito de maneira geral pelas demais classes sociais, inclusive por parte da população negra, transformando tal representação popularizada das relações entre negros e brancos na ideologia racial oficial (DOMINGUES, 2005: 116-131).

O valor da obra de Gilberto Freyre é inestimável porque rompe com o pensamento do século XIX e valoriza a miscigenação. Porém, é preciso discutir seus efeitos para a historiografia, pois o debate em torno do tema apresenta enfoques diferentes, como aqui já foi exposto. Ao se apresentar nos 1930 de maneira ressignificada, a miscigenação, enquanto objeto de estudo, foi pensada mais em termos de encontros e intercâmbios culturais do que a partir de um conceito de raça, usando para tal, como justificativa, a ideia de democracia racial advinda de Gilberto Freyre. O registro dos fatos históricos ao longo do tempo, tomando a democracia racial como fato concreto, evitou pensar a mestiçagem a partir da questão racial (VAINFAS, 1999: 1-12). A partir de então, a adoção do conceito de democracia racial

originou uma gama de estudos que voltaram o olhar para as trocas e sincretismos culturais para identificar as especificidades e sobrevivências de grupos os quais ocultam a miscigenação e, contraditoriamente, se afastam da proposta original de Gilberto Freyre: investigar as “**mesclas culturais e metamorfoses raciais**” (VAINFAS, 1999: 11; grifos meus).

O tema de maior constrangimento para os historiadores, doravante, seria a questão racial, talvez em função de um receio coletivo de involuntariamente exprimir um ranço do ultrapassado pensamento baseado no racismo científico. Problematizar o conceito de raça torna-se, assim, chave para um maior entendimento, não apenas da miscigenação, mas para uma abordagem mais profunda sobre a raça e a formação nacional que revele e desvende preconceitos e racismos. Para Vainfas (1999: 11), isto se torna possível se o conceito de raça não for fundamentado em pressupostos biológicos, mas como um “**conceito social e ideologicamente construído**”. Para a historiografia atual avançar para um maior entendimento da miscigenação assim como de suas contradições e complexidades, é preciso tanto tomá-la como tema proposto e valorizado por Freyre, como analisar o seu oposto, ou seja, sem negar que a miscigenação também colocou em cena preconceitos raciais. Sendo assim, para se compreender a miscigenação há que se explorar a questão racial.

A reflexão sobre a miscigenação passou assim por um processo histórico que lhe conferiu sentido transformado e ressignificado ao longo do tempo. Da ideia de degeneração da raça, mal da nação, motivo de atraso – desenvolvida em fins do século XIX e início do XX e sustentada pelas teorias evolucionistas –, passa-se a dar sentido positivo à miscigenação nos anos 1930, o que, por sua vez, oculta os conflitos raciais e preconceitos existentes na sociedade brasileira, uma vez que é incorporada pela sociedade como uma verdade nacional. Esse pensamento que caminha da necessidade de branqueamento à democracia racial é construído pela elite intelectual brasileira, numa tentativa de modernização interna voltada à autoafirmação da nação, sustentada por um ideal nacionalista. Parte significativa dessa elite que exerceu papéis institucionais ao longo dos anos 1930 e do Estado Novo trouxe às instâncias políticas institucionalizadas perspectivas novas sobre as raças, a partir de então, pensadas como culturas e constitutivas da formação nacional.

1. 3 Miscigenação e identidade nacional: cultura oficial do Estado Novo

Viu-se que ao longo do tempo existe uma continuidade no desenrolar do debate sobre a vinculação entre a miscigenação e a identidade nacional, entre a miscigenação e a nação. Os ideólogos da miscigenação e do branqueamento, assim como os intelectuais que ocuparam as esferas do poder, preocupavam-se em definir uma identidade brasileira (ORTIZ, 1994; SCHWARCZ, 1994; OLIVEIRA, 1982). Essa identidade quando ligada à miscigenação simbolizava uma unidade. Ao definir quem eram os brasileiros, a intelectualidade visava também dizer o que era o Brasil e se, tendo um povo formado por mestiços, o país seria capaz de construir uma civilização e se tornar um Estado viável.

Nestas circunstâncias, a miscigenação se torna a construtora da identidade nacional se não a própria identidade. O que se transforma ao longo do debate que aqui apresentamos é o valor dado à miscigenação: da degeneração à regeneração, da depreciação à valorização, de uma nação possível e imaginada a uma nação real.

O Estado Novo vem apaziguar a turbulência política dos anos 1930, calando as forças de oposição por meio da sua simples eliminação e da repressão policial. Movimentos como a Revolução Constitucionalista, a chamada Intentona Comunista e a Aliança Nacional Libertadora, e mesmo os segmentos dentro do Exército, contrários ao governo getulista, expressam forças de oposição ao governo, que serão esmagadas (FAUSTO, 2001; PRIORE; VENANCIO, 2010).

A teoria da democracia racial é incorporada pelo Estado Novo. Os intelectuais, que se definem como porta-vozes dessa nova identidade, a irradiarão por meio das instituições por eles ocupadas. Em virtude de sua formação, são eles os indivíduos considerados capazes de guiar a nação. De certa forma, os intelectuais se colocam acima da grande massa, responsabilizando-se, quase num sentido missionário, pela construção da identidade que define o que é o Brasil (VELLOSO, 1982: 71-108).

Sob a tutela do Ministério da Educação, Saúde e Cultura, sob o comando de Gustavo Capanema desde 1934, os pensadores do Brasil participaram direta e ativamente da política, adotando uma postura que ultrapassava o mundo das ideias, sensibilidades e representações, buscando modernizar e transformar o país. Gustavo Capanema foi figura de extrema importância na conexão entre intelectuais e instituições governamentais. Sua relação de amizade com Carlos Drummond de Andrade, seu gosto pessoal pelos livros, sua erudição e seu contato com a intelectualidade mineira fizeram do ministro um articulador do mundo das

ideias com o mundo político, que reconhecia, nesse diálogo, a construção de uma nova inteligência e identidade nacional (SCHWARTZMAN, 1982: 365-398). Emerge nos anos 1930, vinculado ao nacionalismo político, o nacionalismo cultural:

O nacionalismo cultural, baseado nos traços que definem a identidade de um povo e o diferenciam dos demais (costumes, etnias, religiões, língua) esteve presente no romantismo do século XIX e no modernismo dos anos 20. Podemos supor que a importância do nacionalismo cultural tende a crescer na medida mesma do fracasso da política em construir uma coletividade com sólidos laços de solidariedade nacional. Por outro lado, em uma sociedade mais "tradicional", a identidade deduzida dos costumes, da língua e da cultura aparece de forma mais "natural", é facilmente visível. Ao contrário, nas sociedades em transição para um mundo industrializado, onde predomina a mobilidade vertical, diminui a importância dos traços "naturais" e aumenta o papel da identidade construída a partir da ação política do Estado. Esta ação política, entretanto, tende a tomar como eixo central a identidade cultural, como no caso do Estado Novo (OLIVEIRA, 1990: 199).

O nacionalismo do Estado Novo centralizou o país politicamente e administrativamente, construiu uma identidade nacional unificando modelos regionais, que formariam um projeto ufanista do Brasil. Os intelectuais abraçam esse projeto porque comungam de duas características básicas do Estado Novo: um regime que é novo e é nacional. A centralização é assegurada de tal forma pelo Estado que os regionalismos e a diversidade de posições não ameaçam o todo, pelo contrário, reafirmam e corroboram a diversidade. O Estado Novo articulou cultura e política fazendo da produção, realização e incentivo de bens culturais uma atividade do Estado. Trouxe autores com posições distintas para o mesmo debate, operando num nível ideológico, explicando o passado e o presente de maneira a legitimar o sistema político e orientar os cidadãos. Essa articulação deixou marcas na cultura brasileira e interferiu no processo de socialização das gerações que se seguiram ao Estado Novo, sobrevivendo, desta forma, ao próprio regime (OLIVEIRA, 1999: 83-98).

É importante ter em mente que o processo de remanejamento político e renovação cultural, iniciado nos anos 1920 e que se prolonga ao longo dos anos 1930, não faz do Estado Novo a sua consequência natural. Na verdade, dá a ele, no momento de sua emergência, o sentido de reestruturação do Estado, que rompe com uma ordem considerada antiga e inadequada ao Brasil. A configuração de um Estado forte e até mesmo a presença de um líder na figura de Getúlio Vargas, capaz de articular em torno de si e do Estado, pelo processo de construção de sua figura política, os diferentes grupos e atores do jogo político (CAMARGO, 1999: 13-33), apresentou-se como alternativa atraente aos intelectuais que pensavam o país e que viam no golpe de 1937 uma oportunidade de construção de uma nação efetivamente nova.

No Estado Novo, os intelectuais não apenas rompem com o ideal de que, por serem aqueles que pensam a sociedade, devem estar distanciados da práxis política para serem capazes de criticá-la, explicá-la e decifrá-la, como criam uma relação simbiótica com o Estado porque passam a falar em nome da sociedade e a expressar os anseios da mesma. Isto porque percebem que o conhecimento sobre a singularidade e especificidade da cultura de uma nação é o que permite a criação de suas instituições (OLIVEIRA, 1999: 83-98). Esta conjuntura é o que aproxima Estado e intelectualidade assim como o apoio da intelectualidade ao Estado e a incorporação de um pensamento desenvolvido pelos intelectuais pelo Estado, ainda que este pensamento seja heterogêneo, ainda que no seio da elite intelectual diferentes perspectivas sobre o Brasil sejam encontradas. Contudo, esta diversidade é unificada pelo Estado e utilizada por ele em vias de criação de uma identidade nacional oficial: a miscigenação, a diversidade cultural.

A conexão entre intelectuais e poder também é expressa nas publicações oficiais do Estado destinadas à propaganda do regime tais como as revistas *Cultura política*, *Ciência política*, *Estudos e conferências*, nas quais intelectuais de diferentes correntes de pensamento expunham suas reflexões e trabalhos. Autores de peso como Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré e Graciliano Ramos, para citar apenas alguns nomes, escreveram para estas revistas. Estas publicações, além de divulgar o Estado, visavam à construção de uma ideologia capaz de sustentá-lo e de um projeto político que anunciava um novo País, uma nova civilização constituída de novos homens tutelados pelo Estado. Ora, se se projetava um novo brasileiro, ou uma nova brasilidade, esta reflexão passava, obrigatoriamente, pela questão racial. Da heterogeneidade como fator de degradação nacional, a mestiçagem passa a ser vista como o fator de unidade e de originalidade da cultura brasileira, invertendo o processo argumentativo. A formação do homem brasileiro era importante para a definição de uma identidade social, condição necessária para a efetivação de um projeto político sob a égide de uma unidade nacional (VELLOSO, 1982: 71-108).

Dessa forma, a adoção do discurso da miscigenação não apenas ocupou a intersecção entre o mundo das ideias e da política, foram adotadas políticas públicas que se guiavam pelo princípio da miscigenação como fator de unidade nacional, fazendo o racismo científico cair por terra definitivamente. A partir de 1937, foram implantadas medidas coercitivas em relação às comunidades étnicas de imigrantes em nome da assimilação cultural. Tal ação visava impor a assimilação cultural, principalmente, às comunidades alemãs de imigrantes instaladas no Sul do Brasil. Estas comunidades foram impedidas, por meio de ações educacionais, censura e até

mesmo pela intervenção do Exército, de usar sua língua nativa em ambientes públicos e de publicar jornais em língua alemã. Temia-se, por serem os alemães de uma cultura que pouco se misturava com outras, a emergência de movimentos separatistas e a perturbação da ordem nacional. A imigração deveria ser pensada tendo como referência o passado histórico de miscigenação, ou seja, os imigrantes deveriam preferencialmente vir da cultura formadora da nação, a portuguesa, ou de culturas próximas a ela, como a espanhola e italiana, latinas. Isto provocou a adoção de um sistema de cotas para imigração, além de inflar os debates sobre a presença de japoneses no Brasil, estes vistos por alguns segmentos da elite como inferiores. Curiosamente, mesmo com a retórica da miscigenação, esta era vista como um estágio do branqueamento, ou seja, no futuro, a cultura branca predominaria no mestiço. Porém, este papel caberia ao sangue português ou povos latinos. Os alemães, se não assimilassem a cultura nacional e adotassem o nacionalismo brasileiro, poderiam, em contrapartida, prejudicar a unidade nacional e o próprio processo de miscigenação e branqueamento, já que não se misturavam (SEYFERTH, 1999: 199-228).

O discurso oficial, da miscigenação como característica ímpar da identidade nacional, convivia com o controle da imigração e com políticas eugênicas que são instituídas ao indivíduo negro, respaldadas pela intelectualidade e por um discurso científico da nascente antropologia brasileira, que buscava desvincular-se do racismo científico, mas que, entretanto, não deixava de pensar a questão de forma científica. A coexistência da miscigenação com a eugenia se apresenta no pensamento que divide o negro enquanto cultura constitutiva da nacionalidade e o negro enquanto indivíduo, sujeito a intervenções científicas, jurídicas e regulações morais. A miscigenação foi pensada voltada à melhoria do homem. O negro deveria ser melhorado sofrendo intervenções que o tornassem mais qualificado enquanto indivíduo, o que ocorreria por meio de medidas educacionais e sanitárias, de maneira que as diretrizes da cultura branca ocidental seriam as responsáveis por formar o indivíduo negro como cidadão (CUNHA, 1999: 257-288).

O Estado Novo sacralizou Estado e política por meio de ideias e imagens imaculadas. Neste contexto, a miscigenação foi usada como mecanismo de definição de uma identidade nacional voltada a fortalecer e unificar o Estado. O que se pretende, no momento, é sobrepor as diferenças sob o imperativo da nacionalidade, como se o Estado inventasse a nação (LENHARO, 1986: 107-198):

Vem do Estado a única voz que fala em nome de todos os brasileiros. O homem comum, o cavalheiro dos salões, o homem e a mulher do campo, o

operário, o comerciante, são descaracterizados socialmente para serem recuperados na perspectiva de uma identidade que a organicidade na Nação engendra através da harmonia social já alcançada [...]. O poder apresenta, pois, a Nação como sua obra acabada, a dimensão orgânica de uma sociedade que supera as suas disparidades (LENHARO, 1986: 34-35).

E se o Estado inventa a Nação, inventa também o indivíduo e cria um mito unificador, a miscigenação, voltada a pensar homogeneamente o país, oferecer-lhe a sua singularidade, integrar a sociedade e individualizar a sua cultura. A miscigenação é armada para suavizar o confronto entre as diferenças, criar o brasileiro e assegurar a unidade nacional (LENHARO, 1986: 107-198).

Contudo, pelas políticas migratórias e eugênicas instituídas ao longo do Estado Novo, que favoreciam a entrada no Brasil de portugueses, espanhóis e italianos, preterindo africanos e asiáticos, por exemplo, a miscigenação oculta o ideal de branqueamento, ainda presente no pensamento e na política brasileira (LENHARO, 1986: 107-198).

O racismo à brasileira procede assim: maneiroso e voltado para outros fins, inovador na escolha dos seus oponentes. Não espanta que o arianismo se manifeste, travestido com outras cores; ele não visa defender uma pretensa pureza da raça; o alvo maior do racismo à brasileira é a busca da sua depuração. [...] a mestiçagem funciona como mascaramento de uma síntese igualitária mentirosa, na realidade sempre direcionada para garantir o branqueamento do brasileiro em formação (LENHARO, 1986: 127).

Depreende-se daí que a valorização da miscigenação não implicava a noção de igualdade entre os homens. A memória histórica construída a respeito das raças na formação do homem brasileiro ocultava os conflitos, preconceitos e a hierarquia social. As políticas eugênicas, voltadas ao aperfeiçoamento do homem brasileiro, baseavam-se na ideia de uma superioridade branca, ou seja, cabia ao Estado fornecer ao negro condições necessárias à aquisição de uma “alma” branca. A miscigenação louvada pelo Estado é incorporada por ele como discurso oficial, para a criação de uma identidade nacional, e de um sentimento de nacionalidade, que unificava a diversidade em torno de um Estado centralizador e autoritário.

No Estado Novo, a miscigenação é apresentada como uma característica positiva da nação que não a prejudica, pelo contrário, simboliza a sua originalidade, as suas raízes, que, baseadas no passado histórico ressignificado, permitem a formação de uma nação viável uma vez ciente de sua origem. A miscigenação, contudo, tem como contraponto, dentro da própria estrutura do Estado, o branqueamento, compreendido como o processo natural da formação do homem brasileiro, ainda incompleto. Embranquecer significava não apenas mudar o tom de pele adquirido pelo mulato ao longo do tempo para mais claro, significava também adotar

a cultura branca, suas práticas sociais, educacionais, sanitárias e culturais como norte e, enfim, assumir a sua superioridade cultural sobre as demais culturas responsáveis pela formação nacional.

O Estado Novo se apresenta, oficialmente, como o projeto, enfim realizado, instituído no início dos anos 1930 com a denominada Revolução (SCHWARTZMAN, 1982: 13-70). Ao conseguir calar os conflitos e articular as forças de oposição, que se manifestam ao longo dos sete anos entre a chegada de Vargas ao poder e o golpe de 1937, por meio da centralização, do autoritarismo e da figura do líder Getúlio Vargas, o Estado cria e justifica para si um discurso salvacionista e messiânico, legitimando a sua existência diante da população. É necessário que o Estado afirme que o Estado Novo é, de fato, a consolidação de uma nova nação germinada ideologicamente, nos anos 1920, e politicamente no início dos anos 1930. Nesse contexto, o Estado reescreve a história e constrói seus mitos com o intuito de solidificar a nação, dar-lhe sentido por meio do nacionalismo e fazer do sonho de modernização uma realidade possível e presente.

Abraçar a miscigenação é, assim, não apenas uma alteração real no pensamento nacional, como um recurso necessário para a própria existência do Estado. Retirar da questão racial a culpa pelo atraso nacional é, em contrapartida, transferir esta responsabilidade a uma estrutura política falha, ineficiente, incapaz de gerar o progresso da nação, de maneira que a nova configuração do poder, o Estado Novo, ganha respaldo e força porque é ela que solucionará os problemas do país.

Ademais, a propagação da ideologia do Estado e a união do povo em torno da estrutura que lhe é imposta devem carregar um sentimento de pertencimento, um sentido ou sentimento de nação. A miscigenação aparece, então, como o conceito que reconhece e une as diferenças, formando uma identidade nacional.

No entanto, o reconhecimento e a afirmação da diversidade cultural, substituto da ideia de raça como quer Gilberto Freyre (ORTIZ, 1994: 79-142), não pressupõe a ausência de conflitos e preconceitos de ordem racial, nem tampouco, o abandono do ideal de branqueamento. Deixar de definir a desigualdade entre os homens pelo racismo científico, assumir as diferenças e não usá-las como argumentos para justificar superioridades raciais não significa que as culturas negra e indígena tenham sido consideradas tão civilizadas quanto à cultura branca. O ideal de branqueamento ainda permanece nas entrelinhas do discurso, ocupando o corpo e o espírito, ou seja, a cultura civilizada e moderna que o Brasil pretendia ser era baseada nos modelos da cultura branca ocidental (SKIDMORE, 2012: 173-204).

Os anos 1930 e o Estado Novo afirmam a miscigenação como uma característica positiva e original do Brasil cuja projeção era de uma nação cada vez mais culturalmente branca, fruto da própria miscigenação. Corroboram assim, veladamente, uma ideia de superioridade não muito distante daquela explicitada pelos pensadores do século XIX e que com tanto empenho afirmavam ter rompido.

1.4 Sob o signo da miscigenação e do embranquecimento: proposta de estudo sobre a projeção cultural do Brasil

A miscigenação brasileira foi, ao longo do tempo, pensada de duas formas. Primeiramente como a causa do atraso nacional e em um segundo momento como a especificidade da cultura brasileira tendo sido adotada, pelo Estado Novo, como identidade oficial da nação. No intuito de compreender como a cultura brasileira foi projetada internacionalmente, analisa-se como o debate interno acerca da miscigenação e do branqueamento foi refletido no exterior, em especial na Feira Internacional de Nova York de 1939-1940. Nossa hipótese é a de que a organização da representação brasileira e a própria representação do Brasil em Nova York projetaram a cultura brasileira baseando-se nos debates internos acerca do tema inseridos nas posições dos agentes do Estado em prol da construção de uma imagem internacional positiva e da aquisição de interesses do Estado, ressaltando, entretanto, as contradições existentes neste processo.

No âmbito dos estudos de Relações Internacionais (RI), abordar a cultura na história da política externa implica analisar primeiramente como a própria disciplina incluiu a variável cultural sobre os desdobramentos teóricos dessa questão. Embora no caso do presente estudo não se intente comprovar uma teoria, como é prática corrente nos estudos de RI, é necessário deixar claro que escolhemos um enfoque que prioriza a narrativa histórica e a análise das fontes.

Num primeiro momento, foi preciso tecer algumas considerações sobre aquilo que é definido como diplomacia cultural, um conceito importante para nosso estudo de caso, que, porém, não exaure a complexidade do tema, como veremos adiante. A diplomacia cultural é o uso da cultura em prol dos objetivos do Estado, sejam estes políticos, comerciais, econômicos ou de cooperação (RIBEIRO, 2011: 21-116). Neste sentido, a divulgação ou projeção da cultura de um Estado internacionalmente serve como suporte, adquirindo um caráter até mesmo estratégico para alcançar a realização de interesses domésticos. Além disso, a cultura, enquanto ferramenta da diplomacia, não apenas pode fornecer o caminho para o atendimento

de determinados interesses, como, e principalmente, favorecer o entendimento entre os povos, contribuindo assim, para a estabilidade e a paz (TEVDOVSKI, 2009: 9-34).

Uma das dimensões da diplomacia cultural e o ganho advindo de seu uso é a compreensão entre os povos e, dessa forma, uma maior colaboração e fraternidade entre as diferenças, uma vez que o contraponto alteridade/identidade permite, por meio da vivência do estranhamento entre diferentes culturas, a sua consequente aceitação. Trata-se assim de, por meio da cultura, conhecer o outro e estabelecer o entendimento. Desse modo, a cultura funcionaria como “arma” de influência, ou seja, divulgando ideias, valores e símbolos da cultura nacional, a capacidade de influenciar a cena internacional pelos Estados aumentaria (RIBEIRO, 2011: 21-116; TEVDOVSKI, 2009: 9-34).

É possível, entretanto, diferenciar diplomacia cultural de relações culturais internacionais (RIBEIRO, 2011: 21-116). A primeira estaria diretamente vinculada ao Estado, possuindo o caráter de propaganda, e seria conduzida pelos agentes estatais com objetivos pré-determinados. Já a segunda, abarcaria outros agentes além do Estado e estaria voltada a criação de laços de cooperação e amizade. Quando utilizada pelo Estado como propaganda, a cultura abarcaria objetivos que iriam além dos interesses meramente culturais, atingindo outras esferas, como a econômica e política, e como tal, seria menos eficiente, posto que percebida pelos receptores em seu sentido de propaganda, ou seja, algo que oculta aspectos da realidade e exalta outros, criando assim uma imagem propositalmente falseada daquele Estado que se pretende propagandear (DONFRIED; GIENOW-HECHT, 2011: 3-30).

Por sua vez, as relações culturais internacionais, por serem promovidas por entidades civis, organizações não governamentais e pela circulação de pessoas, não contando com a participação estatal, trariam melhores resultados, sobretudo em termos de cooperação, uma vez que estimulariam trocas culturais mais consistentes e genuínas já que não vinculadas à propaganda, permitindo, dessa forma, uma melhor compreensão entre os povos (DONFRIED; GIENOW-HECHT, 2011: 3-30).

Porém, esta distinção revela-se insuficiente para explicar os projetos culturais dos Estados. Isto porque a cultura não pode ser tratada apenas a partir de uma perspectiva funcional frente aos demais pilares das RI (HERZ, 1987 61-76). Além disto, é importante ressaltar, frente às definições de diplomacia cultural e de relações culturais expostas, que a cultura e o encontro entre diferentes culturas geram, igualmente, choques, conflitos e estranhamento, de forma que, afirmar que a cultura, enquanto ferramenta da diplomacia, oferece resultados, em sua maioria, positivos, reduz a própria complexidade da cultura, que

deve assim ser pensada em termos mais amplos. Ou seja, o tema em RI vai além da atuação do Estado e de seus objetivos, ultrapassa, inclusive, a esfera de ação coletiva da sociedade civil uma vez que a própria cultura já está inserida na ação dos agentes das relações culturais e na política cultural, ou ainda, aqueles que formulam ou atuam no intento de estabelecer relações ou políticas culturais são definidos pela própria cultura, o que implica pensar as relações culturais de forma mais complexa. A projeção ou disseminação de valores e sistemas simbólicos entre diferentes culturas não produz, na verdade, uma sociedade global mais homogênea, tampouco mais cooperativa, pelo contrário, ao se disseminar uma cultura, os conflitos entre produtores e distribuidores culturais não se diluem por meio de um processo de homogeneização. Contraditoriamente, a tentativa de projetar uma cultura caminha juntamente à criação e recriação das diferenças (HERZ, 1987: 61-76).

É preciso problematizar a cultura, quando utilizada pelo Estado como uma construção, como a adoção pelos agentes estatais de algumas peculiaridades ou particularidades culturais, de acordo com o que estes pensam ser adequado e com as próprias visões que tais agentes possuem de sua própria cultura. Dessa forma, faz-se necessário ressaltar que, quando pensamos aqui em diplomacia cultural, estaremos falando da cultura que é adotada como cultura oficial do Estado, mas que não obrigatoriamente reflete toda a complexidade cultural, toda a rede de interações culturais existentes na esfera doméstica do Estado, pelo contrário, reflete percepções e escolhas dos agentes do Estado a respeito de sua própria cultura.

Adotamos aqui a perspectiva de Mônica Herz (1987) apresentada anteriormente, mas pensamos que é possível ainda ir mais além e expor uma visão mais sofisticada de cultura, na tentativa de explicar e explicitar as contradições existentes naquilo entendido ou adotado como a cultura oficial de um Estado e, conseqüentemente, naquilo que é definido como cultura a ser utilizada pela diplomacia cultural. Parece-nos válido adotar a perspectiva de Ferguson e Gupta (1992), que observam que a ideia de cultura geralmente pressupõe a adequação desta a um território integrado e contínuo, numa divisão espacial aparentemente desprovida de problemas e pouco problematizada, ou seja, a ideia de cultura liga-se a ideia de Estado, territorialmente definido, de forma que essa configuração proporciona a formação de nações independentes e culturas autônomas. Os autores problematizam as relações entre espaço e cultura e afirmam que desafiar a associação entre cultura e nações independentes eleva a questão para a compreensão da transformação social e cultural. Dessa forma, mais que uma reflexão sobre o contato, choque ou articulação cultural, pensar tais transformações implica um repensar sobre a diferença (FERGUSON; GUPTA, 1992: 6-23).

A tese é de que, “desterritorializando” a cultura, ou seja, desvinculando a cultura do Estado, é possível encontrar a produção da diferença assim como as contradições culturais internas que permitem uma comunidade identificar-se enquanto tal.

Keeping in mind that notions of locality or community refer both to a demarcated physical space and to clusters of interaction, we can see that the identity of a place emerges by the intersection of its specific involvement in a system of hierarchically organized spaces with its cultural construction as a community or locality (FERGUSON; GUPTA, 1992: 8).

Há uma tendência natural de se relacionar uma cultura a um povo e a um território. Seria complicado dizer com clareza o que é a cultura americana, por exemplo, dada a diversidade de interações entre diferentes grupos de um mesmo povo dentro de um mesmo território. É possível identificar, dentro de um mesmo Estado e de um mesmo território, interações culturais diversas, que produzem, internamente, hierarquias e diferenças entre a coletividade. Se pensadas como uma unidade, as associações entre pessoas e lugares são colocadas como sólidas, compartilhadas, e aceitas quando, de fato, são contestadas, incertas e fluidas. Portanto, faz-se necessário questionar a unidade da identidade, a alteridade do outro e a radical separação entre identidade e alteridade que permite tal oposição (FERGUSON; GUPTA, 1992: 6-23).

A análise da cultura nas relações internacionais deve modificar o enfoque da pergunta que orienta a pesquisa. Isto significa ter a alternativa de, ao invés de observar e questionar um mundo ordenado por povos e culturas diferentes já pré-estabelecidos, olhar para um conjunto de relações de produção da diferença, saindo de um estudo que apenas justapõe diferenças preexistentes para outro que explora a construção das diferenças no processo histórico. De maneira que a cultura e o espaço não podem ser tomados como elementos dados, seu processo de construção sociopolítica, tanto na esfera doméstica como na esfera internacional, deve sempre ser considerado. O que implica dizer que o Estado pode unificar as diferenças internas, ao invés de pensarmos o Estado como a instância última de uma cultura unificada, de uma identidade coletivamente compartilhada e aceita (FERGUSON; GUPTA, 1992: 6-23).

Há, portanto, aqui, uma ressalva a ser feita quanto à perspectiva de diplomacia cultural: o conceito não esclarece as contradições implícitas na projeção da cultura brasileira ao exterior, porque ele admite a cultura como um elemento dado, coeso, desprovido de conflitos, e, por estar vinculado à ideia de propaganda do Estado, reflete as escolhas referentes àquilo que seus agentes julgam adequado projetar, além de ocultar as complexidades culturais

internas em prol da criação de uma imagem positiva e dos interesses do Estado sem, entretanto, servir de suporte para a compreensão daquelas.

Por esta razão tomamos como norte a discussão de Gupta e Ferguson (1992) que permitirá tornar inteligíveis as contradições existentes na diplomacia cultural, desvinculando Estado e cultura. A reflexão também passa pelo debate, como quer Herz (1987), que os próprios agentes estatais são definidos por uma cultura, muitas vezes, marcada por um contraponto interno entre identidade e alteridade, revelando, assim, as próprias diferenças culturais da esfera doméstica, apaziguadas ou ocultadas por aquilo admitido como cultura oficial do Estado.

Isto porque, como exposto, a miscigenação ao ser adotada pelo Estado como cultura oficial, ocultou os preconceitos da sociedade brasileira assim como as diferentes redes de interações culturais internas. A miscigenação conviveu na esfera doméstica com a eugenia e o branqueamento, revelando que a diplomacia cultural não explica a diversidade de interações e percepções referentes à cultura brasileira dos anos 1930. Isto revela que, como observam Gupta e Ferguson (1992), internamente, a identidade nacional era contestada e incerta, havia um contraponto identidade/alteridade aparente nas instituições do Estado e na sociedade, e as interações culturais internas revelam uma rede muito mais sofisticada a qual, no entanto, foi apaziguada sob o signo da miscigenação.

Sendo assim, se aliarmos esta perspectiva ao conceito de raça definido como **a percepção das diferenças físicas pelos grupos sociais** (SILVA; SILVA, 2005: 346-349), veremos emergir dentro da própria estrutura do Estado, nos agentes de suas instituições, as diferentes percepções vinculadas à cultura e à raça e, dessa maneira, analisamos a representação brasileira na Feira Internacional de Nova York de 1939-1940 para explicar as contradições aparentes na representação no que se refere à miscigenação e ao branqueamento. Antes, porém, é preciso justificar a escolha deste objeto assim como sua relevância para o estudo da cultura nas Relações Internacionais, além de apresentarmos um pouco da história sobre a participação brasileira nas Exposições Universais, temas do próximo capítulo.

2 EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS: VITRINES DO MUNDO, VITRINES DO BRASIL

Para compreendermos as Exposições Universais como eventos utilizados pela diplomacia cultural, é preciso conhecer sua história e, sobretudo, compreender como, para um Estado, a participação nesses acontecimentos internacionais pode ser importante. Durante parte de sua história, no seu áureo período que percorre o século XIX até o início do século XX, as Exposições foram de extrema relevância tanto para a projeção e os negócios dos Estados como para a propagação de um modelo de sociedade a ser seguido pela humanidade como um todo. No próximo capítulo, trataremos especificamente da miscigenação e do branqueamento como orientações da representação brasileira na Feira Internacional de Nova York de 1939-1940.

Neste capítulo, traçaremos o histórico da presença brasileira nas Exposições de maneira a estabelecer elementos de continuidade na linha de atuação brasileira para, ao abordarmos nosso estudo de caso, no Capítulo 3, identificarmos a presença desses elementos assim como algumas particularidades da representação brasileira na Exposição de 1939-1940. Assim, este capítulo estudará, primeiramente, as Exposições como objeto das relações internacionais. Em seguida, contextualizará a Exposição de 1939-1940 no âmbito geral das Exposições, e, por fim, tratará da história da participação brasileira nas Exposições Universais.

2.1 Exposições Universais e Relações Internacionais

Tendo como marco inicial a Exposição de Londres em 1851, no Palácio de Cristal, as Exposições Universais⁴ foram criadas como grandes eventos, nos quais eram expostos os avanços técnicos, científicos, artísticos, educacionais, entre tantos outros, de cada Estado participante. Pensadas a princípio como feiras comerciais, as Exposições ganharam, ao longo do tempo, uma proporção muito maior tornando-se eventos de entretenimento e educação das massas, podendo ser vistas além de seu caráter meramente comercial. As Exposições tornaram-se palco de uma competição internacional com forte dimensão simbólica, uma vez que tornaram-se também um veículo para os Estados se projetarem na esfera internacional com imagens de progresso, de suas riquezas e de suas potencialidades (PESAVENTO, 1997: 12-115).

⁴ Sobre a bibliografia referente às exposições, ver especialmente Geppert, Coffey e Lau (2006).

Uma Exposição Universal é um evento sediado por um país anfitrião. Na cidade escolhida para abrigar a Exposição, geralmente são realizadas, na região onde acontecerá a Exposição, reformas urbanas de monta. Nos pavilhões, edificação em geral temporária, com uma arquitetura que simboliza, visualmente, as características tradicionais do país anfitrião e dos países participantes são expostas, máquinas, obras de arte, livros, imagens, mapas, personalidades, enfim, tudo aquilo que possa ser capaz de mostrar ao público o que um Estado deseja projetar: sua indústria, sua geografia, seu povo, suas artes e tradições, enfim, sua cultura, se pensarmos cultura aqui em seu sentido mais amplo, como o modo de ser e de viver de um povo. Ou seja, uma Exposição Universal busca levar ao público internacional conhecimento, tanto sobre as realidade de cada país, como seus avanços científicos que afetariam a humanidade de maneira geral. A energia elétrica, por exemplo, foi levada ao público numa Exposição Universal, assim como o telefone, da mesma forma que as possibilidades de utilização do ferro: a torre Eiffel foi construída para a Exposição Universal de 1889, realizada em Paris (RASMUSSEN; SCHROEDER-GUDEHUS, 1992: 10-55).

Em linhas gerais uma Exposição é uma mobilização universal em nome do progresso e da cooperação entre os povos por meio da instrução, do divertimento, da exibição de novidades e das trocas comerciais. É parte de um sistema de representação coletiva, de um esquema de ideias e imagens que se tornam referenciais para a compreensão do mundo que legitima a ordem estabelecida, direciona comportamentos e condutas, hierarquiza valores, estabelecendo metas e construindo mitos (PESAVENTO, 1997: 12-115). Mais que uma exibição, trata-se de uma ordenação do mundo como se fosse a própria realidade, o próprio mundo (ANDERMAN, 2009: 333-363).

As Exposições cumpriam também com a função de educar, informar e entreter. Era ali, no palco da Exposição, que a massa trabalhadora tomava contato com os avanços técnico-científicos e as novidades do mundo. Era ali que conheciam outros povos, seus hábitos e costumes, que também, eventualmente, se reuniam. Tanto a Internacional Comunista como o movimento feminista usufruíram do espaço das Exposições, o que as evidencia também como lugar de reunião de diferentes grupos voltados a debater seus interesses (KAISER, 2004: 45-59).

O espetáculo promovido pelas Exposições tinha ainda outra função: incutir na mentalidade coletiva o valor do trabalho, o sentimento de progresso e a ideia de modernidade. Fenômenos da ordem burguesa, nas Exposições, a burguesia expunha seus valores e ideias por meio da mercadoria e do trabalho e, principalmente, por meio da imagem de progresso

propagada para a coletividade como um objetivo comum a todos os povos, linear, sem conflitos. A mercadoria, levada à massa trabalhadora como um fetiche, que em si carrega tanto o valor do trabalho e do progresso como o desejo, favoreceu a assimilação e a incorporação do ideal de progresso apresentado na Exposição. Por isto, mais que meras exposições do desenvolvimento da humanidade e das nações, esses eventos ocultavam as reais relações de poder do sistema capitalista, a exploração do homem pelo homem e as disputas entre as nações. Tornaram-se uma fantasia da realidade, já que eram formuladas como um grande espetáculo e uma projeção do futuro, tanto em termos de avanços técnicos e científicos como em termos de uma almejada paz social entre os povos (HARDMAN, 2005; PESAVENTO, 1997; BARBUY, 1999).

Seduzida pela Exposição, a massa trabalhadora sentia-se integrada e responsável pelo progresso que conduzia ao Estado de bem-estar. Mascarando a realidade e as reais condições sob as quais o progresso era construído, as Exposições contribuíram para diluir conflitos e consolidar a supremacia econômica, política e cultural de um grupo (a burguesia) sobre a sociedade.

As Exposições auxiliaram na internacionalização do capitalismo, universalizando o ideal burguês por meio da socialização de ideias como o progresso, a utopia, o sonho e o desejo. Produtos de um mundo industrial em amadurecimento, a sua dimensão propriamente econômica de feira de mercadorias sustentada pela burguesia industrial, financeira e comercial, e pelo Estado, universalizada pelo número e abrangência dos itens expostos, assim como pela participação de nações estrangeiras, tem como contraponto, a faceta cultural e política, já que uma Exposição cria e recria representações mentais do imaginário coletivo. No momento da Exposição, reduzem-se, ainda, as distâncias sociais em torno de uma ideia de grandeza nacional (PESAVENTO, 1997: 12-115).

A grandeza nacional transparece na Exposição por meio da exaltação da nacionalidade. Para além de seu caráter universal, as Exposições fizeram transparecer o nacionalismo, fator de agregação política voltado a suavizar as tensões e conflitos sociais dos movimentos imperialistas em choque no século XIX. As Exposições podem, portanto, ser interpretadas como um espaço de competição entre as nações e de construção de sua imagem

perante as demais.⁵ Ou seja, as Exposições servem também como afirmação do *status* e do lugar ocupado por cada Estado no concerto das nações, além de servirem como palco de negociação de seus interesses. Para a Inglaterra, por exemplo, as Exposições foram utilizadas como um mecanismo de transferência cultural do modelo de livre comércio. Em função dos avanços técnicos e da crescente interdependência e competição entre as nações, as Exposições propagaram o livre comércio por meio do debate com os países protecionistas sobre a necessidade de liberalização comercial.

A modernização também pressupunha desenvolvimento econômico capaz de saciar necessidades materiais, diluir tensões sociais e prover estabilização política e isto se daria através do livre comércio. Sendo assim, a Inglaterra buscava levar ao mundo seu próprio modelo de desenvolvimento, de progresso, e moldar um cenário internacional que fosse compatível com seus interesses (KAISER, 2005: 563-590).

A ideia de progresso apresentada pelas Exposições é coletivizada, difundida como um processo linear a ser seguido pela humanidade. Este processo é apresentado pelo resgate da história, do passado, o qual, relacionado ao presente, projeta um futuro universal (PESAVENTO, 1997: 12-115). Isto porque as Exposições evidenciam o passado para explicar o presente, resgatam a história de maneira que ao espectador seja possível compreender o encadeamento histórico que desemboca no presente apresentado na Exposição assim como o panorama futuro projetado pelo evento. Participando das Exposições, os Estados não só afirmam suas identidades e soberanias, como mostram qual o lugar que ocupam no cenário apresentado e em qual ponto estão na marcha coletiva em direção ao progresso.

Mas para que esse progresso fosse reconhecido como universal, fazia-se necessário o (re)conhecimento da diversidade cultural. Neste sentido, as Exposições do século XIX foram agentes importantes ao retratarem culturas e civilizações além da Ocidental. Esse retrato não

⁵ Robert Rydell, John Findling e Kimberly Pelle (2000), na tentativa de ordenar os inúmeros estudos sobre as Exposições, estabelecem seis grandes escolas de pensamento sobre o tema. A primeira, definida como escola da hegemonia cultural, teria como foco de pesquisa as intenções dos organizadores das Exposições. Centrada nos processos de produção do evento, esta escola argumenta que as Exposições Universais devem ser compreendidas como veículos utilizados para a conquista de apoio popular às políticas nacionais imperialistas. Por sua vez, a segunda escola parte da recepção destes eventos como base argumentativa. Nesse caso, a recepção ultrapassa as intenções dos organizadores uma vez que é elaborada pelos próprios indivíduos de acordo com a leitura que fazem do evento. Uma terceira escola investiga ainda mais profundamente as questões relativas à recepção. Essa escola avalia as Exposições como locais onde grupos que não dispunham de poder puderam desafiar as representações e estereótipos tradicionais impostos pela sociedade, tais como as mulheres. A quarta escola analisa as exposições como eventos da modernidade, que divulgam valores como o consumismo e o individualismo em substituição às ideias de caráter e produção. Por fim, a quinta escola é voltada às dimensões científicas, educacionais, urbanas e arquitetônicas das Exposições, e a sexta, cujo viés é tanto acadêmico como não acadêmico, dedica-se à memória destes eventos.

foi, contudo, isento de preconceitos e variou de acordo com a cultura apresentada, às vezes como culturas viáveis e dinâmicas, às vezes como estágios primitivos do processo de evolução humana. De qualquer forma, as culturas distintas da cultura branca ocidental foram apresentadas como passíveis de compreensão dentro da lógica de cada império colonial (BENEDICT, 1991: 5-9).

A representação apresentada, os símbolos, imagens, produtos, que cada Estado exhibe, seja metrópole ou colônia, articulam-se de uma forma que estabelece, simbolicamente, o contraponto nós/eles, ou seja, a identidade/alteridade (PESAVENTO, 1994: 151-167). Assim, somadas às ideias de progresso e afirmação da nacionalidade, exibidas nas Exposições, estas são transformadas em lugares onde também se afirma uma suposta superioridade cultural e racial por meio da referida oposição, o que é exemplificado pela representação dos nativos norte-americanos⁶ na Exposição da Filadélfia, em 1876, e na construção dos pavilhões das colônias pelas metrópoles, sob a ótica do imperialismo. A cultura do homem branco ocidental emerge nas Exposições como aquela responsável pelo progresso, cuja função é educar e civilizar os demais povos, harmonizando-se com as teses raciais “científicas” em voga no século XIX (PESAVENTO, 1994; BENEDICT, 1991; MITCHEL, 1989).

É preciso salientar, entretanto, que a recepção daquilo que era exposto não foi sempre passiva.⁷ O olhar para o evento não é acrítico, pois, ao pensarmos as Exposições como eventos de propagação de um modelo de sociedade, também é preciso observar que, nem sempre, a recepção de tal modelo correspondeu às intenções de seus organizadores. Frente a isto, mais que espaços de representação, as Exposições são também espaços de criação onde os visitantes, de acordo com suas motivações, conhecimento e criatividade, assimilam as informações do evento de maneira individual, de uma forma nem sempre condizente à realidade que a Exposição pretende representar (BARTH, 2008: 22-37).

Portanto, as Exposições são interpretadas como grandes espetáculos da modernidade, do progresso e da civilização, nos moldes sustentados pela sociedade ocidental do século XIX. O ser moderno, desenvolvido e civilizado, é aquele criado pela sociedade ocidental, à época marcadamente imperialista, criador de visões do outro, do contraponto

⁶ Sobre a forma como as populações indígenas brasileiras foram expostas nas Exposições Universais, ver Amoroso (2006).

⁷ No romance *Notas do subsolo*, Fiodor Dostoievski (2010) não só problematiza a Exposição, no caso a de Londres, em 1851, como também questiona a sociedade na qual esta se insere. Para o romancista, o símbolo da Exposição, o Palácio de Cristal, revela a própria natureza humana, conquistadora, criadora e destruidora, características inerentes ao homem, e que, por isto, mostram que aquela noção de modernidade e progresso não é coletiva, tampouco, eterna.

identidade/alteridade que definia a ordem do mundo.

As divergências eram ocultadas, e os conflitos temporariamente esquecidos (durante o tempo da Exposição).⁸ A magnitude do espetáculo e a alegoria da realidade incutidas são representativas de uma época. A afluência de visitantes era enorme e fazia valer o custo da Exposição, ainda que alto, e ainda com lucro menor que o investimento haviam claras compensações para o custo. As Exposições norte-americanas dos anos 1930, por exemplo, além de objetivarem a recuperação econômica, gerando empregos e estimulando o consumo nos anos de crise, serviram igualmente para cultivar a harmonia e paz social num momento de instabilidade (RYDELL; FINDLING; PELLE, 2000: 1-13).

Os números demonstram a grandeza do espetáculo. Logo na primeira grande Exposição, em 1851, seis milhões de visitantes compareceram ao Palácio de Cristal, que contava com a presença de 14 mil expositores; em 1893, em Chicago, a Exposição ocupou um espaço de 288 hectares, ocupados por 70 mil expositores, e visitado por 70 milhões de pessoas. Paris, em 1900, abrigou 83 mil expositores e recebeu 48 milhões de visitantes. Embora com um número mais reduzido de expositores, aproximadamente 1500, a Feira Internacional de Nova York de 1939-1940 abrangeu 500 hectares percorridos por 44 milhões de pessoas (RASMUSSEN; SCHROEDER-GUDEHUS, 1992: 10-55).

É inegável, portanto, o valor das Exposições como eventos de massa e como eventos internacionais. Seu avanço ao longo do século XIX resultou, enfim, numa maior organização e regulamentação, culminando, em 1928, com a criação do Bureau Internacional de Exposições (BIE), organização intergovernamental destinada ao estabelecimento de princípios uniformes de organização e gestão das Exposições, objetivando maior utilidade e eficácia para estas. A institucionalização das Exposições ocorre em virtude dos excessos que provocaram. O fim do século XIX assistiu a uma exagerada proliferação de eventos que depreciaram a sua importância, fazendo com que o modelo atingisse certa exaustão. Em 1888, foram realizadas três Exposições (Bruxelas, Barcelona e Melbourne), seguidas por Paris em 1889, Chicago em 1893, Antuérpia em 1894, novamente Bruxelas em 1897 e, iniciando o novo século, mais uma vez com a Exposição de Paris, em 1900.

⁸ “Em 1889, tudo parecia calmo no continente europeu; é que as potências estavam ocupadas com a consolidação dos impérios coloniais, guerreando em outras plagas, aniquilando outras culturas. Na exposição que celebra os cem anos de ‘liberdade, igualdade e fraternidade’, a ocorrência simultânea de um Congresso Internacional da Paz, assim como as salas e pavilhões dedicados ao tema do pacifismo, alcançam ressonância limitada junto à imprensa e ao público. Mas, de outra parte, referindo-se à mesma Exposição, em que tinha lugar uma atmosfera especial de produtos bélicos, um jornal comenta: ‘No Palácio da Guerra, a afluência foi enorme. Não se avançava mais de um metro a cada cinco minutos.’” (HARDAN, 2005: 77).

O início do século XX não fez diminuir a frequência: Buffalo e Glasgow em 1901, Saint Louis em 1904, Liège em 1905 e Milão em 1906. Não à toa, a regulamentação estabelecida pelo Bureau mostrou-se necessária para conter o avanço desenfreado e os altos custos de produção de uma Exposição como também, em contrapartida, garantir sua preservação e evitar que perdessem sua relevância (RASMUSEN; SCHROEDER-GUDEHUS, 1992: 10-55). Essa proliferação revela de todo modo, como as Exposições passaram a ser supervalorizadas como espaços de projeção política e negócios por meio de seu uso, cada vez mais frequente, para afirmação das cidades e países sede.

A regulamentação acontece também porque, longe de ser apenas um evento de negócios entre os expositores participantes e os visitantes, as Exposições envolvem negócios dos Estados. Porém, os intervalos cada vez mais curtos entre um evento e outro implicaram em crescentes dificuldades aos governos de assegurar a qualidade de sua presença. Desta forma, em prol de uma boa e digna representação, os Estados pressionam os diferentes grupos internos, expositores muitas vezes concorrentes e mesmo considerados medíocres, a não prejudicar a imagem e o desempenho do país. Além disso, mais que garantir a eficiência da publicidade comercial aos Estados, o controle da representação é necessário porque a sua qualidade afeta as relações com o país anfitrião da Exposição. É a escala do esforço empregado na criação de sua representação que mede o respeito do país convidado pelo país anfitrião e a importância que o primeiro vincula às boas relações entre os dois países. O processo de organização da representação, o montante de investimento empregado, a qualidade das personalidades encarregadas pela organização assim como o contingente de expositores eram observados de perto, e ao primeiro sinal de ineficiência ou desinteresse os organizadores e os grupos políticos e econômicos participantes do evento não hesitavam em ameaçar com a interrupção de acordos comerciais e a prognosticar uma deterioração nas relações diplomáticas (RASMUSSEN; SCHROEDER-GUDEHUS, 1992: 10-55).

Os governos convidados a participar de uma Exposição muitas vezes se viam, assim, obrigados a enfrentar embaraços e divergências internas. Os debates sobre a participação em uma Exposição faziam exacerbar e revelar os conflitos profundos de interesses econômicos e sociais de grupos desejosos de interferir na representação de um Estado. À medida que as Exposições se multiplicam e que a reunião dos expositores relevantes se torna mais difícil, as contrariedades emergem fazendo os governos levarem a organismos nacionais especializados as questões relativas à organização das Exposições. Foram organizados comitês nacionais, encarregados de decidir, juntamente ao poder público e as municipalidades, a participação

nacional nas Exposições, comitês agrupados num organismo internacional permanente, o já citado BIE (RASMUSEN; SCHROEDER-GUDEHUS, 1992: 10-55).

Como consequência, uma Exposição, para ser adjetivada como universal, passou a ter que cumprir com uma série de requisitos: ter um tema, um símbolo, ter como marco uma data comemorativa, ter participação estrangeira, métodos de julgamento e de recompensa aos melhores produtos, edifícios e pavilhões temáticos e nacionais, entre outros. Estes critérios foram estabelecidos para harmonizar as Exposições e classificá-las como universais, propriamente ditas, num extenso conjunto de feiras, exposições e exposições nem sempre internacionalizados (RASMUSSEN-SCHROEDER-GUDEHUS, 1992: 10-55).

Os símbolos e as datas comemorativas, por exemplo, servem como pretexto para dissimular os objetivos mais ou menos implícitos na Exposição. Paris, em 1878, confirma sua capacidade de superar as provações da destruição das indenizações de guerra e da Comuna; a União Soviética demonstra seu poder ao comemorar o cinquentenário da Revolução de 1917 com uma Exposição Universal em 1967 (RASMUSSEN; SCHROEDER-GUDEHUS, 1992: 10-55).

O sucesso da autoafirmação da cidade ou país sede é medido, em contrapartida, pelo aceite dos convites e pela participação estrangeira, pois é a adesão pelos Estados ao projeto da Exposição, que visa integrar a comunidade internacional, que revela seu êxito. A participação de cada Estado é movida por sua política interna e, muitas vezes, o boicote às Exposições revelou as dicotomias do sistema, como quando algumas monarquias europeias boicotaram a Exposição republicana na Paris de 1889. Para compreender, portanto, cada participação nacional, é preciso ter em conta as especificidades internas de cada Estado e não traduzir sua complexidade apenas em termos de competição internacional já que cada participação representa tradições nacionais diferentes, suscitando verdadeiras campanhas diplomáticas e viagens de propaganda (RASMUSSEN; SCHROEDER-GUDEHUS, 1992: 10-55).

Uma verdadeira diplomacia das Exposições se desenvolve em todos os Estados avançados da Europa e da América, com comitês nacionais integrados por príncipes, aristocratas de *vieille souche* e burgueses arrivistas. O modernismo capitalista enfrenta o *kitsch* do *ancién regime*, o pragmatismo burguês tem de conviver com o academicismo de nobres decadentes, os salões acarpetados assistem a encontros de estadistas e à distribuição de medalhas e diplomas de honra ao mérito, o cosmopolitismo dos novos valores universais realiza, enfim, um *ménage* ideológico (ALMEIDA, 2001: 242).

As Exposições possuem, assim, relevância comercial, pois nelas eram apresentados produtos e realizados negócios; relevância política, porque se tornaram eventos nos quais aos Estados era possível projetar sua imagem; relevância diplomática, porque a participação estatal envolvia agentes políticos e voltava-se também a alcançar a concretização interesses nacionais; e relevância cultural porque permitiram tanto a divulgação de ideias como serviram como palco de encontro entre diferentes culturas que puderam transmitir e transferir seus códigos, ideias, valores e se fazer conhecidos.

É pelo caráter de encontro entre os Estados que se exibem uns aos outros e para o grande público que a dimensão simbólica das Exposições Universais se revela, já que esta representação não implica, necessariamente, numa correspondência com a realidade interna de cada Estado. Por ser uma representação, os Estados escolhem aquilo considerado adequado para projetar uma imagem positiva internacionalmente. Além disso, como exposto, a Exposição apresenta, simbolicamente, a forma como se organiza o sistema internacional, uma vez que cada representação nacional visa mostrar o lugar que cada Estado acredita ocupar dentro do sistema internacional.

A participação de grupos sociais e transnacionais mostra que uma Exposição não pode apenas ser analisada de forma vertical, partindo da hierarquia dos Estados nacionais, mas que neste espaço de representação já emerge uma sociedade global (KAISER, 2004: 45-59). Entretanto, são os Estados que ocupam o papel principal na Exposição. Qualquer que seja a estrutura da Exposição, esta é colocada sob o patrocínio de um soberano ou de altas personalidades do Estado, mesmo com a participação de agentes privados. O Estado delega a direção da Exposição a uma célula centralizada, como observado, a um comissariado geral, constituído geralmente por Ministérios, como do Comércio e da Indústria, e, no caso do Brasil, das Relações Exteriores (RASMUSSEN; SCHROEDER-GUDEHUS, 1992: 10-55). De maneira geral, os agentes formuladores das Exposições foram agentes vinculados ao poder político e ao mundo dos negócios, agentes políticos e sociais com poder e prestígio, capazes de influenciar a sociedade (FINDLING; PELLE; RYDELL 2000: 1-13).

As Exposições Universais fazem parte, portanto, da política externa dos Estados. É possível sintetizar seus objetivos (a criação de uma imagem do Estado favorável no exterior, a formação ou o estreitamento de alianças nacionais e ideológicas, a consolidação de agendas nacionais e internacionais e a transferência cultural). Os meios para atingir tais objetivos variam desde a estrutura da Exposição, à arquitetura dos pavilhões, às exposições materiais e

representações humanas, trocas internacionais vinculadas à Exposição, chegando até mesmo ao seu boicote oficial (KAISER, 2004: 45-59).

2.2 O Brasil nas Exposições Universais: breve histórico

Em 1876, Dom Pedro II participava da inauguração da Exposição Universal da Filadélfia em comemoração ao centenário de independência dos Estados Unidos. Entusiasta das Exposições, o Imperador, como representante do Brasil, deu partida em um motor a vapor e arriscou algumas palavras no grande invento de Graham Beel, o telefone, com o próprio inventor (ALMEIDA, 2001: 231-248; SCHWARCZ, 2008: 568-598). A presença do Imperador consolidava o envolvimento brasileiro e sua participação ativa nas Exposições Universais. Dom Pedro II chegou a investir privadamente nos estandes brasileiros (SCHWARCZ, 2008: 568-598).

A presença brasileira, contudo, é a princípio, tímida. Foi com o passar do tempo e do próprio processo das Exposições, as quais tomaram dimensões cada vez maiores, que o Brasil se apresentou de forma mais organizada. A seleção dos expositores se dava pelas mostras provinciais, posteriormente organizadas em uma Exposição Nacional, encarregada de eleger aquilo que seria exposto nas Exposições Universais. O Brasil, de maneira geral, se destacou dos demais países latino-americanos em suas representações, tendo ganhado medalhas de ouro conferidas aos melhores produtos em diversas ocasiões. As medalhas honravam os produtos primários brasileiros, especialmente o café, o algodão e a madeira. Em Viena, em 1873, o café brasileiro recebeu diploma de honra, e fábricas de tecido baianas ganharam menção honrosa pela qualidade de seus produtos, ocasião em que a representação se deu de forma mais adequada e organizada (ALMEIDA, 2001: 231-248).

Aparentemente, à época Imperial, o investimento nas Exposições era maior que o retorno que ofereciam, mas a permanência da presença brasileira se dava, em parte, com o objetivo de construir uma imagem positiva do Brasil perante a comunidade internacional, demonstrando a inserção brasileira na modernidade (SCHWARCZ, 2008: 568-598).

A modernização brasileira acimatou características contraditórias, aliando o liberalismo e progresso técnico, definido como meta a ser perseguida para que o Brasil atingisse o *status* de moderno, à escravidão – a civilização com a barbárie. A modernidade brasileira era construída, ademais, sob os auspícios de teorias e ideias estrangeiras adaptadas à realidade nacional, gerando um modelo conservador e deslumbrado, impaciente para ingressar

no conceito do mundo civilizado e científico cujo padrão de humanidade é o europeu, e a criatividade, a inteligência, o pensamento racional e o senso estético estrangeiro são ideais a serem atingidos para validar a modernidade brasileira (PESAVENTO, 1997: 12-115).

O ideal europeu transparecia na representação da população brasileira nas Exposições. Em Paris, na Exposição de 1889, o pavilhão brasileiro teve como adorno seis estátuas de índios modelados no estilo neoclássico de beleza. Invocando o passado pela apresentação de seu povo nativo, o Brasil, ao mesmo tempo, o abandona em nome do progresso futuro cuja população, evidentemente embranquecida, perderia suas feições originais (ANDERMAN, 2009: 333-369).

Os objetivos comerciais da participação brasileira afirmam-se, por exemplo, na Exposição da Filadélfia de 1876. Tudo indica que a presença do Imperador na Exposição deu um novo impulso para a exportação do café brasileiro para os Estados Unidos (PESAVENTO, 1994: 151-167). A recuperação e incremento da atividade mineradora brasileira também foi uma das razões da presença do Brasil nas Exposições Universais. Nos eventos de Londres em 1862 e de Turim em 1911, o envio de minerais e publicações, tendo como um de seus agentes a Escola de Minas de Ouro Preto, serviu para reavivar e divulgar a mineração brasileira (SANTOS, 2009: 41-256). Outro êxito das Exposições foi o incentivo a avanços internos, como o desenvolvimento de pesquisas geográficas e a criação de museus, além da exibição da incipiente indústria nacional (ANDERMAN, 2009: 333-369).

A presença brasileira nas Exposições não se deu sem disputas internas relativas aos produtos e símbolos a serem expostos, que deveriam ser utilizados para tal e ao questionamento da efetividade destas para o desenvolvimento nacional, posto que a nascente indústria nacional do século XIX ainda não era capaz de competir no mercado internacional. A participação do Brasil nesses eventos reflete o conflito entre as elites sobre qual caminho a ser seguido para a inserção brasileira na modernidade, segundo um modelo baseado na agroexportação ou na principiante indústria. Não havia concordância em relação aos benefícios que as Exposições poderiam trazer, mas ao mesmo tempo, era necessário apresentar o país ao mundo. Ademais, a exposição visava atrair investimentos e estimular o desenvolvimento nacional (HARDMAN, 2005; ALMEIDA, 2001).

Em fins do século XIX, visava-se apresentar uma nação superando as sequelas da escravidão, incentivadora da imigração e inserida no sistema capitalista. Contudo, a participação do Brasil era prejudicada pelos poucos recursos financeiros mobilizados e pela prioridade dada ao café como carro chefe de seus produtos e, sobretudo, porque representava,

indisputavelmente, o setor econômico de maior peso e, portanto, maior poder político no país (ALMEIDA, 2001: 231-248).

O Brasil, apesar dos esforços voltados à sua inserção na modernidade, era recebido como um depósito de exotismos. Embora buscasse fugir desse estereótipo, era visto pelo olhar estrangeiro como exótico e de feições coloniais. A nação brasileira tentava participar da modernidade com suas condições históricas específicas: escravista, agrária e exportadora para o mercado mundial, porém, progressista (BARBUY, 1996: 211-261). A ideia de progresso foi incorporada à medida que o capitalismo se desenvolve e se expande no país. A aristocracia, aos poucos, adotou uma ética e uma moral burguesas, de modo que, assumindo formas de agir e pensar burguesas, a aristocracia adequou-se à nova mentalidade (PESAVENTO, 1997: 12-115).

Dentro deste quadro, a participação nas Exposições visava, no século XIX, não apenas a cooptação de trabalhadores, em substituição à mão de obra escrava, como o convencimento das elites – divididas entre dois caminhos distintos – de um modelo de nação:

De um lado, os que insistiam nas raízes europeias, procurando fazer delas a essência da nossa civilização e reforçando os laços da nossa dependência cultural à Europa. De outro, a corrente dos nativistas, nacionalistas, brasilistas, que, sem voltar às costas à Europa, de onde nos veio a herança cristã-greco-romano-ocidental-, procuram encarar o Brasil como algo novo, resultante da fusão de elementos distintos, mas que não é mais nenhum desses elementos isolados e sim um outro complexo racional, cultural, social, linguístico, literário e histórico (PESAVENTO apud COUTINHO, 1997: 69).

Assim, a presença do Brasil nas Exposições abriga uma ambiguidade: ao mesmo tempo em que o país buscou enviar ao exterior aquilo que simbolizasse uma nação rumo ao progresso, rumo à modernidade e inserida no sistema capitalista, desafiando a imagem de nação arcaica e agrária. Sua recepção como um depósito de exotismos evidencia que, apesar de buscar fugir dessa imagem, não foi bem sucedido, talvez até mesmo pela própria dubiedade interna que buscava conciliar escravidão e técnica, civilização e barbárie, e pelos conflitos internos entre a tentativa de se apresentar uma sociedade moldada pelos padrões da civilização branca ocidental em contraposição ao que seria autenticamente brasileiro. Reside aí, um choque entre o país que se pretende construir e o país real. Ou seja, em fins do século XIX, a representação brasileira nas Exposições reflete o debate sobre as possibilidades de uma nação viável e possível, que permeava igualmente as reflexões sobre miscigenação e branqueamento.

O Brasil, absorvido pela “febre” provocada pela proliferação das Exposições, não só participou como também realizou, em solo brasileiro, uma Exposição: a de 1922 em comemoração ao Centenário da Independência. A realização da Exposição, a princípio, não foi recebida com grande entusiasmo pelos estados convidados a participar, o que se deve em parte ao fato de que, após a Primeira Guerra Mundial, o modelo de sociedade e modernidade divulgado pelas Exposições do século XIX encontrava-se em crise e as próprias Exposições passavam a ser questionadas (GARCIA, 2006: 33-116).

A Exposição, apesar das dificuldades iniciais, ocorreu na então capital da República, o Rio de Janeiro, e contou com a participação de diversos países. Os Estados Unidos, por exemplo, viam, sobretudo na ocasião, uma oportunidade de aproximação comercial com o Brasil, então disputado como emergente mercado consumidor. Mas o que é passado ao mundo, por meio da Exposição, é bem diferente da realidade interna do país, repleta de contradições simbolizadas pela emergência de movimentos como o Modernismo, o início da contestação da República oligárquica, a criação do Partido Comunista e a eclosão da primeira rebelião tenentista (GARCIA, 2006: 33-116).

O Brasil empenhou-se em organizar a primeira exposição universal no pós-guerra, tomando como modelo o padrão de civilização que havia entrado em crise. Ao tentar emular esse formato, duramente posto em xeque pelos acontecimentos de 1914-1918, o Brasil parecia caminhar em sentido inverso à tendência internacional, no afã de alcançar a integração do país ao mundo civilizado, cosmopolita, abastado e culto. A Exposição do Centenário deveria mostrar ao mundo que o Brasil estava em condições de se igualar às grandes nações do Ocidente em termos de cultura e desenvolvimento civilizatório. Em outras palavras, o Brasil teria atingido sua maioria como nação centenária e cabia-lhe ocupar seu lugar entre as potências de primeira grandeza na sociedade internacional (GARCIA, 2006: 114).

Um dos elementos utilizados para as representações culturais nas Exposições se referia à apresentação humana. Não só os produtos, a arquitetura, a ciência e arte eram exibidas pelos Estados. As reformas urbanas, que retiraram da paisagem do Rio de Janeiro o Morro do Castelo para abrigar a Exposição do Centenário, não só representam o ideal de branqueamento, porque expulsaram a população negra e pobre da região, como evidenciam a tentativa brasileira de expor a imagem de uma nação adequada ao paradigma da civilização branca ocidental (MOTTA, 1992: 1-12; SANT’ANA, 2008: 90-148).

Em fins do século XIX e no início do século XX, a presença brasileira nas Exposições visava mostrar ao mundo uma nação cheia de potencial que necessitava, contudo, de população. Ao apresentar ao mundo a sua gente, seu aspecto humano, o Brasil revelou aquilo

que, internamente, se pensava sobre a formação populacional brasileira: a tentativa de criar uma nação de homens brancos. A propaganda nacional nas Exposições divulgou uma imagem que buscava ser atrativa aos imigrantes estrangeiros, essenciais não apenas como força de trabalho no Brasil, como também como indivíduos capazes de branquear nossa população mestiça (SKIDMORE, 2012: 124-144). Além disso, o Brasil, embora para algumas interpretações, como vimos, tenha ousado mostrar ao mundo uma imagem de nação marchando para o progresso e enquadrada no modelo de modernidade explicitado nas Exposições, ocultou, em contrapartida, suas contradições internas, parecendo ser mais uma aspiração daqueles que viam na cultura brasileira apenas seus traços europeus, desconsiderando as culturas indígena, africana e outros elementos não ocidentais. A prosperidade exibida pelo Brasil em suas representações tentava atrair o olhar do estrangeiro, escondendo a sociedade em sua maioria pobre, iletrada e predominantemente agrária (GARCIA, 2006: 33-116).

A presença brasileira nas Exposições Universais, ao longo de sua história, caracterizou-se, portanto, da seguinte forma: buscava-se apresentar um país inserido na modernidade de acordo com as suas condições, ou seja, uma nação rumo ao desenvolvimento e capaz de se estabelecer no sistema capitalista de produção; no entanto, o Brasil ocultou parte de sua realidade interna no sentido de projetar uma imagem positiva internacionalmente; ainda que tenha forjado uma ficção do Estado que tentava se adequar ao modelo internacional, o Brasil foi majoritariamente recebido pelo olhar estrangeiro como um país exótico; ademais, o país aproveitou-se das Exposições para o seu comércio exterior, como a exportação de café e minérios, por exemplo; aproveitou-se também, para incentivar a imigração ao país para a substituição de mão de obra escrava e para o branqueamento da população, o que resulta, enfim, naquilo de maior interesse deste estudo: o Brasil adotou como paradigma civilizatório a cultura branca europeia ocidental, fato que supervalorizou, na apresentação da cultura brasileira, a sua parte originalmente ocidental em detrimento das culturas negra e indígena, estas, por sua vez, ocultadas ou embranquecidas nas representações do país nas Exposições. Este fato implica concluir que as representações brasileiras nas Exposições estiveram em conformidade com o pensamento nacional do século XIX e início do XX, que pensava a miscigenação voltada ao branqueamento, no que se refere à questão racial como elemento de nossa cultura, ou seja, como caracterização do povo brasileiro.

2.3 A Feira Internacional de Nova York 1939/1940

Quando, porém, é lançada a pedra fundamental da Feira Internacional de Nova York, em 1938, o modelo de modernidade celebrado pelas Exposições Universais do século XIX, que projetava um mundo próspero baseado nas noções de progresso e produtividade, encontrava-se em intensa crise. Afinal, este modelo havia comprovado as suas contradições na Primeira Guerra Mundial, na crise econômica de 1929 e com a emergência de regimes totalitários.

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a Feira Internacional de Nova York surgia com o tema *World of tomorrow*, projetando um futuro de paz e harmonia para a humanidade. A literatura observa que, após a Primeira Guerra Mundial, as exposições universais sofreram uma alteração no seu significado. A guerra, a depressão econômica e a emergência de regimes totalitários teriam diminuído o caráter de feiras comerciais das Exposições e estas teriam se tornado, principalmente, meios de comunicação e educação para as massas⁹ (BARBUY, 1993: 297-304), mas é inevitável fazer ressalvas a tal posição. Em 1939, o mundo já não era mais o mesmo e um dos objetivos da Exposição em Nova York era o de projetar um modelo de sociedade que pudesse sobreviver àquele momento de crise – que oferecesse uma alternativa e projetasse um futuro melhor –, reside aí o seu viés de meio de comunicação e educação. A projeção do futuro, como vimos, é uma constante nas Exposições e, no caso das Exposições norte-americanas, o tema dominante foi o progresso nacional em direção a uma utopia futura.

⁹ A educação e a informação estiveram muito presentes em Nova York. A participação de cientistas e estudantes por meio da apresentação de pesquisas foi marcante, porém não deixou de ser conflituosa. Isto porque, dada à presença de grandes empresas na elaboração e patrocínio da feira, houve um conflito entre os atores envolvidos no que se refere a qual modelo de educação e ciência a ser apresentado: aquela voltada à emancipação e construção cívica do cidadão ou a educação pragmática e técnica voltada ao trabalho. É importante lembrar que um dos motivos da organização da Feira foi a recuperação econômica da cidade de Nova York, ainda sofrendo efeitos da Grande Depressão, e a geração de empregos. Sendo assim, as diferentes perspectivas educacionais que entraram em choque simbolizam a necessidade de levar à população a ideologia do trabalho árduo em direção ao progresso, chegando até mesmo a alterar os currículos escolares dos Estados Unidos (TERZIAN, 2008; KUZNICK, 1994). Além das questões referentes à representação da ciência, grande parte dos trabalhos a respeito da Feira de Nova York é dedicada às propostas de inovação na arquitetura, urbanismo e no *design*. O pavilhão do Brasil, por exemplo, foi pela primeira vez, projetado por arquitetos brasileiros, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, e se caracterizava por romper com a estética neocolonial dominante até então na arquitetura brasileira. Os projetos de arquitetura e urbanismo apresentados, tanto nos pavilhões, como por grandes empresas como a *General Motors*, buscavam a inovação. Inspirados num passado onde os problemas urbanos das grandes metrópoles ainda não existiam e a vida no campo propiciava conforto, socialização e tranquilidade, os arquitetos e urbanistas projetavam a cidade do futuro como um lugar que uniria as vantagens da vida metropolitana com as belezas do campo. O espaço urbano seria dividido entre construções de concreto, pistas de alta velocidade, áreas verdes e espaços de socialização (MORSHED, 2004; MARCHAND, 1991; FOTSCH, 2001; COGDELL, 2000; HARRISON, 1995). Além das inovações na arquitetura e no *design*, as artes plásticas e os meios de comunicação, como cinema e televisão, também estiveram muito presentes na Feira e são objeto de diversos estudos (GILLETTE, 1997; FICKERS, 2008; VAUGHAN, 1939; SWEENEY, 1939).

Todavia, nos anos 1930, o tema do progresso e da utopia é aliado ao consumo. Afinal, tais Exposições, incluindo aí a Exposição de Nova York, tentaram persuadir os cidadãos a abdicar de valores antigos, como a parcimônia, e a consumir os produtos norte-americanos exibidos na Exposição. Reconstruindo o mercado interno, os cidadãos consumidores poderiam auxiliar na recuperação econômica do país, colocar os Estados Unidos de volta nos trilhos e cumprirem com o seu potencial utópico projetado na Exposição (FINDLING; PELLE, RYDELL, 2000: 72-99). Por isto, afirmar que o viés comercial em 1939 tenha sido menos acentuado seria uma afirmação perigosa e contraproducente com a própria configuração da Exposição.

As Exposições norte-americanas do período entreguerras emergem como mecanismos de recuperação econômica, após a Depressão de 1929, e como meios de gerar otimismo nas massas diante do futuro norte-americano. Acentua-se a ideia de utopia a qual, não só projeta um futuro imaginado, como serve como elemento de coesão social e até mesmo pacificação dentro do cenário de uma nação em crise econômica. A habilidade técnica e científica pavimentam o caminho da utopia e é exposta em Nova York. Ademais, as exposições norte-americanas do período, reafirmam as políticas nacionais: neoimperialismo como suporte ao desenvolvimento econômico norte-americano e, se necessário, a intervenção militar em nações estrangeiras como meio de garantia dos interesses industriais e agrícolas dos EUA. (FINDLING; PALLE; RYDELL, 2000: 72-99).

Organizada em comunhão entre a iniciativa privada e o governo federal norte-americano, a comissão organizadora da Feira de Nova York começou seus preparativos em 1935 recebendo o aval do BIE em 1936. No mesmo ano, os convites diplomáticos oficiais foram emitidos. A Feira contou com a participação de países de todos os continentes e de dois organismos internacionais, a Sociedade das Nações e a Câmara de Comércio Internacional. Nem todos os países participantes construíram pavilhões próprios, do total, apenas 22 pavilhões nacionais, incluído o pavilhão da Sociedade das Nações: Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Itália, Japão, Países Baixos, Polônia, Portugal, Romênia, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia, Turquia, União Soviética e Venezuela. Vinte e seis estados norte-americanos construíram pavilhões. Por fim, a presença de um pavilhão palestino-judaico, que propunha a construção de um novo estado que, futuramente, viria a ser Israel. Grandes empresas exibiram suas inovações que abrangiam diversos setores (transportes, comunicações, alimentação, produção e distribuição), entre outros, tais como Kodak, United States Steel, General Motors. Como marco comemorativo,

elegeu-se o aniversário de cento e cinquenta anos da instauração do governo de George Washington (RASMUSSEN; SCHROEDER-GUDEHUS, 1992: 10-55).

A literatura sobre a Exposição de 1939/40 tende a tratá-la, salvo algumas exceções, como um evento isolado, descontextualizado e, desse modo, tende também a abordar, isoladamente, objetos variados. É possível observar duas linhas principais nas análises referentes à Feira: aquelas que a tratam como um fenômeno estático, negligenciado, pois sua estrutura e significado modificaram-se ao longo do tempo, e aquelas que abordam os pavilhões nacionais isoladamente descontextualizando-os do contexto internacional. E mais, as análises não abordam como o resultado final foi desviado das intenções iniciais de seus organizadores. Isto pode ser compreendido analisando o impacto, no evento, da eclosão da Segunda Guerra Mundial (DURANTI, 2006: 663-683).

Dois ideias fundamentais movem a Exposição: utopia e nostalgia. A utopia se relaciona com a projeção do futuro, a sociedade, o mundo de amanhã apresentado pela Exposição. Este mundo resgata num passado nostálgico, desprovido de crises econômicas, guerras e regimes totalitários, sua base de sustentação. O evento se dá, portanto, em meio ao trauma de uma guerra, de uma depressão econômica e na imprevisibilidade do futuro. Seu tema, *World of tomorrow*, volta-se à criação de uma utopia para a humanidade (DURANTI, 2006: 663-683).¹⁰

Ocorre que a Segunda Guerra emerge concomitantemente à Exposição e seus efeitos foram sentidos. O tema para a segunda temporada em 1940 é modificado para *Peace and freedom*. O pavilhão da Inglaterra sofre um atentado, uma bomba é detonada no seu interior, fato ainda pouco abordado e esclarecido pela historiografia; o pavilhão da Tchecoslováquia é transformado em local de manifesto pela liberdade; a União Soviética se retira da Exposição assim como os diversos outros países que aos poucos eram invadidos na Europa e se inseriam no conflito. A Exposição se torna uma força para a paz, exalta o discurso da democracia e da liberdade. Porém, a projeção de sociedade criada destoava da realidade vivida, que, por fim, ganha da utopia: o mundo de amanhã não era pacífico nem livre era um mundo em guerra (DURANTI, 2006: 663-683).

¹⁰ Os filmes: *To new horizons - Futurama 1939 New York World's Fair*; *The middleton family at the New York World's Fair* e *The City- housing in America documentary* apresentam tanto as perspectivas futuras projetadas pela Exposição quanto o mundo em crise com o qual ela buscava romper. Neles, as ideias de utopia e nostalgia são evidenciadas, recuperando o passado – anterior à crise dos anos do entreguerras –, e por meio dele projetando um futuro, o qual os valores deste passado compartilhariam o espaço com os avanços técnicos e científicos apresentados na Feira.

Podemos observar que, em 1939, a Exposição em Nova York adquire um peso simbólico, talvez, até mesmo maior que nas Exposições anteriores. Por se enquadrar no entreguerras e por sofrer efeitos advindos da Segunda Guerra Mundial, a Feira adquire uma proporção que ultrapassa o caráter de feira comercial e de local de projeção das imagens estatais, universalizando os ideais de paz e democracia ameaçados frente à possibilidade e iminência de guerra.

Apesar deste cenário, a Feira Internacional de Nova York não deixou de ser impactante. A presença de grandes empresas, assim como a participação de diversos países, a afluência de 44 milhões de visitantes voltados a visualizar o mundo de amanhã apresentado pela Exposição, cuja perspectiva era próspera e onde a tecnologia revolucionaria o cotidiano humano, revelam que, ainda assim, mesmo frente à possibilidade e posteriormente, eclosão de uma guerra, e mesmo que o modelo de celebração da modernidade fugisse à realidade presente, a Exposição mantinha o seu *status* de local de encontro e troca entre as diferentes nações e recebia um adendo: servia como metáfora, por meio de acontecimentos diretamente relacionados à tensão internacional que se desenrolam na Feira e na sua organização¹¹, daquilo que estaria por vir, a guerra, e daquilo pelo que a humanidade deveria lutar: a paz. A Feira de Nova York, não é menos simbólica, tampouco menos relevante no que diz respeito aos objetivos traçados pelas nações ao se fazerem representar. Para o Brasil, explorar o potencial comercial da Exposição e utilizá-la como ferramenta de aproximação aos Estados Unidos. Cabe, assim, investigar por qual imagem de sua cultura, o país almejou estes propósitos.

¹¹ A comunidade judaica de Nova York chegou a propor a construção de uma Câmara dos Horrores, investindo cerca de um milhão de dólares, onde seriam expostas as repulsivas práticas nazistas em relação aos judeus. A Comissão Organizadora, no entanto, rejeitou a ideia. Nota do jornal *O Estado de São Paulo*, 22/1/1938, p. 1.

3 O BRASIL NA FEIRA INTERNACIONAL DE NOVA YORK (1939-1940): UM FUTURO EMBRANQUECIDO

3.1 A representação

Ao final dos anos 1930, a miscigenação foi adotada como o símbolo da cultura nacional. Utilizada como cultura oficial do Estado Novo, que se pretendia como construtora da identidade nacional, convivia, entretanto, com políticas eugênicas, velando preconceitos marcantes da sociedade brasileira. Em tese, o ideal de branqueamento da população brasileira, sustentado pelos pensadores do século XIX, visto como necessário para a existência e viabilidade do Estado, teria sido substituído pela afirmação da miscigenação como característica positiva do Brasil, transferindo a responsabilidade pelas mazelas da sociedade para a ineficiência da estrutura política e para os problemas econômicos e sociais. Entretanto, a perspectiva de branqueamento permaneceu nas entrelinhas, celebrou-se a miscigenação, porém, a cultura paradigmática do Brasil permanecia sendo a cultura branca ocidental.

A participação brasileira nas Exposições Universais demonstra que as representações, de maneira geral, pautaram-se por exibir este aspecto da cultura nacional voltado ao branqueamento da população brasileira, tanto racial quanto cultural, intentando a inserção do país na modernidade e no sistema internacional. O Brasil, ao longo das Exposições do século XIX e na Exposição do Centenário, em 1922 no Brasil, retratou os indígenas embranquecidos e expulsou do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, a população negra que o habitava em prol da construção de uma imagem coadunada com o pensamento que via na miscigenação um problema nacional.

Assim, de acordo com as transformações ocorridas no significado da miscigenação e de seu uso como fator agregador e símbolo nacional pelo Estado Novo, seria natural, quase que intuitivo, afirmarmos que a representação brasileira na Exposição Universal de Nova York, em 1939-1940, rompeu com a constante das representações do Brasil, mostrando e afirmando, agora, toda a sua diversidade cultural. Porém, as fontes históricas sobre o evento revelam as dificuldades apresentadas pelo tema, tanto para a diplomacia cultural, entendida como o uso da cultura oficial voltada aos interesses do Estado, como dificuldades para entrosar miscigenação e branqueamento na representação brasileira e as contradições enfrentadas no processo pelos agentes diplomáticos brasileiros, temas das próximas páginas.

Em nota publicada no dia 7 de julho, quando o Brasil ainda preparava sua participação no evento, o jornal *O Estado de São Paulo* (1938) abordava o desvirtuamento que a cultura brasileira poderia sofrer na Feira de Nova York:

Quando o presidente Roosevelt falou por ocasião do lançamento da pedra fundamental de uma exposição que se abrirá nos Estados Unidos, no ano que vem, usou palavras e frases que se estão tornando cada vez mais comuns nos discursos dos diplomatas e estadistas de hoje, mas que, há pouco tempo, eram raramente empregadas. Disse: “Nestes dias de vida moderna quando tantos problemas econômicos e sociais reclamam uma revisão [...] as (exposições) [...] são oportunas e contribuirão para estimular o intercâmbio commercial e cultural, tão necessário hoje para o desenvolvimento das relações entre os povos”. [...] A cultura de um povo, parece, tornou-se o annuncio, o cartaz, o sinal luminoso que chama a atenção dos compradores cortejados, não ao povo que vive e faz a cultura assim exhibida, mas sim aos productos que esse povo tem para vender. Parece ser uma prostituição da cultura.[...]. Mas é da própria essência da cultura, no sentido em que usamos a palavra, ser desinteressada: falamos daquilo que synthetisa o melhor de uma civilização, daquillo que é honesto e sincero e bello na vida de um povo. [...] O emprego da cultura exportada com fins commercaes e diplomáticos pode, depois de algum tempo, resultar na constante exportação ou intercambio de culturas de fins culturaes. Se a presente situação for transitória nenhum mal desse abuso da cultura para fins não culturaes. O reconhecimento franco da existência dessa nova technica diplomática e commmercial é, em si, um grande passo dado para transformál-a. A cultura-propaganda deixa de ser cultura e perde o valor como propaganda. Desmascaral-a é a primeira etapa para mudar a cultura-propaganda em cultura-cultura (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1938, p. 14).

A extensa nota não trata de aspectos apenas ligados à Exposição de 1939, mas faz uma crítica aos aspectos que subjazem às exposições em geral, daí sua extrema perspicácia. Chama a atenção a expressão “prostituição da cultura” e a ideia de desvirtuamento da cultura, sua comercialização. Isto significa, em primeiro lugar, o uso da cultura para a aquisição de recursos materiais e, em segundo, a de construção de uma imagem que se utiliza da cultura direcionada para um fim, a propaganda. A sua promoção não revela exatamente o que é a cultura, mas aquilo considerado atraente ao público internacional para favorecer a aquisição dos interesses do Estado adequando-se, portanto, à ideia de cultura oficial e com aquilo aqui compreendido como diplomacia cultural. A nota apresenta, igualmente, o questionamento sobre a dicotomia entre a cultura oficial e a cultura real, deixando claro que, em se tratando dos objetivos do Estado, o desvirtuamento da cultura para a propaganda e para o alcance de objetivos da diplomacia está acima daquilo que, em tese, a cultura é, de maneira que a complexidade da cultural nacional é reduzida, apaziguada, em nome do interesse do Estado.

Em 26 de agosto de 1937¹² o Brasil aceitava o convite norte-americano para participar da Feira Internacional de Nova York, a ser realizada entre 1939 e 1940. Mais uma vez, o Brasil se faria representar em um grande evento internacional. A partir de então, começaria a ser elaborada a participação brasileira no evento. A escolha do projeto arquitetônico do pavilhão brasileiro resultou de um concurso e, pela primeira vez na história da participação brasileira nas Exposições Universais, o pavilhão seria desenhado por arquitetos brasileiros. O vencedor, Lucio Costa, decidiu dividir o projeto com o segundo colocado, Oscar Niemeyer, e em 1938 ambos seguiram para Nova York a fim de desenvolver o trabalho. O pavilhão foi uma grande inovação na arquitetura brasileira e recebeu elogios da crítica internacional, tornando-se uma das justificativas mais utilizadas pelos organizadores para o sucesso do Brasil na Exposição.¹³

O pavilhão brasileiro mostrava uma arquitetura que primava pela originalidade e uma inovação na trajetória histórica das representações do Brasil nas Exposições. Até então, os pavilhões, além de terem sido projetados por arquitetos estrangeiros, baseavam-se na estética neocolonial. Contudo, a discussão em torno do que seria exibido no interior do pavilhão e do que seria divulgado por meio da Exposição, assim como o resultado final da representação, revela que a inovação brasileira teve seus limites.

A representação brasileira ficou a cargo do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), chefiada pelo então ministro da pasta, Waldemar Falcão, e teve como Comissário Geral, Armando Vidal, também do mesmo ministério. Contou ainda com a participação do Departamento Nacional do Café (DNC) e do *Brazilian Information Bureau* (BIB), vinculado ao MTIC, em Nova York. Uma Comissão foi instalada no Rio de Janeiro, da qual faziam parte agentes do DNC e do MTIC, submentendo o BIB, em Nova York, às diretrizes desta Comissão.

O BIB tinha como função propagandear o Brasil nos Estados Unidos e contava com o trabalho de diplomatas brasileiros designados para atuar na elaboração do pavilhão, tais como

¹² Telegrama nº 107 expedido pela Secretaria de Estado para a Embaixada Brasileira em Washington, 26 de agosto de 1937, Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI-RJ).

¹³ Em carta de Lúcio Costa a Armando Vidal, o arquiteto explica as características do projeto brasileiro. "Dr, Vidal: Acabo de receber o telegrama em que me pede a descrição do espírito da arquitetura do nosso pavilhão. A resposta é simples: é o espírito dos CIAM, – porque ambos, tanto o Niemeyer como eu próprio, fazemos parte do grupo brasileiro dos CIAM. CIAM significa: “Congrès Internationaux d’Architecture Moderne”, organização que desde a famosa reunião do Castelo de Sarraz em 1928, na Suíça, reúne, nos principais países, os arquitetos de espírito verdadeiramente moderno, ou seja, aqueles que constatando o desacordo fundamental entre os processos atuais de construção e os estilos históricos, procuram reajustar tais processos não às formas, já mortas, desses estilos, mas aos princípios fundamentais da boa arquitetura, criando assim, como no passado, verdadeiramente obras de arte.” Rio de Janeiro, 13/04/1939 (INTITUTO ANTÔNIO CARLOS JOBIM, 2013).

Francisco Silva Junior, nomeado delegado do governo, Décio Moura, secretário geral e Eurico Pentead. Houve ainda, a participação da Embaixada Brasileira em Washington, ainda que em menor incidência, e todos os agentes aqui citados informavam e prestavam contas ao ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha (1938-1944), sendo possível notar que a diplomacia cultural foi exercida por agentes diferentes, de instituições diversas, não sendo apenas tarefa do Ministério das Relações Exteriores.

O BIB, sofria, entretanto, com uma série de restrições, especialmente orçamentárias, o que atravancava o processo de elaboração da representação brasileira, assim como outras iniciativas voltadas à propaganda nacional. O responsável pelo BIB, Francisco Silva Junior, inúmeras vezes requisitou a Oswaldo Aranha maior atenção e recursos, destacando como a propaganda nacional era importante para a aproximação com os Estados Unidos, assim como a necessidade de fazer da participação na Feira e do BIB mecanismos úteis e relevantes para os interesses do país. Apesar dessas solicitações, as verbas para a Exposição foram escassas. Ademais, desvios e extravios nas comunicações, entre o pessoal instalado na Comissão no Rio de Janeiro e os funcionários de Nova York, impossibilitavam o bom andamento dos preparativos e o cumprimento adequado na participação de eventos relacionados à Feira.¹⁴ No Desfile das Nações¹⁵, que inaugurou os preparativos para a Exposição, o Brasil se fez representar com apenas um diplomata enquanto os demais países se exibiram em carros alegóricos acompanhados por uma multidão de pedestres. Na ocasião, o Brasil foi “notado por sua ausência”.¹⁶

A má articulação dos trabalhos se dava entre o escritório do BIB, em Nova York, e a Comissão no Brasil, chefiada por João Maria de Lacerda, presidente da Representação Brasileira na Feira e chefe do Departamento de Indústria e Comércio. Francisco Silva Junior, que coordenava em Nova York os trabalhos de elaboração da representação, considerava-o desqualificado para comandar os escritórios comerciais do Brasil “não em Aracajú ou Xiririca, mas em Nova York, Milão, Berlim [...]” e que sua presença em tal cargo de comando

¹⁴ “Em carta ao Dr. Lacerda digo que sinto que haja essa dualidade de comunicações nos assuntos relativos à Feira: Eu, como delegado do Governo, devo preciso comunicar-me diretamente com o Ministro do Trabalho; os arquitetos, nomeados pela Comissão Executiva, comunicam-se só com o Dr. Lacerda. Tudo isso dificulta a nossa obra, complica a nossa ação e ameaça comprometer até os bem intencionados. Não é natural que se tema outra fiasco brasileiro na grande Feira de 39?”. Francisco Silva Junior a Oswaldo Aranha, Nova York, 28/05/1938, Arquivo Oswaldo Aranha (AOA), CPDOC/Rio de Janeiro, cp 1938.03.16.

¹⁵ Em nota do dia 01/05/1938, o jornal *O Estado de São Paulo* destacava a parada realizada para divulgar a Exposição em Nova York. A parada ocupou 26 km com desfile de trezentos carros alegóricos e foi acompanhada por cerca de duzentos mil pedestres.

¹⁶ Francisco Silva Junior a Oswaldo Aranha, Nova York, 28/05/1938, AOA, CPDOC/ RJ, cp 1938.03.16.

seria prejudicial ao desempenho brasileiro na Exposição num momento em que as aproximações com o exterior e, principalmente, com os Estados Unidos, eram essenciais.¹⁷

Entende-se que havia um conflito entre os agentes responsáveis pela representação, no que se refere não apenas à imagem a ser exibida no exterior, mas talvez, principalmente, a respeito da legitimidade institucional do exercício da função de representar o país no exterior. Armando Vidal, João Maria de Lacerda e Waldemar Falcão, personalidades relevantes no processo, estavam ligados ao MTIC e ao DNC; Francisco Silva Junior, Décio Moura e Eurico Penteado eram diplomatas a serviço tanto do MRE como do BIB vinculado ao MTIC de maneira que, por vezes, deveriam prestar contas a dois ministros e se adequar às diretrizes de outras instituições. A participação do DNC foi até mesmo questionada por Francisco Silva Junior que afirmou ser capaz, juntamente a Eurico Penteado, de organizar a apresentação do café brasileiro sem a interferência de comissões instaladas no Brasil.¹⁸ A organização da representação foi feita com uma distribuição de atribuições para grupos de pessoas diversos, sem ser, entretanto, clara e bem definida. Consequentemente, resultou em confusão e bloqueios no trabalho, o que chegou, inclusive, a paralisar a construção do pavilhão, quando houve questionamentos no Rio de Janeiro, mesmo após a sua aprovação e em processo de construção em Nova York, onde havia sido muito bem recebido e onde já se encontravam trabalhando os arquitetos responsáveis.¹⁹

Em agosto de 1938, Francisco Silva Junior escrevia, de Nova York, a Waldemar Falcão, do MTIC, tratando das próprias diretrizes da Comissão no Brasil e apontando os erros cometidos pela Comissão. Mostrava, por exemplo, como as escolhas dos mostruários, as formas de apresentação dos folhetos e os símbolos escolhidos para representar o Brasil pela Comissão poderiam ser prejudiciais ao país na maior Exposição Universal de até então, comprometendo a propaganda nacional.

No entendimento de Francisco Silva Junior, era importante apresentar na Feira de Nova York uma nação que fosse capaz de satisfazer o olhar do mundo civilizado em prol de sua própria aceitação. Era, portanto, necessário que a representação se enquadrasse no gosto e no olhar do estrangeiro. Ao assumir a responsabilidade de se apresentar ao mundo civilizado, permitir qualquer falha ou erro poderia sacrificar o êxito do país na Exposição. Para tal, pessoas qualificadas, que soubessem propagandear o país eram extremamente necessárias, mas o que se via era a ineficiência por parte dos agentes da Comissão no Brasil no que se

¹⁷ Francisco Silva Junior a Oswaldo Aranha, Nova York, 04/06/1938, AOA, CPDOC/RJ, cp 1938.03.16.

¹⁸ Francisco Silva Junior a Oswaldo Aranha, Nova York, 04/06/1938, AOA, CPDOC/RJ, cp 1938.03.16.

¹⁹ Francisco Silva Junior a Oswaldo Aranha, Nova York, 04/06/1938, AOA, CPDOC/RJ, cp 1938.03.16.

refere às aptidões exigidas para a tarefa. Corria-se o risco, por meio de tal desempenho desqualificado, vincular à propaganda uma ideia de “desleixo e deficiência de um povo”.²⁰ Sugeriria que a tarefa de redigir panfletos de propaganda fosse dada a um profissional norte-americano, que entendesse de propaganda e linguagem comercial²¹ e, caso não fosse possível, em função do orçamento, o próprio Silva Junior estaria à disposição para utilizar o seu conhecimento em língua inglesa a serviço da nação.

Ainda: não era tolice, conforme Silva Júnior, obedecer aos caprichos do anfitrião. A elite organizadora da representação brasileira temeu desenvolver o trabalho à maneira brasileira²², destacando a importância de apresentar um Brasil do ponto de vista americano²³, ou seja, para a confecção de material de publicidade e para a organização dos mostruários internos, os norte-americanos revelavam-se mais qualificados, tanto é que a organização dos mostruários do Pavilhão ficou, por fim, a cargo de Paul Lester Wiener, arquiteto e desenhista norte-americano. De nada adiantaria, para o êxito do Brasil, um pavilhão suntuoso que, internamente, exibisse quinquilharias próprias para leilão de prenda em Festa do Divino.²⁴ Vê-se que, os que participavam da representação brasileira discordavam quanto à imagem a ser passada na Exposição.

Nota-se que a preocupação principal da Comissão ahi é a de apresentar o Brasil num pavilhão majestoso, austero e clássico, para que mostremos ao mundo que somos outra Grécia, outra Itália ou outra Grã-Bretanha. É o caso do carioca tropical que insiste em se exhibir na Avenida Rio Branco e nas ruas de suburbuio envergando um solemne frack e camisa de peito duro. Os americanos esperam um pavilhão brasileiro-leve, singelo, de ambiente tropical, com aves raras, vegetação regional, etc. [...] Nós não parecemos interessados em mostrar ao mundo o nosso “matto”.²⁵

A tentativa de aparentar ser uma “outra Grécia ou Itália” não corresponderia à realidade interna do país, entretanto, reside aí a contradição: o mundo tropical que insiste em parecer europeu e, por outro lado, com o intuito de revelar uma face aceitável, adequa-se ao olhar estrangeiro. A exibição da evolução brasileira nas ciências, nas artes e nas letras, ao contrário de revelar o potencial da cultura nacional, significaria arriscar a construção de uma imagem em desacordo com a realidade que longe de trazer benefícios, poderia,

²⁰ Francisco Silva Junior a Waldemar Falcão, Nova York, 26/08/1938, AOA, CPDOC/RJ, cp 1938.03.16.

²¹ Francisco Silva Junior a Waldemar Falcão, Nova York, 26/08/1938, AOA, CPDOC/RJ, cp 1938.03.16.

²² Francisco Silva Junior a Waldemar Falcão, Nova York, 26/08/1938, AOA, CPDOC/RJ, cp 1938.03.16.

²³ Francisco Silva Junior a Waldemar Falcão, Nova York, 26/08/1938, AOA, CPDOC/RJ, cp 1938.03.16.

²⁴ Francisco Silva Junior a Oswaldo Aranha, Nova York, 28/05/1938, AOA, CPDOC/RJ, cp 1938.03.16.

²⁵ Francisco Silva Junior a Oswaldo Aranha, Nova York, 18/06/1938, AOA, CPDOC/RJ, cp 1938.03.16.

contrariamente, expor o país ao ridículo. Intentando uma imagem próxima da realidade, que não rompesse ou desafiasse a posição ocupada pelo país no concerto internacional, o Brasil adotou uma postura minimalista e pragmática buscando adequar-se à recepção estrangeira.²⁶

Lembremos aqui, como foi exposto no capítulo anterior, que a atenção e os recursos direcionados por um país para sua representação pesavam na sua boa recepção e, eventualmente, se não correspondessem às expectativas, exigiam a intervenção dos anfitriões. Como os trabalhos da Comissão no Brasil impediam o progresso dos trabalhos em Nova York, houve intervenção da organização.

Edward F. Roosevelt, diretor da participação estrangeira na Exposição, intercedeu junto ao ministro Oswaldo Aranha, em nome dos funcionários brasileiros em Nova York, salientando a qualificação dos mesmos no desempenho de suas funções, observando que suas ações se adequavam às exigências e padrões estabelecidos pela organização do evento.²⁷ A iniciativa parece ter funcionado e logo Francisco Silva Junior conseguiu o que solicitava insistentemente ao Itamaraty – por entender que as intromissões vindas do Rio de Janeiro atrapalhavam o bom desempenho da equipe, bem qualificada, que estava em Nova York, sob a sua coordenação – e recebeu a liberdade para agir, acelerando o processo de construção do Pavilhão Brasileiro. Em 14 de julho de 1938, a pedra fundamental da Exposição era lançada e, no dia seguinte, a pedra fundamental do pavilhão brasileiro.

O *Estado de São Paulo* (1938, p. 2) publicou um trecho do telegrama de Getúlio Vargas a Franklin Delano Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, sobre a ocasião:

Envio a V. Exa. Minhas sinceras congratulações por seu discurso que tão bem exprime os sentimentos do povo brasileiro, feito por ocasião do lançamento da pedra fundamental dos edifícios federais da Exposição Internacional de Nova York. Nessa cerimônia, de grande significado para o estreitamento das relações entre as nações, V. Exa. reafirmou a Política de Boa Vizinhança, indicando a necessidade para os povos deste hemisfério de praticá-la de maneira eficiente e durável no sentido de (...) amizade e maior entendimento com todos os nossos vizinhos. Envio-lhe a segurança de minha mais alta consideração e de minha calorosa estima pessoal.²⁸

²⁶ “Na verdade, as taes sub-comissões ahi já estão tratando de apresentar na Feira a evolução das letras no Brasil, as sciencias, as artes! Dispensio comentários, pois o bom amigo percebe o ridículo a que estaremos expostos se viermos mostrar ao mundo o que gostaríamos de ter e de ser”. Francisco Silva Junior a Oswaldo Aranha, Nova York, 18/06/1938, AOA, CPDOC/RJ, cp 1938.03.16.

²⁷ Edward F. Roosevelt a Oswaldo Aranha, Nova York, 14/07/1938, AOA, CPDOC/RJ cp 1938.03.16.

²⁸ Telegrama de Getúlio Vargas a Franklin Delano Roosevelt, Rio de Janeiro, 14/07/1938 (O ESTADO DE SÃO PAULO, edição de 14/07/1938, p. 2).

Celebrar a amizade e estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos e afirmar a Política de Boa Vizinhança constituíam-se, assim, nos objetivos da presença brasileira em Nova York. Obviamente, tais objetivos seriam consolidados por meio da construção de uma imagem que oferecesse às audiências estrangeiras a capacidade de receber positivamente o Brasil. Neste sentido, apresentar um país miscigenado, implicava certo cuidado para que a representação do Brasil não incorresse no exotismo.

É bastante significativa a ausência da palavra miscigenação nas fontes consultadas para a realização deste estudo. Ora, se internamente, celebrava-se a miscigenação, se a ela eram dadas as raízes do Brasil, externamente, o país era apresentado como um país cuja origem e feição tradicional eram advindas da civilização branca ocidental. Sintoma dessa postura e, por que não dizer, chocante, é por exemplo, a relutância em expor obras de Aleijadinho (1730?-1814): “Evitemos, portanto, que os nossos folhetos (como no caso do de OURO PRETO) mencionem lepra e obras de um leproso como atração de turismo²⁹, assim como a escolha dos músicos que se apresentariam no restaurante do pavilhão: Música de Folklore. No pavilhão do Brasil penso deverá funcionar uma orchestra typica nossa e vinda dahi, não composta de negros porem de bons músicos o mais brancos possível”.³⁰

Os músicos, apesar de tocarem músicas populares, como o samba, nada mais fizeram com o aval da Comissão Organizadora e, conseqüentemente do Estado, que se apropriar de parte de uma manifestação da cultura tradicional brasileira embranquecendo-a. Reveladoras também são as palavras de abertura do catálogo oficial do Brasil na Exposição, escritas por Armando Vidal, Comissário Geral do Brasil:

Em conjunto, os mostruários e os interiores se propõem interpretar uma simfonia da dignidade e cordialidade governantes e a traduzir o caráter mesmo do “Brasil de Amanhã”, respeitando tradições de onde evolue esse futuro. A amalgama dessas condições materiais e psicológicas de forma de desenho, procurando interessar favoravelmente a opinião pública internacional nos produtos, recursos, atividades governamentais e possibilidades do Brasil, foi a nossa meta.³¹

Países considerados de população indígena e negra, excessivamente tropicais, de “easy and lazy life”. Tais países são responsáveis ou vítimas de propaganda turística, que tentando atrair visitantes para regiões exóticas, criam no fundo, para os mesmos, um conceito deprimente;

²⁹ Francisco Silva Junior a Waldemar Falcão, Nova York 2/3/1938, AOA, CPDOC/RJ, cp 1938.03.16.

³⁰ Octávio Pinto a Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro, 09/12/1938, AOA, CPDOC/ RJ cp 1938.03.16.

³¹ Catálogo Oficial da Representação do Brasil na Feira Internacional de Nova York, Arquivo Waldemar Falcão (AWF), CPDOC/RJ, 061.43.339.52-p. 338.

qualquer coisa para a qual se olha, interessa um momento, mas da qual se guarda uma impressão de piedade ou desprezo. Fiz questão, nas decorações e instalações, nas recepções, festas e solenidades, na apresentação e trato dos funcionários entre si e com o público, de manter um **cunho de civilização ocidental, de origem e cultura latinas, acordes com a verdadeira feição tradicional do Brasil** (MACEDO, 2012 apud VIDAL, 1941: 27, grifo da autora).

As palavras de Armando Vidal demonstram que a meta do Brasil ao participar da Exposição era de, por meio da construção de uma imagem fundamentada na cultura branca ocidental, compreendida aí como a verdadeira feição tradicional do Brasil, ilustrar as potencialidades do país. Este viés da representação sustentaria e garantiria uma recepção positiva pela opinião pública internacional, favorecendo assim os interesses brasileiros no evento. Caso se expusesse a outra face nacional, ou seja, se a representação brasileira priorizasse, igualmente, as raízes negras e indígenas do país, então internamente celebradas como a identidade miscigenada do Brasil, ao contrário de um acolhimento positivo, o Brasil teria sido interpretado como uma nação merecedora de desprezo e piedade, desfavorecendo assim, seus interesses. Ademais, impera ainda na visão de Vidal, veiculada no catálogo oficial do Brasil no evento e representando a posição oficial do Estado, a associação entre as culturas indígena e negra com a preguiça e a vida fácil, ou seja, preconceitos facilmente sustentados pelo racismo científico do século XIX, teoricamente desvinculados da cultura brasileira nos anos 1930, porém, explicitamente, e oficialmente, presentes na representação em Nova York.

Em 7 de maio de 1939 era inaugurado o pavilhão brasileiro na Exposição de Nova York. Armando Vidal, informou entusiasmado ao Ministro das Relações Exteriores o sucesso da inauguração e de sua importância para mostrar o progresso, as potencialidades e o esforço brasileiro para desenvolver suas riquezas.³²

A civilização de cunho ocidental, de origem e cultura latinas³³ apresentada pelo Brasil mostrou ao mundo o que tinha a oferecer. O carro chefe dos produtos foi o café, mas minerais, têxteis, tabaco, cera de carnaúba, entre outros, também foram exibidos, priorizando assim os produtos primários. Nas artes, destaque para os painéis de Cândido Portinari, *Noite de São João*, *Jangadas do nordeste* e *Cena gaúcha*, e a escultura de Celso Antonio, *Mulher reclinada*, artistas do movimento Modernista. Na música, sob a direção e regência do maestro Walter Burle-Marx, dois concertos com a participação da cantora lírica Bidu Sayão, que fez parte do *Metropolitan opera house* em Nova York por longo período. Foram gravados discos

³² Armando Vidal a Oswaldo Aranha, Nova York, 7/5/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.18.

³³ MACEDO, 2012 apud VIDAL, 1941, p.27.

para serem distribuídos, sob a coordenação musical de Heitor Villa-Lobos e Francisco Mignone, cujas apresentações em Nova York foram transmitidas pelo rádio para o Brasil. Na música popular, apresentaram-se Romeu Silva, o Bando da Lua e Carmem Miranda, tocando músicas carnavalescas brasileiras. As apresentações musicais, embora tenham aliado o lírico ao popular, o folclore com a música clássica, e tenham miscigenado diferentes referências e estilos, curiosamente foram apresentadas por músicos brancos, mais uma demonstração de que tal miscigenação caminhava para o branqueamento. O pavilhão ainda expôs aves brasileiras e amostras de sua vegetação, como as vitórias-régia gigantes colocadas nos espelhos d'água no jardim. Outra grande atração foi o restaurante. Ao som de samba e com um cardápio de comidas brasileiras que incluía arroz, salada de palmito e feijoada, o restaurante recebeu e entreteve os visitantes norte-americanos que puderam experimentar um pouco daquilo que foi exposto como a cultura nacional. Deu-se ainda destaque para a produção literária, mostrando o gosto brasileiro pelo livro e a leitura³⁴ num tempo onde o analfabetismo ainda era endêmico no Brasil. A maior ousadia brasileira, legítima inclusive, talvez tenha sido expor a contribuição de Alberto Santos Dumont para o desenvolvimento da aviação. O avião foi homenageado na Exposição e recebeu medalha de pioneirismo concedida pela Liga Aérea da América.³⁵

O sucesso do pavilhão não era unânime, tendo desagradado parte da opinião pública brasileira. Exemplo de crítica feita ao pavilhão brasileiro é exposto no livro *37 dias em Nova York*, de Adalzir Bittencourt, em que a autora narra sua estada na cidade e sua visita ao pavilhão brasileiro. A escritora não aprova o pavilhão, não se sente representada, e afirma que o que vê não é o Brasil. Sente-se até mesmo humilhada e envergonhada com o pavilhão: “Ao fundo uns quadros futuristas de negras horríveis, disformes, o que valeu ouvir de alguns visitantes que o Brasil é um país de negros”.³⁶ Movida pelas ideias eugênicas, Bittencourt não via no pavilhão do Brasil, a grandiosidade de sua nação. Tudo, pelo seu olhar, oculta a verdadeira face nacional: a natureza exuberante, a potencialidade de seus produtos, o brasileiro que, para Bittencourt, não é negro. Adalzir Bittencourt queixa-se ainda da falta de informações: não consegue encontrar folhetos explicativos, não consegue se comunicar com os funcionários do pavilhão, que são incapazes de lhe passar informações. Esperançosa de encontrar, ao menos na apreciação do café, o seu Brasil, ela mais uma vez se decepciona:

³⁴ Catálogo Oficial da Representação do Brasil na Feira Internacional de Nova York, AWF, CPDOC/RJ 061.43.339.52 p.338.

³⁵ AOA, CPDOC/RJ, 1939.01.031.

³⁶ MACEDO, 2012 apud BITTECOURT, 1943, p. 72-73.

degusta um café fraco, feito para os americanos, que em nada corresponde ao café nacional (MACEDO, 2012: p. 72-73).

Em longa carta a Oswaldo Aranha, Décio Moura, diplomata convocado a fazer parte da organização do pavilhão, já quando o processo estava encaminhado, nomeado Secretário Geral e encarregando do restaurante, rebate as críticas. O pavilhão, segundo a crítica, não representava adequadamente o Brasil e os mostruários internos primavam pelo ridículo. Décio Moura responde que esta era a opinião daqueles que tinham as vitrines das lojas brasileiras como referência, ou seja, quanto mais cheias, melhor³⁷. O diplomata se recusava a justificar as escolhas da representação brasileira, afirmando que essa era a opinião de turistas brasileiros bisonhos, mudos, e que pela primeira vez saem do Brasil, para dizer que tudo no Brasil é melhor do que nos EUA³⁸. Quanto às queixas em relação ao café, preparado para ser mais fraco que o café consumido no Brasil, Moura afirma que a preparação se dava de acordo com o gosto do comprador do produto, os norte-americanos. Por fim, o diplomata destaca o sucesso do Brasil em ser apreciado pelos norte-americanos, lembrando que essa era a finalidade da Feira e que os recursos governamentais direcionados a ela não foram em vão, pois estavam cumprindo com a função de vender o Brasil para os norte-americanos e não para os brasileiros descontentes:

Criticar é o passatempo nacional. Mas a Feira, e o dinheiro que o Governo aqui empregou, é para vender o Brasil aos americanos, e não a um punhado de brasileiros bisonhos que aqui veem, contando os vinténs e com a pretensa esperteza nacional de não se querer deixar enganar.³⁹

Décio Moura comenta a publicação no jornal *Times* sobre o pavilhão brasileiro, como prova de refutação às críticas de que o pavilhão brasileiro não era brasileiro, e inclusive envia recortes de jornais ao ministro, mostrando os elogios feitos pela imprensa norte-americana ao pavilhão do Brasil e salientando que este é digno e honroso ao país.⁴⁰

Cabe também uma observação quanto à exibição dos painéis de Portinari, criticados por Adalzira Bittencourt, por retratarem a singularidade de regiões diferentes do país, destacando os sertanejos, negros e gaúchos na formação nacional. Pode-se, por um lado, afirmar que tais painéis representam a afirmação da miscigenação e do multiculturalismo e, por sua vez, não teriam prejudicado a recepção brasileira, posto que foram muito bem

³⁷ Décio Moura a Oswaldo Aranha, Nova York 10/07/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.18.

³⁸ Décio Moura a Oswaldo Aranha, Nova York 10/07/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.18.

³⁹ Décio Moura a Oswaldo Aranha, Nova York, 10/07/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.18.

⁴⁰ Décio Moura a Oswaldo Aranha, Nova York, 10/07/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.18.

recebidos pela crítica internacional, rendendo a Portinari uma mostra no Museu de Arte Moderna de Nova York, além de terem estimulado o interesse estrangeiro pela cultura afro-brasileira (WILLIAMS, 2001: 192-251), e destaca-se, ainda, que sendo a recepção das Exposições, também um ato individual, a posição de Bittecourt pode, apenas, refletir uma opinião pessoal sobre o evento, ainda que sustentada pelos pressupostos da eugenia.

Entretanto, se pensarmos na Exposição como uma projeção do futuro, tanto pelo seu tema, *World of tomorrow*, como por uma das características gerais das Exposições Universais, ao serem expostos no interior do pavilhão, o qual, como vimos, priorizou o aspecto de civilização latina ocidental, adotando as palavras de Armando Vidal emitidas no catálogo oficial, é possível refletir que os painéis podem também ser interpretados como o resgate histórico feito pelo Brasil para apresentar sua feição futuramente embranquecida.

Além disso, era importante para o Brasil, naquele momento, apresentar-se como uma nação estável, já que o Estado Novo era visto com receio pela política norte-americana. Vemos aqui, que a obra de Portinari pode ter sido utilizada para representar um país unido e estável em sua diversidade, mas em direção ao branqueamento, tutelado pelo Estado. A conjuntura do Estado Novo mostrava-se pouco esclarecedora sobre como, de fato, se estruturava a política nacional. O Brasil recorreu à imprensa norte-americana, por meio da revista *Fortune*, para justificar e explicar sua conjuntura política de então. A carta para Oswaldo Aranha⁴¹, remetida por Richardson Wood, membro do conselho editorial da revista, mostra o esboço sobre artigo a respeito do Brasil a ser publicado. As principais observações revelam tanto os receios norte-americanos como seu olhar sobre o Brasil e até mesmo um pouco da autoimagem brasileira, posto que se infere, dado o contato com o chanceler brasileiro e a embaixada em Washington para a publicação, que estes foram a fonte das informações contidas no esboço.

No artigo, é justificada a existência da ditadura como sendo uma tradição histórica dos países latino-americanos imposta pelo caráter de suas populações. Populações estas caracterizadas por uma pequena elite letrada e uma grande maioria de *ignorant laborers*⁴² que, por isto, tendem a se dividir em facções. O Estado ditatorial aparece como solução a um povo incapaz de exercer plenamente o próprio poder. Em seguida, é abordado o caráter fascista do Estado Novo negado. Justifica-se que o Estado Novo não possui intenções expansionistas, tampouco práticas fascistas internas. O que assemelha o Estado Novo aos regimes fascistas é

⁴¹ Richard Wood a Oswaldo Aranha, Nova York 28/03/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.18.

⁴² Richard Wood a Oswaldo Aranha, Nova York 28/03/1939, AOA, CPDOC/RJ cp 1939.01.18.

a intenção de criar uma nação unificada, mas que ao contrário do viés autoritário do fascismo, caminha rumo à democracia, dando a interpretação de que a ditadura é um passo nesta direção, um passo necessário já que o povo ainda é incapaz de exercer o poder. A democracia aparece como um ideal a ser conquistado e resultado da construção de uma nação unificada, educada e próspera.⁴³

A representação em Nova York atentou-se para este ponto, evitando, na organização dos mostruários internos e pela exclusão de mostruários específicos de cada estado brasileiro e de estandes privados, regionalismos, conseguindo assim expor a unidade de um conjunto e a ideia de um Estado unificado e organizado. Contudo, a cultura unificada pelo Estado ainda tem como paradigma a cultura branca ocidental, pois é esta que cultura aquela, de acordo com a opinião dos agentes responsáveis pela representação, capaz de projetar uma imagem positiva.

A representação brasileira buscava apresentar as possibilidades do Brasil e, ao mesmo tempo, as suas limitações, não ousando desafiar a sua posição no cenário internacional, construindo uma imagem modesta. Neste ponto, por não embasar-se em modelos importados e por não intentar uma aparência que não refletisse a realidade interna econômica e justificasse a política do país, a representação brasileira em Nova York seguiu um caminho inverso do histórico brasileiro nas Exposições. Entretanto, no que se refere à miscigenação e ao branqueamento, a representação conseguiu equilibrá-las de maneira a projetar o futuro da nação onde se daria a primazia da cultura branca ocidental. Este equilíbrio vem do uso da memória histórica, do resgate das demais culturas formadoras do Brasil feito através do embraquecimento do samba, do folclore transformado em música erudita, dos painéis de Portinari, levando a crer que a miscigenação resulta num futuro brasileiro embranquecido culturalmente.

Neste sentido, a miscigenação não aparece em Nova York como aquilo que define a identidade nacional brasileira, pelo contrário, se é possível identificar a miscigenação na representação brasileira, expostas por exemplo nos painéis de Portinari, ou até mesmo na divulgação do samba, ela aparece não como um discurso de afirmação de uma identidade, mas como um estágio de um processo de formação do homem e do Estado brasileiro. Dessa maneira, é possível afirmar que a representação brasileira pautou-se na ideia de branqueamento, contraditória ao uso interno da miscigenação como fator afirmativo da identidade nacional, porém, consonante com a própria contradição interna frente à

⁴³ Richard Wood a Oswaldo Aranha, Nova York 28/03/1939, AOA, CPDOC/RJ cp 1939.01.18.

miscigenação, como demonstra a perspectiva eugenista de Adalzira Bittecourt, e nas palavras, onde subentende-se certo preconceito, emitidas por diferentes agentes responsáveis pela representação.

Desponta ainda da análise das fontes a permanência do sentimento de exclusão e a distância entre a elite responsável pela representação e a sociedade brasileira, cujas escolhas, mais que interessadas em refletir a opinião pública nacional, estão voltadas à criação de uma imagem que favoreça a propaganda do Brasil. Afinal, as fontes referem-se à apresentação perante o *mundo civilizado*, ou seja, o Brasil, para tais agentes, ainda não fazia parte da civilização e para conquistar seu espaço neste cenário deveria ter como paradigma a cultura branca ocidental. Não houve preocupação em construir uma imagem que fosse aceitável pelos brasileiros, na qual eles se reconheçam, mas sim uma imagem que se adeque à aceitação da opinião pública internacional.

Os responsáveis pela participação brasileira e os organizadores da Exposição viram o resultado final com bons olhos. Grover Whalen, presidente do comitê de organização, enviou carta a Oswaldo Aranha celebrando o sucesso assim como a importância do evento para afirmar as relações de amizade entre os Estados Unidos e o Brasil.⁴⁴ Assim, em 31 de outubro de 1939, o Brasil confirmava sua participação na segunda temporada da Feira, a ser realizada em 1940.⁴⁵

3.2 Os objetivos

No dia 7 de abril de 1940, em seu discurso para a abertura da segunda temporada da Feira Internacional de Nova York, Oswaldo Aranha expunha o significado daquele evento, assim como os pressupostos da participação brasileira. Dizia o ministro:

A essa parte da humanidade que se acha dividida e entregue à obra da destruição, as Nações representadas na Feira de Nova York dão o exemplo do devotamento às conquistas pacíficas do espírito e do desejo de cooperar que é o segredo das grandes realizações. A ciência, as artes, e os diversos produtos do gênio humano devem sua existência à cooperação de homens nascidos em diferentes países e de diferentes raças [...]. É pela cooperação e pela persuasão e não pela violência que a humanidade realizará seu grande destino. O progresso como resultado de cooperação internacional é uma das melhores tradições do Brasil e do povo brasileiro. É este o significado da

⁴⁴ Grover Whalen a Oswaldo Aranha, Nova York 10/10/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.18.

⁴⁵ Telegrama nº30 expedido da Secretaria de Estado para a Embaixada Brasileira em Washington, 31/10/1939, AHI/RJ.

nossa participação na Feira de Nova York. Possa esse grande empreendimento produzir os seus frutos, ensinando aos homens a esplêndida lição da cooperação e da persuasão.⁴⁶

Um evento da magnitude da Feira de Nova York significava para Aranha, portanto, a reafirmação dos valores de solidariedade e cooperação da diplomacia brasileira e de sua política externa. E mais, as Nações com representação na Exposição se colocavam ao lado da paz e das conquistas pacíficas, estas advindas da cooperação entre as diferentes culturas. A segunda temporada da Exposição em Nova York, já em sua abertura, indicava as transformações ocorridas na sua própria estrutura, entre as quais a simbologia, que passou a comportar de modo contrário ao contexto da Segunda Guerra Mundial.

Oswaldo Aranha, em seu discurso, ainda afirmava que o progresso comum da raça humana dependia do domínio dos recursos materiais. Estes, espalhados pelo globo e distribuídos por todo o planeta, necessitavam ser compartilhados já que não poderiam ser fornecidos por apenas um continente de maneira que exemplificavam também a natureza interdependente da humanidade. A tecnologia moderna, por exemplo, suprida e nutrida por materiais distribuídos por todo o planeta, não poderia permanecer restrita a um único lugar ou Estado. Oswaldo Aranha proclamava a necessidade e o direito de todos os povos de obterem a tecnologia moderna, posto que resultante de uma contribuição coletiva para seu desenvolvimento. A Exposição serviria, dessa forma, para a troca de recursos materiais.

O discurso de Oswaldo Aranha une espírito e matéria. Como espírito, compreende-se a cultura, ou seja, o que confere a singularidade de um povo, pois é a cultura que revela aquilo que um povo é. Interdependentes e diferentes, cada cultura contribui para o desenvolvimento da humanidade. Por serem interdependentes, há a necessidade de compartilhamento de recursos materiais e esses, por sua vez, são mais facilmente adquiridos por meio da cooperação e da persuasão. Infere-se daí que a cultura, o espírito, serve como recurso para a aquisição do material. *We must take material progress as a promise of democracy*, dizia o artigo a ser publicado na revista *Fortune*.⁴⁷ A projeção da cultura brasileira em Nova York estava a serviço da aquisição de recursos materiais essenciais, inclusive, para a construção da democracia no Brasil.

Na década de 1930, a política externa brasileira voltava seus esforços para o desenvolvimento nacional. Para tal, dividiu-se entre o comércio compensado com a Alemanha

⁴⁶ Discurso de Oswaldo Aranha na abertura da segunda temporada da Feira Internacional de Nova York, Nova York 7/04/1940, AOA, CPDOC/RJ pi Aranha 1940.04.07.

⁴⁷ Richard Wood a Oswaldo Aranha, Nova York 28/03/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.18.

e o livre comércio com os Estados Unidos. Com o advento da crise de 1929 e a consequente intervenção do Estado na economia direcionada ao aumento da capacidade competitiva, os EUA tornam-se os grandes defensores do livre comércio, buscando influenciar outras economias no plano internacional a se atrelarem à sua política econômica. Neste aspecto, a América Latina passa a ser considerada estratégica para suprir tais necessidades (MOURA, 1980: 69-100).

A política norte-americana, sob a presidência de Franklin Delano Roosevelt, inaugura a Política de Boa-vizinhança e redefine sua política de segurança, incluindo aí a América do Sul, posto que seu sistema de poder se contrapõe ao sistema alemão emergente. Dessa forma, o pan-americanismo não apenas respondia a necessidades econômicas como também a objetivos estratégicos. Naquele momento era necessário não só assegurar uma colaboração como, preferencialmente, o alinhamento.

A política externa brasileira passa a ser norteadada pela presença destes dois sistemas concorrentes, norte-americano e alemão, na esfera internacional, alargando as possibilidades de decisão e ação do Estado brasileiro. O aumento do poder de barganha coferido pelo sistema internacional é conceituado como *equidistância pragmática*. Esta barganha respondia aos anseios internos e às divisões nas instâncias do poder brasileiro, divididas entre o comércio compensado com a Alemanha e o livre-comércio com os EUA. A *equidistância pragmática* permitiu que o Brasil optasse pelos dois e se aproveitasse da disputa entre os sistemas de poder para atingir seus objetivos (MOURA, 1980: 1-68).

Naquele momento, o interesse brasileiro era o desenvolvimento. Internamente, grupos tendenciosos à Alemanha e aqueles voltados aos EUA, tanto do ponto de vista comercial quanto ideológico, disputavam espaço. Getúlio Vargas soube realizar a interlocução entre os dois sistemas e aproveitar a barganha e uma espécie de jogo-duplo para atingir os objetivos do desenvolvimento e do interesse nacional (MOURA, 1980: 69-100).

Para um país dependente, como o Brasil dos anos 1930, o comércio exterior era crucial para a recuperação da depressão econômica generalizada. Era o comércio o responsável por garantir às classes dominantes a sua reprodução no sistema, por fornecer ao Estado as condições necessárias para a efetivação de seu programa de governo e para a manutenção da estabilidade interna, assim como a definição da posição do Estado na esfera internacional (MOURA, 1980: 69-100).

Houve um reforço do pragmatismo voltado ao desenvolvimento e, ainda que o Brasil tenha barganhado e se aproveitado do sistema internacional voltando-se ora para a Alemanha

e ora para os Estados Unidos, as relações de cooperação e solidariedade com o último acabaram por prevalecer, já que a Alemanha não supria as necessidades desenvolvimentistas do Brasil, mesmo com um bom índice de trocas comerciais pelo comércio compensado. É preciso observar, ainda, o lastro histórico que unia Estados Unidos e Brasil, o qual predominou ao fim da equidistância pragmática e implicou no alinhamento Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial (BUENO, 2008: 236-268).

O ano de 1939 marca, entretanto, uma fase de intensa aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, progredindo para o alinhamento definitivo em 1941, indicando que, já em 1939, o governo Getulista indicava sinais de que priorizaria, progressivamente, a opção americana. A construção de expectativas recíprocas e de uma imagem de amizade em ambos os países contribuiu para esta aproximação (MOURÃO, 2013: 7-33). Pode-se notar, pelo discurso de Oswaldo Aranha na abertura da segunda temporada da Exposição, que já ali, o Brasil dava sinais de que poderia optar pelo alinhamento definitivo, uma vez que em seu discurso Aranha posiciona o Brasil ao lado da luta pela paz e pela cooperação.

Além destes aspectos, a análise da figura política de Oswaldo Aranha contribui para a compreensão da política externa brasileira do período em questão. Presente no cenário político brasileiro, desde o início dos anos 1930, tendo participado ativamente da Revolução de 1930, Oswaldo Aranha chega ao Ministério das Relações Exteriores durante o Estado Novo, após ter ocupado os cargos de Ministro da Justiça (1930-31) e Ministro da Fazenda (1931-34), no Governo Provisório instalado após a Revolução. Em 1934, foi nomeado embaixador em Washington numa manobra de Getúlio Vargas visando afastá-lo de uma potencial corrida presidencial (ALMEIDA; ARAÚJO, 2013: 669-714).

A presença de Oswaldo Aranha nos Estados Unidos foi importante para estreitar laços com aquele país. Aranha admirava a cultura e a política norte-americana e foi, em contrapartida, admirado pelos norte-americanos por suas características de homem de Estado. Entretanto, a alteração na política interna do Brasil, com o advento do Estado Novo, ao qual Aranha se opunha, fez com que renunciasse a pasta de embaixador. Sua lealdade a Getúlio Vargas o fez, entretanto, retornar como Ministro das Relações Exteriores em 1938. Porém, não apenas a estreita relação que mantinha com Vargas fez Aranha aceitar atuar frente ao Ministério das Relações Exteriores. Para Aranha, a sua presença no Ministério poderia conter as forças internas simpatizantes ao nazifascismo e impedir que a política externa brasileira se desviasse daquilo que para o Ministro significava a postura correta e promissora ao país: o reforço dos laços com os Estados Unidos. Aranha não apenas nutria simpatia pela cultura

norte-americana como antevia a iminência da Guerra e, diante deste contexto, a necessidade do Brasil se posicionar ao lado da defesa do sistema democrático e liberal (ALMEIDA; ARAÚJO, 2013: 669-714).

Dentro deste contexto, a participação na Exposição de Nova York não apenas simboliza os laços de amizade entre Brasil e Estados Unidos desenvolvidos, fortalecidos e consolidados numa aliança real com os EUA ao longo dos anos 1930, como representa uma estratégia de projeção do Brasil naquele país, tanto voltada para a efetivação de negócios como para levar ao cenário internacional a imagem de um país cujas potencialidades deviam ser conhecidas e exploradas.

Eram muitos os interesses brasileiros em participar da Exposição de Nova York. Fazer com que os norte-americanos e demais países participantes do evento compreendessem o Brasil e descobrissem as suas potencialidades, favorecendo assim o desenvolvimento nacional, é uma demanda aparente nas fontes pesquisadas, que revelam, ainda, o interesse, especialmente norte-americano, em conhecer o país. É perceptível a falta de informação que os norte-americanos possuíam sobre o Brasil e o intenso debate, entre os atores brasileiros, sobre a necessidade de levar ao público norte-americano, por meio da propaganda, não apenas uma imagem, mas indicar respostas a questões pontuais sobre o Brasil que envolviam desde o turismo até o comércio exterior, por exemplo. Vê-se aí, que havia um interesse mútuo em conhecer e se fazer conhecido e, neste ponto, a propaganda brasileira no exterior desempenharia um papel fundamental.⁴⁸

Além do desconhecimento sobre o Brasil, os norte-americanos queixavam-se da qualificação dos representantes brasileiros, principalmente no que se refere ao conhecimento da língua inglesa, e viam numa boa divulgação do país um meio para oferecer segurança e confiança política para investimentos estrangeiros no Brasil. A formação de pessoal qualificado e experiente era fundamental para o estreitamento das relações entre os dois países numa escala significativa.⁴⁹ Faltava ainda ao Brasil um corpo de funcionários que soubesse atender às questões norte-americanas relativas ao país. Informar adequadamente os norte-americanos passava, obrigatoriamente, pela formação de pessoal qualificado, conhecedor dos hábitos e costumes norte-americanos, de seus interesses, aptos a criar a ponte entre a cultura norte-americana e a brasileira necessária tanto para os investimentos norte-americanos no Brasil como para a entrada de produtos brasileiros em solo americano. Neste sentido, o apreço

⁴⁸ AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.031.

⁴⁹ R. Toood para Oswaldo Aranha, Nova York 24/03/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp. 1939.01.031.

e o acolhimento pela figura de Oswaldo Aranha e alguns funcionários do Itamaraty, como Décio Moura, também muito elogiado pelos norte-americanos, é simbólico, pois eles se tornam mais que agentes políticos, passando a ser parte da própria propaganda nacional, ainda carente de um corpo de agentes de propaganda totalmente especializado.⁵⁰

Os benefícios da propaganda não apenas esclareceriam a visão sobre a política interna brasileira como eram pensados de acordo com os interesses do Brasil. A Exposição de Nova York veio a serviço de uma série de segmentos produtivos brasileiros que percebiam, na ocasião, uma oportunidade para divulgar produtos e incrementar o comércio exterior, visualizando os Estados Unidos como um potencial mercado consumidor.

O principal produto divulgado foi o café e muito se fez para que este se afirmasse cada vez mais no mercado norte-americano. A Exposição de São Francisco, que aconteceu anteriormente à de Nova York, serve de exemplo pelos resultados adquiridos: foram criadas oito marcas de café brasileiro na Califórnia e houve um aumento na importação em 98.000 sacas, compensando o investimento de 230.000 réis com um lucro de 980.000 réis, um resultado digno, para Eurico Penteadado, responsável pelo pavilhão brasileiro naquele evento⁵¹.

Em Nova York, o café também foi o principal produto divulgado, mas não era apenas pela exportação do café que se somavam os esforços da propaganda, até mesmo porque a eficiência da divulgação deste produto em Nova York pode ser questionada. Em vinte e sete de outubro de 1939, Eurico Pentendo escrevia a Oswaldo Aranha, relatando o resultado de um jantar oferecido por Décio Moura a um grupo de *coffe men* no pavilhão brasileiro. Dos cento e vinte convidados, apenas um terço compareceu e, nas palavras de Penteadado, “[...] e esse terço quase exclusivamente composto de judeus. Lamentável”.⁵² Possivelmente, a proximidade temporal entre a Exposição de São Francisco e a de Nova York pode ter prejudicado o setor.

Os produtores de cacau, guaraná, tecidos, couros, mate, tabaco, também tentaram se beneficiar por meio dos negócios favorecidos pela Exposição. E.F.Roosevelt⁵³, um dos articuladores da Exposição, elaborou plano, enviado a Oswaldo Aranha, para a inserção do mate no mercado norte-americano. Godofredo Almeida do Espírito Santo, representante da agricultura cacaeira brasileira, propôs a Oswaldo Aranha a viagem de integrantes daquela à Exposição como acompanhantes do Ministro.⁵⁴ E antes mesmo do início da Exposição,

⁵⁰ AOA, CPDOC/RJ cp 1939.01.031.

⁵¹ Eurico Penteadado a Oswaldo Aranha, Nova York 19/10/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.031.

⁵² Eurico Penteadado a Oswaldo Aranha, Nova York 27/10/1939, AOA, CPDOC/RJ cp 1939.01.031.

⁵³ E.F. Roosevelt a Oswaldo Aranha, Nova York 19/05/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.031.

⁵⁴ Godofredo Almeida Espírito Santo a Oswaldo Aranha, Atabuna 4/05/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.031.

Joseph Haas, presidente da Peerles Leaf Tobacco, requisitou concessão de monopólio da empresa no Brasil em troca de redução de tarifas do tabaco brasileiro nos Estados Unidos.⁵⁵

Este cenário mostra que os interesses eram mútuos e que muitos setores econômicos viam naquele momento uma oportunidade benéfica. Na ocasião, a propaganda nacional favorecia tais trocas. As possibilidades de intercâmbio abrangiam também setores além do setor primário. Em longa lista enviada a Oswaldo Aranha, Décio Moura⁵⁶ revela a quantidade e variedade de contatos advindos da participação brasileira no evento: universidades, câmaras de comércio, bancos, hotéis na cidade de Nova York, bibliotecas, publicações, companhias e estações de rádio, membros do Senado norte-americano, companhias de navio a vapor e os principais jornais norte-americanos.

Embora a necessidade e as vantagens que a propaganda brasileira no exterior pudessem oferecer ao Brasil fossem, aparentemente, reconhecidas, ainda que a Exposição se apresentasse como uma oportunidade real para tal, e apesar do empenho dos atores envolvidos no processo de formação do pavilhão brasileiro e daqueles dedicados à propaganda brasileira, os recursos eram escassos e a atenção dada ao tema foi diminuindo à medida que o cenário internacional se tornava mais tenso em virtude da aproximação da Segunda Guerra. O pavilhão brasileiro, por fim, sofreu com a falta de verbas para compras, com atrasos na remessa de produtos, fazendo Eurico Penteado confessar a Aranha que a situação, em agosto de 1939, era lamentável, e que ali uma oportunidade estava sendo perdida, levando-nos a crer que, após sua inauguração, a manutenção do pavilhão foi prejudicada pela falta de crédito, de local para estocagem de produtos no pavilhão e extravio de produtos que seriam exibidos.⁵⁷ A permanência do Brasil na segunda temporada, apesar deste cenário, possivelmente se justifica pela afirmação dos laços de amizade e pela boa recepção dos norte-americanos.

Em 1939, Lourival Fontes⁵⁸, do Departamento Nacional de Propaganda (DNP) escrevia para Oswaldo Aranha sobre a necessidade de ser incentivada a propaganda brasileira nos Estados Unidos, mas afirmava que o vulto das despesas estava acima das possibilidades orçamentárias do Departamento. Por isto, sugeria firmar acordo com firma de publicidade norte-americana para divulgação do Brasil. Lourival Fontes, afirmava: “[...] reconheço a

⁵⁵ Joseph Haas a Oswaldo Aranha, Nova York 19/01/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.031.

⁵⁶ AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.031.

⁵⁷ Eurico Penteado a Oswaldo Aranha, Nova York 15/08/1939, AOA, CPDOC/RJ cp 1939.01.031; Décio Moura a Oswaldo Aranha, Nova York 10/07/1939, AOA, CPDOC, RJ cp 1939.01.18.

⁵⁸ Lourival Fontes a Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro 13/01/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.031.

conveniência de serem feitos verdadeiros sacrifícios a fim de serem obtidas, para o país, as vantagens que lhe advirão de um melhor conhecimento nos Estados Unidos”.⁵⁹

A proposta⁶⁰ chegou às mãos de Oswaldo Aranha e foi rejeitada com a justificativa de que, devido à conjuntura internacional, o Brasil não podia tornar o plano de divulgação realidade. Foi pensada a instalação de um sistema mais coeso e organizado para a propaganda brasileira, capaz de fornecer informações precisas sobre como proceder em relação ao Brasil para aqueles interessados em investir no país. Propôs-se também a instalação de outro escritório, semelhante ao BIB, na Califórnia, a fim de ampliar o campo de atuação da propaganda brasileira em território norte-americano.⁶¹

Porém, o plano de propaganda brasileiro e sua expansão receberam críticas internas a Oswaldo Aranha acusado de pró-americanismo. O jornalista Drew Pearson do jornal *The Daily de Washington*, em tom amigável, escreveu ao ministro, questionando sobre a necessidade de expansão da propaganda brasileira nos Estados Unidos:

[...] The main thing I want to write you about is that you should not worry about this matter when you have much more important things to worry about. I understand from some of my friends that Souza Costa, the Minister of War, the Minister of Finance, etc [...] are causing you some trouble alleging that you are too pro-American etc. It seem to me that it would be rather foolish to propose this expenditure for publicity in the United States when it might subject you to criticism and opposition. This, after all, is a relatively small thing. The basic friendship between United States and Brazil is far more important and I'm convinced will work out anyway regardless of publicity here, just so long we have people like you in Brazil.⁶²

A urgência em propagandear o Brasil se inseria, portanto, num perspectiva de fazer da diplomacia cultural um mecanismo que pudesse trazer ao país benefícios econômicos pelo comércio exterior e criar laços de cooperação em diferentes níveis, como por exemplo, os intercâmbios educacionais, o turismo, entre outros. Pretendia-se, igualmente, mostrar as potencialidades do Brasil e projetar a identidade nacional, de forma que fosse possível ao público norte-americano compreender o Brasil, politicamente e economicamente, e se interessar cada vez mais pelo estreitamento das relações de amizade entre os dois países. Nesse sentido, a Exposição de Nova York enquadra-se num projeto de divulgação nacional, assumidamente necessário, porém, ainda pouco articulado, organizado e até mesmo

⁵⁹ Lourival Fontes a Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro 13/01/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.031.

⁶⁰ Oswaldo Aranha a Carl Byoir, Rio de Janeiro 30/06/1939, AOA, CPDOC/ RJ, cp 1939.01.031.

⁶¹ Francisco Silva Junior a Idelfonso Albano, Nova York 29/09/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.031.

⁶² Drew Person a Oswaldo Aranha, Washington 10/06/1939, AOA, CPDOC/RJ, cp 1939.01.031.

questionado, por alguns segmentos, sobre sua legitimidade, já que, enquadrado na postura pró-americana de Oswaldo Aranha, perde força ao limiar da Segunda Guerra Mundial.⁶³

3.3 Miscigenação e branqueamento em Nova York: pela propaganda e pelo comércio nacional

A presença brasileira em Nova York resultou, portanto, de um projeto maior de propaganda nacional nos Estados Unidos voltado ao incremento de investimentos no Brasil e à inserção de produtos brasileiros no mercado norte-americano. O projeto de propaganda, revelou-se, por fim, insuficiente, não atingindo sua potencialidade em virtude dos poucos investimentos e em função do cenário internacional, o qual, ao se aproximar da Segunda Guerra Mundial, faz o interesse e a necessidade de propagandar o país, diminuir, assim como afeta a própria Exposição cujo tema e estrutura são modificados. É possível inferir que, possivelmente, a opção por uma propaganda ostensiva do Brasil nos Estados Unidos pode igualmente ter diminuído em função da já crescente interlocução entre os atores e a sua aproximação progressiva ao longo do período 1939-1944, momento em que o Brasil se posiciona como aliado dos Estados Unidos (MOURÃO, 2013). Em contrapartida, infere-se igualmente que, a propaganda nacional, assim como a representação do país na Feira Internacional de Nova York, tenham contribuído para o estreitamento progressivo destas relações.

Na sua representação, o Brasil optou por seguir os pressupostos do embaquecimento, apresentando uma nação em processo de branqueamento. Recuperando nas raízes da cultura brasileira símbolos que pudessem ser representativos do país, como o samba, por exemplo, o pavilhão brasileiro uniu a diversidade sob o símbolo do branqueamento, ocultando a própria miscigenação então pensada como a singularidade da cultura e da identidade nacional.

Esta construção intentava a boa recepção e a entrada do país no mundo civilizado, este ainda percebido pela elite formuladora da representação sob o paradigma da cultura branca ocidental. Dessa forma, ocultaram-se as contradições e conflitos culturais e raciais internos em prol de uma imagem que, de acordo com as posições em relação a cultura brasileira dos agentes responsáveis pela representação, seria positiva. Mais interessada em agradar ao olhar do outro, a representação deslocou-se da opinião pública nacional e não se preocupou em

⁶³ Eurico Penteadou a Oswaldo Aranha, Nova York 28/03/1939, AOA, CPDOC/RJ cp 1939.01.031.

divulgar uma imagem em consonância com aquilo que, internamente, se afirmava ser a cultura nacional.

Em contrapartida, a representação brasileira inovou ao apresentar por meio da Exposição uma nação ciente de suas potencialidades e de seus limites, contrariando a constante brasileira nas Exposições Universais. Com o objetivo de estimular investimentos e trocas comerciais, necessários para o desenvolvimento do país, o Brasil não ousou mostrar mais do que era e, ao mesmo tempo, utilizou-se da Exposição para explicar e justificar a existência do Estado Novo, apresentado como um Estado estável, unificado, rumo à democracia que necessitava, contudo, de recursos materiais para atingi-la.

A representação foi igualmente útil para a afirmação do Estado Novo como uma estrutura política capaz de conter e controlar as contradições políticas internas do Brasil, unindo o país e estabilizando-o. Assim como, internamente, o Estado Novo se justificava como uma estrutura política nova, externamente, exibia controle e capacidade de organizar uma nação. A visão de um Estado estável permitiria a compreensão pelos norte-americanos da realidade nacional e estimularia o comércio exterior. Contraditoriamente, se internamente, o Estado Novo se utilizava da miscigenação para afirmar a identidade nacional e garantir o controle interno, externamente, rompia com tal discurso e apresentava uma imagem direcionada pelo ideal de branqueamento, para garantir a sua inserção externa e a aproximação com os Estados Unidos.

Em concordância com a interpretação de que a brasilidade ou a identidade nacional é uma construção da elite letrada que reflete sobre o país (WILLIAMS, 2001) voltada a dar unidade ao Estado Novo, podemos afirmar, portanto, que em Nova York a brasilidade teve como diretriz a ideia de branqueamento. Como adendo, uma vez que baseamos nossa análise também nos pressupostos da diplomacia cultural, é perceptível, como afirma a literatura sobre o tema, que quando foi utilizada pelo Estado em prol de seus interesses em Nova York, a cultura liga-se à ideia de propaganda, de maneira que, em função de uma boa recepção e da aceitação daqueles que por meio da propaganda tomaram contato com o país, foi projetada uma imagem cujas referências culturais não obrigatoriamente correspondiam ao que internamente se definia como a cultura nacional. Se, portanto, desvincularmos a ideia de cultura da ideia de Estado, é possível perceber que os diferentes agentes participantes da elaboração da representação, em Nova York, carregam posturas que refletem o pensamento interno brasileiro no que se refere ao branqueamento. É possível, da mesma forma, justificar e identificar tais contradições, pois esta desterritorialização da cultura permite pensá-la como o

resultado de uma construção histórico social fluida, contestada e incerta, contrária à ideia de cultura aceita e compartilhada por uma totalidade. A convivência da miscigenação com a eugênia e com o branqueamento é refletida na representação brasileira e na recepção do pavilhão, o qual, une, em torno da ideia de um Estado unificado, todas estas contradições, projetando, por fim, um futuro embranquecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa com o intuito de compreender a projeção cultural brasileira. Para isso, foi adotado como norte o conceito de diplomacia cultural, partindo do pressuposto de que esta é a utilização da cultura para a aquisição de interesses do Estado. Ao tomar como estudo de caso a representação brasileira na Feira Internacional de Nova York em 1939-1940, notou-se que as fontes revelaram, entretanto, debates em torno da formulação da representação que envolviam também os conceitos de miscigenação e branqueamento, relacionados desde o século XIX à cultura, à identidade nacional e à viabilidade do Estado brasileiro. Desse modo, buscou-se desvendar sob quais perspectivas sobre a cultura nacional se deu o processo de construção da imagem internacional brasileira e em função de quais interesses. A hipótese formulada supôs que a representação teve como diretriz os debates apropriados pelos agentes do Estado em torno da miscigenação e do branqueamento em prol de um impacto positivo na recepção do Brasil pela comunidade internacional.

O resgate do pensamento brasileiro acerca da raça e da formação nacional mostrou que a miscigenação, entre o fim do século XIX e o início do século XX, foi ressignificada, e de mal da nação adquiriu uma conotação positiva, passando a definir a identidade nacional e a representar sua singularidade. Esta conotação, entretanto, foi apropriada por agentes inseridos no sistema político, especialmente intelectuais que atuaram no poder ao longo do Estado Novo para viabilizar a sua estrutura, unindo a nação, atenuando as divergências internas e oferecendo um sentido de identidade aos cidadãos, de maneira que a própria sociedade aceitou o termo como a definição da identidade e da cultura nacional. Contudo, ainda existiam na sociedade brasileira preconceitos baseados em critérios de cor e até mesmo culturais, já que, embora a miscigenação tenha sido louvada, parte da sociedade e o próprio Estado, por meio de suas política eugenistas e do controle da imigração, buscavam impor a primazia da cultura branca ocidental sobre as demais culturas construtoras do país. Assim, miscigenação e branqueamento coexistiram ainda nos anos 1930, embora a intelectualidade afirmasse que este cenário já havia sido rompido.

A miscigenação nos anos 1930 aparece como ideia agregadora e esconde, nas entrelinhas de seu discurso, uma projeção de branqueamento que se dá, essencialmente, pela cultura. Isto implica dizer que o paradigma civilizatório adotado pelos agentes do Estado é ainda a civilização branca ocidental, e que a miscigenação é um estágio de um processo ainda incompleto de formação nacional.

Frente a isto, a presente pesquisa apresenta as seguintes conclusões: primeiramente, é possível afirmar que na Feira Internacional de Nova York a representação brasileira pautou-se pelo ideal de branqueamento, ideal este presente nas representações anteriores do Brasil, revelando uma postura contraproducente em relação ao discurso interno sobre a miscigenação e a identidade nacional do Estado Novo mas, ao mesmo tempo, reveladora da própria contradição a respeito da miscigenação que carrega, em si, a projeção do branqueamento. Nota-se aqui, uma discrepância entre a identidade interna e a identidade internacionalizada, a qual, por sua vez, pode ser compreendida pela desvinculação da cultura da ideia de Estado. Se pensarmos a cultura como uma rede de interações que, internamente comportam o contraponto identidade/alteridade, são passíveis de compreensão tanto as posições dos agentes do Estado frente à questão racial e cultural exibidas na Exposição, quanto a adoção de um discurso, o da miscigenação interna, e o do branqueamento externo pelo Estado, como forma de coesão e unificação social.

Esta discrepância é também solucionada pelo conceito de diplomacia cultural, o qual, apesar de não revelar os conflitos internos sobre a cultura nacional, explica as escolhas feitas pelos agentes da representação, já que estes são voltados à construção de uma imagem positiva e aceitável perante a comunidade internacional cujo objetivo é propagandar o país para a aquisição de interesses do Estado, no caso da Exposição de Nova York, voltados, principalmente para a comercialização de produtos primários e para investimentos estrangeiros no país. Nesse sentido, a diplomacia cultural não apenas reflete a cultura oficial, como também, a visão que os agentes da prática possuem sobre a sua própria cultura, uma vez que os mesmos também são definidos pela cultura.

Dessa forma, a presença brasileira em Nova York reproduz, de um lado, a diferença interna entre a cultura branca e as culturas negras e indígenas. Por outro lado, em segundo lugar, a representação brasileira se ateu à sua realidade econômica e política, não tentando se posicionar no cenário internacional de uma maneira que ainda não lhe cabia. A representação em Nova York optou por uma imagem minimalista, modesta, que priorizava a exposição de produtos primários e as potencialidades do país.

Terceiro, conclui-se que a presença do Brasil em Nova York estava inserida em um projeto maior de propaganda nacional voltado para afirmação dos laços de amizade e cooperação com os Estados Unidos. Embora não tenha recebido os recursos necessários para ser implantado de forma mais efetiva, este projeto, assim como o pavilhão do Brasil na

Exposição, representa um esforço dos agentes da política externa em fazer da diplomacia cultural uma ferramenta eficiente para os interesses do Brasil.

Entre estes interesses, o comércio exterior é o mais representativo, embora a utilização da diplomacia cultural em Nova York tenha também atingido outras esferas. Por meio de uma imagem de país ainda ausente do mundo civilizado, necessitado de recursos materiais para o seu desenvolvimento e para a instituição de uma sociedade democrática, a Feira de Nova York foi utilizada pelo Brasil em prol da aquisição de tais recursos e da venda de produtos brasileiros que possibilitariam e incrementariam o desenvolvimento nacional, especialmente no mercado norte-americano. Disto, ressaltam duas subconclusões que necessitam de maior investigação e que, em função dos objetivos do trabalho, foram abordadas pormenorizadamente: é possível aliar a Feira Internacional de Nova York ao momento em que a posição pró-americana do Brasil se torna mais evidente, implicando dizer que a representação faz parte do processo de aproximação progressiva cuja consequência é o alinhamento; é possível, da mesma forma, afirmar que enquanto evento internacional, dentro do cenário das Exposições Universais, a Feira de Nova York não representa uma alteração no significado comercial daquelas, já que para o Brasil e para os organizadores do evento, foi utilizada principalmente, neste sentido.

Por fim, é inconclusivo, entretanto, aliar a perspectiva do branqueamento a uma única instituição envolvida no processo de representação do Brasil. As fontes não permitem afirmar que a diretriz tenha sido adotada pelo MRE, MTIC, DNC ou BIB, até mesmo porque revelam uma má articulação entre tais instituições e entre seus agentes, sem definições claras de tarefas e responsabilidades a cada uma delas. A conclusão possível indica que, em sua totalidade ou coletividade, tais instituições, representantes do Estado brasileiro, optaram por seguir o parâmetro final apresentado na Feira, o qual, por sua vez, é exibido como a imagem oficial do Estado.

Por fim, reafirma-se o estudo das Exposições Universais como objeto das relações internacionais e da política externa, de modo que, compreender e analisar a participação das nações nestes certames pode gerar estudos interessantes, dada a riqueza e diversidade das próprias Exposições. Ciente de que este estudo aborda apenas um de seus aspectos, é imprescindível destacar as inúmeras possibilidades que um único evento pode oferecer para a compreensão de uma totalidade maior: a história das relações internacionais.

Neste sentido, a pesquisa avança e contribui com a historiografia das relações internacionais brasileiras nos seguintes pontos: a pesquisa sobre a história da diplomacia

cultural brasileira evolui e é complementada pelo estudo em questão; a história sobre o pensamento a cerca da miscigenação e do branqueamento é aprofundada por meio da compreensão de sua projeção no exterior. Mostrar como este debate foi levado ao nível internacional constitui a principal colaboração deste estudo sem, entretanto, esgotar o tema, deixando-o aberto a questionamentos e a novas investigações.

FONTES

1) Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC/Fundação Getúlio Vargas)

Arquivo Oswaldo Aranha

OA cp 1938.03.16
 OA cp 1939.01.03
 OA cp 1939.01.18
 OA cp 1939.01.031
 OA pi 1940.04.07
 OA cp 1940.04.16
 OA cp 1940.08.08

Arquivo Waldemar Falcão

061.43.339.52-P-338

2) Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI/RJ)

Telegramas BRASEMB Washington
 51/4/17
 52/1/10
 52/1/11
 52/1/12

Exposições Universais
 118/4/17
 118/4/18

3) Arquivo Digital do Jornal O Estado de São Paulo

Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>.

BIBLIOGRAFIA

ABDENUR, Roberto. A política externa brasileira e o sentimento de exclusão. In: CASTRO, Sérgio Henrique; FONSECA JUNIOR, Gelson. *Temas de política externa brasileira II*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 31-46.

ABREU, Alzira Alves; LAMARÃO, Sérgio. *Personalidades da política externa brasileira*. Brasília: Funag, 2007.

AINSWORTH, Gardner. The New York Fair: adventure in promotion. *The public opinion quarterly*, v.3, n. 4, oct. 1939. p. 694-704.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: Senac, 2001. p. 231-248.

- ALMEIDA, Paulo Roberto de; ARAÚJO, João Hermes Pererira. Oswaldo Aranha: na continuidade do estadismo de Rio Branco. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750/1950)*. Brasília: Funag, 2013. p. 669-714.
- AMOROSO, Marta. Crânios e cachaça: coleções ameríndias e exposições. *Revista de história*, n. 154, jun. 2006. p. 119-150.
- ANDERMAN, Jens. Tournaments of value: Argentina and Brazil in the age of exhibitions. *Journal of material culture*, v. 14, n. 3, set. 2009. p. 333-363.
- ANDRADE, Mario de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1978.
- BARBUY, Heloisa. *A exposição universal de 1889 em Paris*. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. Brigitte Schroeder-Gudehus e Anne Rasmusen. Resenha de *Les fastes du progress: Le guide de expositions universelles 1851-1992*. (Flamarion, 1992). *Anais do museu paulista*, v. 1, n. 1, 1993. p. 297-304.
- _____. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal. *Anais do museu paulista*, v. 4, n. 1, jan./dez. 1996. p. 211-261.
- BARTH, Volker. The micro-history of a world event: intention, perception and imagination at the Exposition Universelle de 1867. *Museum and society*, v. 6, n. 1, mar. 2008. p. 22-37.
- BENEDICT, Burton. International exhibitions and national identity. *Anthropology today*, v. 7, n. 3, jun. 1991. p. 5-9.
- BOLIN, Göran. Visions of Europe: cultural technologies of nation-states. *International journal of cultural studies*, v. 9, n. 2, jun. 2006, p. 189-206.
- BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- CAMARGO, Aspácia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, set. de 1980. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CAMARGO, Aspácia. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 13-33.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. *Novos estudos Cebrap*, n. 37, nov. 1993. p. 21-35.
- CASTRO, Idoia Murga. El pabellón español de 1939: um proyecto frustrado para la exposición internacional de Nueva York. *Archivo español de arte*, v. LXXXIII, n. 331, julio-setiembre, 2010. p. 213-234.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

CLERY, David. *Race, nationalism and social theory in Brazil: rethinking Gilberto Freyre*. University of Oxford: Transnational Communities Programme, 1999.

COGDELL, Christina. The futurama recontextualized: Normam Bel Geddes's eugenic world of tomorrow. *American quarterly*, v. 52, n. 2, jun. 2000. p. 193-245.

CORREIA, Rodrigo; POSSAS, Lúcia; TOLENTINO, Célia (Org.). *Ideias e cultura nas relações internacionais*. Marília: Oficina Universitária, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1999. p. 83-96.

DA CUNHA, Olivia Maria Gomes. Sua alma em sua palma: identificando a "raça" e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 257-288.

DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos interamericanos*, n. 10, México, 2005. p. 116-131.

DONFRIED, Mark; GIENOW-HECHT, Jessica (Org.). *Searching for a cultural diplomacy*. New York: Berghahn Books, 2011.

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. *Notas do subsolo*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

DUMONT, Juliette. O Brasil no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (1924-1946): primeiro passo na construção de uma diplomacia cultural. In: SUPPO Hugo, LESSA, Mônica. *A quarta dimensão das relações internacionais - a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

DURANTI, Marco. Utopia, nostalgia and world war at the 1939-40 New York World's Fair. *Journal of contemporary history*, v. 41, n. 4, oct. 2006. p. 663-683.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Beyond "culture": space, identity, and the politics of difference. *Cultural anthropology*, v. 7, n. 1, 1992. p. 6-23.

FERREIRA, Roberta Lima. Difusão cultural e projeção internacional: o Brasil na América Latina (1937-45). In: SUPPO Hugo; LESSA, Mônica. *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

FICKERS, Andreas. Presenting the window on the world to the world: competing narratives of the presentation of television at the world's fairs in Paris (1937) and New York (1939). *Historical journal of film, radio and television*, v. 28, n. 3, august 2008. p.291-310.

FINDLING, John; PELLE, Kimberly; RYDELL, Robert. *Fair America- world's fairs in the United States*. New York: Smithsonian Books, 2000.

FOTSCH, Paul Mason. The building of a superhighway future at the New York world's fair. *Cultural critique*, v. 48, n. 1, spring 2001. p. 65-97.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global, 2006.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: UnB, 2006.

GEPPERT, Alexander C.T; COFFEY, Jean; LAU, Tammy. *International exhibitions, expositions universelles and world's fairs, 1851-2005: a bibliography*. Berlin: Freie Universität Berlin, 2006.

GILLETTE JR, Howard. Film as artifact: the city (1939). *American studies*, v. 18, n. 2, Fall 1977. p. 71-85.

GOMES, Ângela Maria Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma: a ferrovia madeira-mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Schwarcz, 2005.

HARRISON, Helen A. Stuart Davis world of tomorrow. *American art*, v. 9, n. 3 autumn 1995. p. 96-100.

HEIZER, Alda. Ciência para todos: a exposição de Paris em 1889 em revista. *Revista de história e estudos culturais*, v. 6, n. 3, jul./ago./set. 2009. p. 2-22.

HERZ, Mônica. A dimensão cultural das relações internacionais e os atores não governamentais. *Contexto internacional*, v. 4, n. 8, jul./dez. 1988. p. 69-82.

HERZ, Mônica. A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica. *Contexto internacional*, v. 6, n. 3, jul./dez. 1987. p. 61-76.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO ANTÔNIO CARLOS JOBIM. Carta de Lucio Costa a Armando Vidal, Rio de Janeiro, 13/04/1939. Disponível em: <www.jobim.org>. Acesso em: 30 jun. 2013.

IRIYE, Akira. Culture and power: international relations as intercultural relations. *Diplomatic history*, v. 3, n. 2, april 1979. p. 115-128.

KAISER, Wolfram. Cultural transfer of free trade at the world exhibitions, 1851-1862. *The journal of modern history*, v. 77, n. 3, set. 2005. p. 563-590.

KAISER, Wolfram. The great derby race: strategies of cultural representation at nineteenth-century world exhibitions. In: GIENOW-HECHT, Jessica C.E; SCHUMACHER, Frank. *Culture and international history*. Oxford/New York: Berghahn Books, 2004. p. 45-59.

KUZNICK, Peter.J. Losing the world of tomorrow: the battle over the presentation of science at the 1939 New York World's Fair. *American quarterly*, v. 46, n. 3, set. 1994. p. 341-373.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Papirus, 1986.

LEVAVY, Sara Beth. Land of liberty in the world of tomorrow. *Film history: an international journal*, v. 18, n. 4, 2006. p. 440-458.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de. *Construção diplomática, missão arquitetônica: os pavilhões do Brasil nas feiras internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939)*. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Ideias, intelectuais, textos e contextos: novamente a sociologia da cultura. *Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, n. 62, 2º semestre de 2006. p. 53-71.

MARCHAND, Roland. The designers go to the fair: Walter Dorwin teague and the professionalization of corporate industrial exhibits, 1933-1940. *Design issues*, v. 8, n. 1, autumn 1991. p. 4-17.

MARTINS, Luciano. A Revolução de 30 e seu significado político. In: *A Revolução de 30: SEMINÁRIO REALIZADO PELO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS*. Rio de Janeiro. setembro de 1980. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 669-690.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MITCHELL, Timothy. The world as exhibition. *Comparative studies in society and history*, v. 31, n. 2, apr. 1989. p. 217-236.

MORETTIN, Eduardo. Cinema e Estado no Brasil: a exposição internacional do centenário da independência em 1922-1923. *Novos estudos*, n. 89, mar. 2001. p. 137-148.

MORSHED, Adnan. The aesthetics ascension in Norman Bel Geddes's futurama. *Journal of the society of architectural historians*, v. 63, n. 1, mar. 2004. p. 74-99.

MOTTA, Marly da Silva. A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro. *Anais do XVI encontro anual da ANPOCS*, Caxambú, 1982. p. 1-12.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42. *Estudos históricos*, v. 6, n. 12, 1993. p.177-189

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MOURÃO, Pérola. *As relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América durante a segunda guerra mundial: atores e dinâmicas da construção da aliança (1939-1944)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

NORTON, Paul F. World's Fairs in the 1930s. *Journal of the society of architectural historians*, v. 24, n. 1, 1965. p. 27-30.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Edição de 14/07/1938, p.2. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. Exposição em Nova York. Nota do dia 01/05/1938. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

_____. Intercambios cultureas. Edição de 2/07/1938, p.14. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

_____. Proposta de construção de uma câmara dos horrores à Comissão Organizadora. Nota de 22/1/1938, p.1. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. Telegrama de Getúlio Vargas a Franklin Delano Roosevelt, Rio de Janeiro, edição de 14/07/1938, p. 2. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1990.

_____. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: *A Revolução de 30: SEMINÁRIO REALIZADO PELO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS*. Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 507-526.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1999. p. 83-96.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEREREIRA, Margareth da Silva. A exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *Arqtexto*, n. 16, 2010. p. 6-27.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a exposição universal de Filadélfia de 1876. *Anais do museu paulista*, v. 2, n. 1, 1994. p. 151-167.

PIVA, Carolina Brandão. *Paulo Prado: cafeicultura, modernismo e política*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Brasília: INL, 1981.

PRIORE Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

RASMUSSEN, Anne; SCHROEDER-GURDEHUS, Brigitte. *Les fastes du progress-le guide dès expositions universelles 1851-1992*. Paris: Flammarion, 1992.

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Funag, 2011.

RIBEIRO, Flávia Crespo. O Itamaraty e a cultura brasileira: 1945-1964. In: SUPPO Hugo; LESSA, Mônica. *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

ROBERTSON, Michael. Cultural hegemony goes to the fair: the case of E.L.Doctorow's World's Fair. *American studies*, v. 33, n. 1, spring 1992. p. 31-44.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira, tomos I e II*. Luiz Antonio Barreto (Org.). Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

RYDELL, Robert W. Selling the world of tomorrow: New York's 1939 World's Fair. *The journal of american history*, v.77, n. 3, dec 1990. p. 966-970.

SANT'ANA, Thais Rezende da Silva de. *A exposição internacional do centenário da independência: modernidade e política no Rio de Janeiro dos anos 1920*. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. *O Brasil nas exposições universais (1862 a 1911): mineração, negócio e publicações*. Dissertação (Mestrado em Ensino e História em Ciências de Terra) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SCHAWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos avançados*, 8(20), 1994. p. 137-152.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 568-598.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Estado Novo: um auto-retrato*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____. O intelectual e o poder: a carreira política de Gustavo Capanema. In: *A Revolução de 30: SEMINÁRIO REALIZADO PELO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS*. Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 365-398.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.199-228.

SHARPE, Peggy. Trinta e sete dias em Nova York com Adalzir Bittecourt. *Estudos feministas*, v. 16, n. 3, set./dez. 2008. p. 1093-11106.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo, Contexto: 2009.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco - raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STEPHEN, Ann. Designing for the world of tomorrow: Australia at the 1939 New York World's Fair. *Journal of the national museum of Australia*, v. 1, n. 1, mar. 2006. p. 29-40.

SUPPO, Hugo; LESSA, Mônica. *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

SWEENEY, James Johnson. Thoughts before the World's Fair. *Parnassus*, v. 11, n. 3, mar. 1939. p. 3-7.

TERZIAN, Sevan G. The 1939-40 New York World's Fair and the transformation of the american science extracurriculum. *Wiley interscience*, 2008. p.1-23.

TEVDOVSKI, Ljuben. *Cultural diplomacy : an essential and creative component in the toolkit of contemporary diplomacy*. Scopje: Macedonian Information Centre, 2009.

THE CITY - Housing in America documentary. Direção: Ralph Steiner e Willard Van Dyke. EUA, American Institute of Planners through Civic Films Inc, 1939. 32 min. Disponível em: <www.youtube.com>.

THE MIDDLETON FAMILY at the New York World's Fair. Direção: Robert Snody. EUA, Westinghouse, 1939. 55 min. Disponível em: <www.youtube.com>.

TO NEW HORIZONS - Futurama 1939 New York World's Fair. Direção: Norman Bel Geddes EUA, General Motors, 1939. 23 min. Disponível em: <www.youtube.com>.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *8 Tempo*, ago. 1999. p. 1-12.

VAUGHAN, Malcom. Old masters at the fair. *Parnassus*, v. 11, n. 5, may 1939. p. 4-13.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista SOCERJ*, v. 20, n. 4, set-out. 2007. p. 383-386.

WILLIAMS, Daryle. *Culture wars in Brazil: the first Vargas regime, 1930-1945*. Durham, NC: Duke University Press, 2001.

YENGOYAN, Aram A. Universalism and utopianism: a review. *Comparative studies in society and history*, v. 39, n. 4, oct. 1997. p. 785-798.